

**URI – UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO
URUGUAI E DAS MISSÕES
CAMPUS DE SANTO ÂNGELO – RS
DCSA – DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO ESTRATÉGICA
DE ORGANIZAÇÕES – MESTRADO**

**O PLANO DE AÇÃO COMO FERRAMENTA DE GESTÃO: UM ESTUDO NO
PPGGEO – URI CAMPUS DE SANTO ÂNGELO - RS**

LIGIA ISMERIA HENZ DE AZEVEDO

Santo Ângelo/RS, março de 2017

LIGIA ISMERIA HENZ DE AZEVEDO

**O PLANO DE AÇÃO COMO FERRAMENTA DE GESTÃO: UM ESTUDO NO
PPGGEO – URI CAMPUS DE SANTO ÂNGELO - RS**

Dissertação de Mestrado SUBMETIDA à banca examinadora do Programa de Mestrado em Gestão Estratégica de Organizações – Mestrado Profissional da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI) – Campus de Santo Ângelo, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Gestão Estratégica de Organizações – Área de Concentração: Desenvolvimento e Organização Social. Linha de Pesquisa: Inovação, Organização Social e Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Vilmar Antônio Boff

Santo Ângelo/RS, março de 2017

A994p Azevedo, Ligia Ismeria Henz de
O plano de ação como ferramenta de gestão : um estudo no
PPGGEO - URI Campus de Santo Ângelo-RS / Ligia Ismeria
Henz de Azevedo. – Santo Ângelo : URI, 2017.
72 f. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado) – Universidade Regional Integrada
do Alto Uruguai e das Missões – URI – Santo Ângelo. –
Programa de Pós-Graduação em Gestão Estratégica de
Organizações, 2017.

1. Gestão estratégica 2. Mestrado profissional 3. Avaliação
da CAPES I. Título.

CDU: 658.012.4

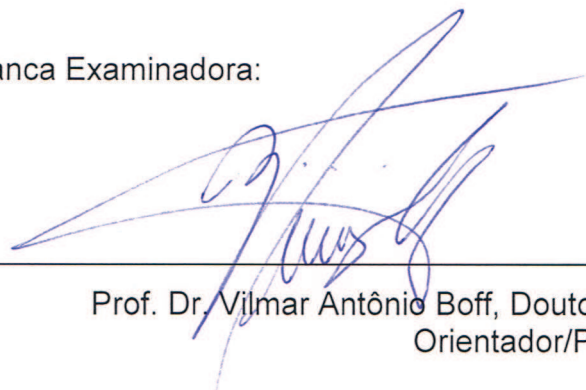
Responsável pela catalogação: Fernanda Ribeiro Paz - CRB 10 / 1720

LIGIA ISMERIA HENZ

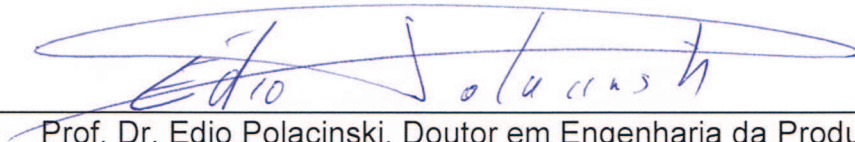
O PLANO DE AÇÃO COMO FERRAMENTA DE GESTÃO: UM ESTUDO NO
PPGGEO - URI CAMPUS DE SANTO ÂNGELO – RS

Dissertação submetida à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Gestão Estratégica de Organizações – PPGGEO – Mestrado Profissional da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI – Campus de Santo Ângelo – RS, como parte dos requisitos necessários à obtenção do Grau de Mestre em Gestão Estratégica de Organizações, Área de Concentração: Gestão de Organizações e Desenvolvimento; Linha de Pesquisa: Inovação, Organização Social e Desenvolvimento.

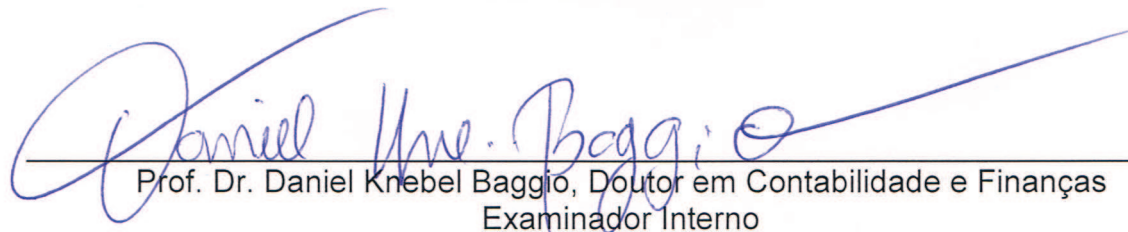
Banca Examinadora:



Prof. Dr. Vilmar Antônio Boff, Doutor em Desenvolvimento Regional
Orientador/Presidente



Prof. Dr. Edio Polacinski, Doutor em Engenharia da Produção
Examinador Externo



Prof. Dr. Daniel Knebel Baggio, Doutor em Contabilidade e Finanças
Examinador Interno

Santo Ângelo (RS), 06 de Março de 2017.

DEDICATÓRIA

A Deus, por ter nos dado a dádiva da vida. Para meus filhos, Lucas e Arthur, meu esposo Leandro, dádivas de Deus; meus pais, João e Lucena; meu irmão Sandro; meus avós Edgar (*in memoriam*) e Irma; meus avós Celestino e Adelaide (*in memoriam*); e minhas queridas Gládis Goulart e Ana Paula.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos, que de uma maneira ou outra, contribuíram para que fosse possível concluir esta etapa de minha vida.

A meus filhos, Lucas e Arthur, que suportaram a minha falta.

A meu querido esposo, Leandro, que sempre me apoiou e incentivou, sendo compreensivo e amoroso, mesmo nos momentos mais difíceis.

A meus pais, João e Lucena, que sempre me apoiaram.

A meu irmão, Sandro, que sempre esteve ao meu lado, me encorajando.

A toda minha família, por acreditar em mim.

A minha família espiritual, a Congregação inteira de irmãos, Testemunhas de Jeová, pelo modo amoroso que sempre me trataram, entenderam e apoiaram, em cada reunião que tivemos e em cada momento em que nos encontramos, mostrando, assim, o verdadeiro amor cristão.

A todos meus colegas de mestrado, pelo apoio e encorajamento.

A todos os professores, pela paciência e conhecimento que transmitiram.

A todos do PPGGEO, pela confiança que me depositaram.

Ao Banco do Brasil e colegas de trabalho, por entenderem minhas ausências e apoiarem o crescimento educacional.

Sozinha não seria possível chegaria até aqui. Todos foram muito importantes nesta caminhada. Obrigada!

“Meu filho, se você aceitar as minhas declarações e guardar no coração os meus mandamentos, ouvindo atentamente a sabedoria e inclinando o seu coração ao discernimento; além disso, se você clamar pelo entendimento e erguer a voz pedindo discernimento; se você persistir em procurar essas coisas como a prata e continuar a buscá-las como a tesouros escondidos; então você entenderá o que significa temer a Jeová e achará o conhecimento de Deus. Pois é Jeová quem dá sabedoria; da sua boca procedem conhecimento e discernimento”.

(Provérbios 2:1-6)

RESUMO

O presente trabalho trata da análise e proposição de estratégias de gestão visando a melhoria contínua no processo de tomada de decisões do Programa de Pós-Graduação em Gestão Estratégica de Organizações (PPGGEO) – URI Sano Ângelo. Por meio de um Plano de Ação, mediante uso do método 5W2H, apresenta as diretrizes básicas de atuação do corpo docente e discente do Programa visando aumentar o conceito de avaliação junto à CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Inicialmente faz-se a análise da ficha de avaliação relativa ao conceito obtido na última avaliação, referente período 2010 – 2012, com indicação dos pontos fortes e fracos. Em seguida orienta para ações de melhorias para o período 2013 – 2016. Neste sentido, o problema que norteia esta dissertação busca responder quais as diretrizes estratégicas para o PPGGEO obter o conceito 4. O objetivo principal caracteriza-se em desenvolver um conjunto de ações estratégicas visando elevar o conceito junto à CAPES. A metodologia utilizada quanto a abordagem é de pesquisa qualitativa. Do ponto de vista dos seus objetivos a é descritiva e exploratória; e os procedimentos técnicos como estudo de caso. Como principais resultados indica atividades docente e discente, em pesquisa e orientação, bem como associando extensão e inovação em critérios qualitativos e quantitativos estabelecidos pela CAPES.

Palavras-chave: Plano de Ação. Mestrado Profissional. Avaliação da CAPES.

ABSTRACT

The present research deals with the analysis and proposition of management strategies aiming at the continuous improvement in the decision-making process of the Postgraduate Program in Strategic Management of Organizations (PPGGEO) - URI Sano Ângelo. Through action plans, using the 5W2H method, it shows basic guidelines of the teaching staff and students of the Program in order to increase the concept of evaluation with CAPES - Coordination of Improvement of Higher Education Personnel. At first, the analysis of the last evaluation file is made, referring to 2010-2012, indicating weaknesses and strength. The main objective of this paper is to develop a set of actions for the PPGGEO. It then guides to improvement actions for the 2013-2016 period. In this sense, the problem that guides this dissertation seeks to answer which strategic guidelines for PPGGEO to obtain concept 4. The main objective is to develop a set of action strategies to improve the concept with CAPES. The methodology used for the approach is qualitative research. From the point of view of its objectives, it is descriptive and exploratory; And technical procedures as a case study. As main results indicates teaching and student activities in research and orientation, as well as associating extension and innovation in qualitative and quantitative criteria established by CAPES.

Keywords: Action Plan. Master Degree. CAPES Evaluation.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMES – Associação Missioneira de Ensino Superior
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CESu – Coordenadoria de Ensino Superior e de Graduação
COOPERAMETISTA – Cooperativa de Produtores de Uva e Derivados de Ametista do Sul
COREDE – Conselho Regional de Desenvolvimento
CRA/RS – Conselho Regional de Administração do Estado do Rio Grande do Sul
CUN – Conselho Universitário
DP – Docente Permanente
FAPES – Fundação Alto Uruguai de Pesquisa e Ensino Superior
FESAN – Fundo Educacional de Santiago
FESAU – Fundação de Ensino Superior do Alto Uruguai
FUNDAMES – Fundação Missioneira de Ensino
FUNREGE – Fundação Regional de Ensino
FURI – Fundação Regional Integrada
IES – Instituição de Ensino Superior
MEC – Ministério da Educação
PPG – Programa de Pós-Graduação
PPGGEO – Programa de Pós-Graduação em Gestão Estratégica de Organizações
SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
URI – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Valores da matriz GUT	48
---------------------------------------	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Matriz GUT	52
Tabela 2: Matriz SWOT	54
Tabela 3: Plano de ação 5W2H.....	57

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL	15
2.1 A EVOLUÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO	16
2.2 O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	16
2.3 URI – UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES	17
2.3.1 Histórico da URI	17
2.3.2 URI Santo Ângelo	19
2.4 PPGGEO – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO ESTRATÉGICA DE ORGANIZAÇÃO	21
2.5 MESTRADO PROFISSIONAL	22
2.6 DOUTORADO	24
2.7 AVALIAÇÃO DOS MESTRADOS PROFISSIONAIS	25
2.7.1 Avaliação Quadrienal 2017	25
2.7.1.1 Proposta do Programa	26
2.7.1.2 Corpo Docente	27
2.7.1.3 Corpo Discente e Trabalho de Conclusão	29
2.7.1.4 Produção Intelectual	30
2.7.1.5 Inserção Social	32
2.7.2 Avaliação Trienal do PPGGEO pela CAPES 2013	34
2.7.2.1 Proposta do Programa (1)	34
2.7.2.1.1 <i>Itens Avaliados</i>	35
2.7.2.2 Corpo Docente (2)	36
2.7.2.2.1 <i>Itens Avaliados</i>	36
2.7.2.3 Produção Intelectual (4)	37
2.7.2.3.1 <i>Itens Avaliados</i>	37
2.7.2.4 Inserção Social (5)	37
2.7.2.4.1 <i>Itens Avaliados</i>	38
2.7.2.5 Corpo Discente e Trabalhos de Conclusão (3)	38
2.7.2.5.1 <i>Itens Avaliáveis</i>	39
2.7.2.6 Apreciação Geral	39
2.7.3 Diagnóstico Situacional Frente às Exigências Estabelecidas pela CAPES	39
3 ESTRATÉGIA	40
3.1 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	41
3.1.1 Plano de Ação – 5W2H	44
3.1.2 Matriz SWOT	46
3.1.3 Matriz GUT	47
3.2 ESTRATÉGIA EM IES	48
4 METODOLOGIA	50
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	52
5.1 SWOT X GUT	55

5.2 PLANO DE AÇÃO – 5W2H	55
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	59

1 INTRODUÇÃO

Os cursos e programas de nível superior no Brasil passam por processo de avaliação, na qual obtém autorização e reconhecimento de cursos e credenciamento de instituições de educação superior. O PPGGEO teve sua primeira avaliação em 2013, obtendo nota 3 e conceito regular, e a próxima avaliação será em 2017, sendo esta agora quadrienal.

As instituições de ensino superior, como são chamadas essas organizações, são regulamentadas e devem atender a normativas e requisitos específicos do Governo Federal, através do Ministério da Educação, para que possam abrir e se manter no mercado, mediante avaliações periódicas (GIULIANI, 2016, p. 16).

Giuliani et al. (2016), salienta que, qualquer programa de pós-graduação *stricto sensu* deve atentar aos critérios de avaliação da Capes, no sentido de ajustar-se e aprimorar-se para que possa conquistar conceitos mais elevados.

As instituições de ensino tem papel fundamental no desenvolvimento regional, visto que são agentes de pesquisa e interação com a sociedade em que estão inseridas. Na região Noroeste/Missões do Rio Grande do Sul, percebe-se um crescimento do nível de cursos superiores e pós-graduação em 57%, de 1999 a 2017, e a nível estadual, de 217%, no mesmo período, segundo FEEDADOS.

Este aumento da demanda pela educação superior, justifica-se pela elevação da demanda da renda nos últimos anos, o acesso rápido e fácil ao financiamento educacional, bem como as políticas de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), avanços, incentivos e planos do governo federal a partir dos anos 2000 (GIULIANI, 2016, p. 14).

O Curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Mestrado Profissional em Gestão Estratégica de Organizações, pela URI, na cidade de Santo Ângelo – RS, teve seu início no ano de 2011, apresentando-se como opção diferenciada na região, visto tratar-se de mestrado profissional, possui, além dos mesmos requisitos do mestrado acadêmico, a elaboração de um produto final que possua aplicação prática.

O sucesso do curso é evidenciado através de sua procura e preenchimento de vagas, porém, ainda resta uma lacuna de conhecimentos demandada pela região em que o curso se encontra (Noroeste e Missões do Rio Grande do Sul): o curso de doutorado. Vieira (2010) afirma que todos os mestres profissionais vinculados a CAPES realizaram o doutorado na sequência ao mestrado profissional. Desta forma, sendo um potencial estratégico para o PPGGEO.

A URI é uma IES, comunitária e multicampus, que tem por objetivo formar profissionais éticos e qualificados, capazes de construir o conhecimento, promover a cultura em todas as suas formas e modalidades, para desenvolver a consciência coletiva na busca contínua da valorização e solidariedade humanas. Assim como uma instituição comunitária, tem o compromisso social de alavancar o desenvolvimento regional.

Para tanto, faz-se necessário obter uma melhor avaliação perante a CAPES, pois desta forma o Programa estará em melhores condições de ampliar sua oferta de cursos, assim como disporá de um melhor suporte para seus discentes, no que tange a produção de publicações bibliográficas, projetos de pesquisa, melhor apoio docente, entre outros, e desta forma, contribuirá para a melhor avaliação curricular do discente, crescimento profissional e valorização do currículo do docente, melhor aceitação do curso e possível crescimento do Programa.

Para tanto, verifica-se a de um plano de ação, a partir do qual será possível visualizar o melhor caminho a seguir e o acompanhamento dos resultados, para o sucesso de qualquer empreendimento.

Planejamento estratégico, segundo Estrada e Almeida (2007), é uma ferramenta administrativa que procura um arranjo das ideias do planejador, o qual visa identificar o caminho que deve ser seguido pela organização.

Logo após, na visão de Giuliani (2016), deve acontecer um ordenamento das ações, ou seja, a implementação do plano estratégico para que a empresa alcance seus objetivos.

Costa (2003, p. 197) também salienta que:

O detalhamento dos planos estratégicos para tratamento de projetos específicos é feito por meio de planos de ação, que são documentos expeditos que especificam o que vai ser feito, quem vai fazer, quando deve estar pronto, como vai fazer e quais recursos humanos, materiais ou financeiros são necessários para realizá-los.

Diante do exposto, propõe-se a investigação e a elaboração de um plano de ação no formato 5W2H que possa auxiliar a URI a alavancar seu Programa no menor tempo possível, visando a expansão na qualidade no curso já oferecido e inclusive possível ampliação, podendo oferecer mais cursos à comunidade.

Em síntese, o presente trabalho está organizado, além desta introdução, em: capítulo 2, que aborda a evolução da pós-graduação e seu papel no

desenvolvimento regional, incluindo o histórico do caso da URI, seu campus Santo Ângelo e especificamente o PPGGEO com o curso de mestrado profissional, o direcionamento estratégico, através de sua avaliação realizada pela CAPES e os quesitos para avaliação do curso; no capítulo 3 é abordado o tema estratégico, através do planejamento estratégico e subsequente plano de ação no formato 5W2H, juntamente com a matriz SWOT e matriz GUT, dando ênfase na estratégia em IES; já no capítulo 4 considera-se a metodologia utilizada neste trabalho; e no capítulo 5 apresenta-se os resultados e as discussões; e o capítulo 6 descreve as considerações finais deste trabalho.

2 A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

Na época do Brasil colônia, Portugal proibiu que universidades fossem criadas no Brasil, mas concedia bolsa de estudos para que filhos de colonos fossem estudar em Coimbra e permitia que estabelecimentos escolares jesuítas tivessem cursos superiores de filosofia e teologia, sendo que o primeiro estabelecimento de ensino superior no Brasil foi fundado por jesuítas, na Bahia. Neste patamar histórico, pode-se perceber a dificuldade que os brasileiros sentiam quanto ao acesso à educação superior, e que somente as elites, neste período, dispunham de tal ensino.

Segundo Lopes, Faria Filho e Veiga (2000), desde 1808 o ensino superior no Brasil foi ministrado em estabelecimentos isolados, oferecendo cursos explicitamente profissionais, especialmente em Direito, Medicina e Engenharia. [...] A primeira universidade criada no país foi em Manaus, Amazonas, em 1909.

Desta forma, o Brasil foi conseguindo, gradativamente, dispor de cursos superiores à população, mas, primeiramente, aos que tinham melhores condições financeiras, o que distanciava ainda mais as classes sociais.

Quando começaram a surgir os primeiros cursos em território nacional, percebeu-se que era necessária uma regulamentação para o funcionamento destes e órgãos competentes para sua fiscalização.

Por este motivo, todo curso superior de instituição privada, universidade ou não, precisava ser credenciado pelo MEC para que os diplomas outorgados pudessem ser registrados nos órgãos estatais competentes e, assim, adquirirem a eficácia de propiciarem o exercício de profissões regulamentadas em lei (LOPES; FARIA FILHO; VEIGA, 2000, p. 167).

Em um período de cerca de 50 anos, desde os primeiros cursos superiores terem sido abertos no Brasil, o país já contava com vários cursos e instituições, sendo que, na visão de Ghiraldelli Jr. (2009), o ensino superior, no Brasil pré-1964, significava a chance real de ascensão social de parcelas de nossa população, ou, a chance de não descer com tanta velocidade na hierarquia social.

2.1 A EVOLUÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO

O sistema de pós-graduação no Brasil cresceu muito entre o final dos anos de 1970 e meados de 1990. No campo educacional, chegou-se ao meio da década de 1990 com cerca de 40 programas de pós-graduação em educação funcionando no país (GHIRALDELLI JR., 2009, p. 127).

Lopes, Faria Filho e Veiga (2000) afirmam que em 1995 existiam 1.775 cursos de pós-graduação credenciados, destes 616 são de doutorado, sendo que em 1995 foram outorgados 8,9 mil títulos de mestre e 2,5 mil de doutor.

Na região Noroeste/Missões do Rio Grande do Sul, segundo FEEDADOS (2014), constata-se o crescimento a nível de cursos superiores, dentre estes, os de pós-graduação. Na cidade de Santo Ângelo, em 1999, existiam 22 cursos, já em 2009, eram oferecidos 38 cursos, perfazendo um acréscimo de 57%, enquanto que no Rio Grande do Sul, em 1999, existiam 786 cursos, e em 2009 o número de cursos oferecidos subiu para 1.707, um aumento de 217%.

2.2 O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

As instituições de ensino tem papel fundamental no desenvolvimento regional, visto que são agentes de pesquisa e interação com a sociedade em que estão inseridas. Porém, é primordial que se conheça a realidade local, suas potencialidades e fragilidades, para que se possa desenvolver as melhores práticas em relação ao cenário regional, principalmente em sentido social e econômico.

Cabe destacar que a capacidade de dar respostas às demandas locais e regionais por parte da universidade depende fundamentalmente do reconhecimento que seus quadros possuem em relação às potencialidades que a realidade apresenta. Dessa forma, entende-se que os sujeitos

envolvidos no processo só poderão desenvolver as melhores ferramentas de intervenção social na medida em que abraçarem o compromisso de conhecer o povo e suas condições de vida (WEYH; STRECK, 2009, p. 17).

Na concepção de Weyh (2005), a ação acadêmica ganha maior sentido na medida em que se insere e atua a partir de interesses locais e regionais, contribuindo e sendo corresponsável por um mundo “menos feio”.

2.3 URI – UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES

A URI é reconhecida pela Portaria do MEC nº 708, de 19/05/1992. Caracteriza-se por ser uma instituição multicampus, com sede na cidade de Erechim/RS, sendo composta por: Reitoria (Erechim/RS), Campus Erechim/RS, Campus Frederico Westphalen/RS, Campus Santo Ângelo/RS, Campus Santiago/RS, Extensão Cerro Largo/RS e Extensão São Luiz Gonzaga/RS (URI, 2013).

2.3.1 Histórico da URI

O histórico da URI (2015) cita que esta instituição nasceu como resultado da integração de instituições de ensino superior isoladas, integrantes do Distrito Geo-Educacional 38. Organizadas e gerenciadas pela comunidade regional, sempre atentas às necessidades sócio-econômico-culturais de uma população, na sua maioria descendentes de imigrantes italianos, alemães, poloneses, russos, judeus e grande número de nativos, as instituições de ensino superior uniram-se e, juntas, construíram uma nova trajetória, visto os contrastes então apresentados pela região: de um lado a tecnologia e a modernização; de outro, a crise da estrutura agrária. Assim, há 15 anos, assumiram o compromisso do desenvolvimento pleno e integral da população a partir do resgate cultural e da recuperação econômica da região.

No decorrer de sua trajetória, a busca e a concretização da marca institucional aconteceram no desempenho das funções básicas de ensino, pesquisa e extensão, inerentes à ação da URI. As especificidades no desempenho destas funções definem a missão e o atual perfil da URI – ser uma universidade pluralista, criadora e elaboradora de conhecimento, com qualidade, competência e seriedade,

voltada para o desenvolvimento regional. É na identificação dos diferenciais, nas funções, nas atividades, nos propósitos que se define o caráter da URI: uma universidade regional integrada, comunitária, gerida pela comunidade acadêmica.

Uma universidade regional integrada em duplo sentido: de um lado, por integrar comunidades de uma mesma região geográfica (Norte e Nordeste do RS); de outro, porque seus campi, em sua história, têm forte integração com a comunidade regional e são comprometidos com o desenvolvimento da sua região.

Uma universidade comunitária por que sua vocação é a integração, porque esta foi a sua origem, ou seja, o resultado do trabalho espelhado na experiência das reduções missionárias e no processo de colonização da região, onde se desenvolveu o sistema comunitário.

Este caráter comunitário acompanha a URI desde a sua criação na busca da participação das entidades que representam o todo social e seus diferentes segmentos. Por isso, as ações da universidade buscam contemplar o social, para que seja, de forma cada vez mais efetiva, uma universidade comunitária que procura ler corretamente a história, a cultura, as aspirações, enfim, o que a sociedade espera da universidade. Desta forma, é a sociedade que gera a universidade, uma vez que a leitura e a reflexão do real vivenciado, permitem identificar alternativas para o desenvolvimento regional, que passa a ser o traço identificador da URI, na medida em que a universidade souber manter o vínculo com a realidade, buscando alternativas de desenvolvimento e produzindo parâmetros alternativos para este novo conceito de desenvolvimento.

Para a URI, as atividades de ensino, pesquisa e extensão, de responsabilidade dos departamentos acadêmicos, a saber: 1) Departamento de Ciências Exatas e da Terra; 2) Departamento de Ciências Biológicas; 3) Departamento de Engenharias e Ciência da Computação; 4) Departamento de Ciências da Saúde; 5) Departamento de Ciências Agrárias; 6) Departamento de Ciências Sociais Aplicadas; 7) Departamento de Ciências Humanas; 8) Departamento de Linguística, Letras e Artes – na perspectiva de criar e reelaborar conhecimentos, de ser consciência crítica da realidade, de ser agente de transformação social, tem como eixo a produção de um parâmetro de desenvolvimento regional extraído da realidade social, com participação decisiva da comunidade, tendo como referencial sua história, sua cultura, suas instituições, sua estrutura econômica e social, enfim, seu contexto. Com estes pressupostos, o

projeto de desenvolvimento regional constitui-se em estratégia de superação dos problemas existentes e de prevenção de problemas futuros. A ação da URI deve antecipar-se aos problemas para evitá-los e não somente reagir para solucioná-los. Produzir saber, para a URI, não é apenas resolver problemas, mas preveni-los.

Permeando o processo de construção do desenvolvimento regional, a URI, volta-se para a produção de uma cultura centrada em valores éticos e morais consistentes e permanentes. Assim, os profissionais egressos da URI terão qualidade de conteúdos e instrumental metodológico para serem cidadãos participativos, criativos e empreendedores, no processo de desenvolvimento social. Profissionais que, além de saber fazer, saibam inovar e produzir novos conhecimentos.

A URI é, pois, uma universidade que promove o ensino, a pesquisa e a extensão como transformadores da realidade, através de um projeto integrado que propicia o desenvolvimento regional, a ciência e a tecnologia, levando em conta o indivíduo, o saber e a verdade como princípios básicos; é comunitária porque se origina da necessidade e do anseio da população que se associa na consecução de objetivos comuns; é democrática em sua gestão, pois não defende interesses de grupos ou corporações e não pertence a grupos ou pessoas; é associativa porque as operações efetuadas em conjunto resultam em melhor qualidade de suas ações; é cooperativa porque busca o bem comum.

Assim, além do conhecimento universal inerente à instituição universitária, a URI caracteriza-se pela capacidade de conhecer, refletir e transformar a realidade regional.

2.3.2 URI Santo Ângelo

Em 19 de agosto de 1964 foi fundada a AMES – Associação Missioneira de Ensino Superior, que deu seus primeiros passos, visando concretizar a aspiração de oferecer cursos superiores em Santo Ângelo. Em 31 de outubro de 1968 surgiu a FUNDAMES, com sede e foro na cidade de Santo Ângelo, consolidando um modelo de entidade apropriada à concretização do objetivo maior, que era chegar à universidade. Seguindo um processo natural de evolução e visando a integração para se buscar a tão sonhada universidade, o próximo caminho levou os dirigentes da FUNDAMES (Santo Ângelo), da FAPES (Erechim) e da FESAU (Frederico

Westphalen) a aderirem a esse audacioso projeto, com vistas à instalação de cursos superiores nesses municípios, às quais se juntaram mais tarde à FUNREGE (São Luiz Gonzaga), Cerro Largo, através da Prefeitura Municipal e a FESAN (Santiago). Assim, em 11 de janeiro de 1990, a FUNDAMES alterou seu estatuto, passando a denominar-se FURI. As demais instituições integrantes passaram seus bens em comodato à FURI, por prazo indeterminado, incluindo a manutenção dos cursos existentes a essa fundação.

Através dessa união e da dedicação de várias entidades, com objetivos e metas semelhantes, o que era sonho se tornou realidade, nascendo a URI, reconhecida através da Portaria nº 708/92 pelo MEC em 19 de maio de 1992, tendo como sua mantenedora a FURI. Hoje a URI está presente e atuante nas regiões de sua inserção, ultrapassando, por sua competência e qualidade, os limites de suas fronteiras. Dessa forma, está inserida nas comunidades regionais, promovendo a educação e o conhecimento, bem como a prestação de serviços aos âmbitos das comunidades locais e regionais. Nesses 43 anos de trajetória, a FURI estabeleceu significativos compromissos, sustentados principalmente na ética e na transparência das relações que mantém com a sociedade.

A URI Santo Ângelo, na concepção de Weyh e Streck (2009), desenvolve um trabalho vigoroso de inserção social nas comunidades em que está inserida, protagonizando um diferencial substantivo na qualificação dos recursos humanos, nos campos científico e de desenvolvimento tecnológico. A história da instituição se funde com a história regional do Rio Grande do Sul.

Nesse sentido, cada vez mais um conjunto de profissionais bem qualificados está sendo solicitado pelo e para o bom funcionamento, não apenas do mercado, mas da sociedade como um todo. Nessa esteira do crescimento, automaticamente, a busca por uma melhor qualidade de vida também se desenvolve.

A área de Ciências Sociais Aplicadas, tendo em vista a importância da formação continuada para o desenvolvimento de técnicas modernas, o aperfeiçoamento e a qualificação de profissionais, bem como a necessidade de aprofundar conteúdos adquiridos no âmbito da graduação, julga importante oferecer um programa de pós-graduação *stricto sensu*, para colaborar na busca da atualização de conceitos, instrumentos, técnicas de análise e procedimentos das áreas envolvidas no programa.

2.4 PPGGEO – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO ESTRATÉGICA DE ORGANIZAÇÃO

O PPGGEO é um programa de pós-graduação da URI, localizada no Campus Santo Ângelo, pertencente ao Departamento de Ciências Exatas e da Terra, que iniciou suas atividades em 2011. Conta atualmente com o Curso de *Stricto Sensu* Mestrado Profissional em Gestão Estratégica de Organizações, tendo como área de concentração Desenvolvimento, Gestão e Organizações, sendo duas suas linhas de pesquisa: Estratégias Organizacionais e Desenvolvimento e Organização Social.

Vieira (2010) afirma que *stricto sensu* tem natureza acadêmica e de pesquisa, ainda que atue em setores profissionais. Seu objetivo é essencialmente científico, visando ao desenvolvimento e ao aprofundamento da formação acadêmica na graduação.

O curso tem como objetivo geral estabelecer um equilíbrio entre o mundo acadêmico e as estratégias organizacionais, interagindo com o setor público e privado, na geração e difusão de conhecimentos relevantes, buscando através da produção científica, soluções que facilitem o processo de desenvolvimento regional, de forma sustentável. O programa tem um planejamento de desenvolvimento institucional, visando consolidação em nível local e regional no seu campo profissional.

Segundo o Relatório 2013 da URI, o curso possuía, em 2013, 24 alunos matriculados. Seus atos de autorização são a Resolução nº 1455/CUN/2010 e o curso recomendado pela CAPES/MEC Portaria nº 1325/2011.

Na avaliação da CAPES, 2010 a 2012, avaliação trienal 2013, o curso obteve conceito 3, numa escala de 1 a 5. Nesta avaliação destaca-se o impacto e o potencial do programa nas dimensões educacional, social e econômico local, sendo considerado bom. Ainda observa-se a boa integração e a cooperação com organizações públicas e privadas e associações profissionais em âmbito local e regional, evidenciando-se os resultados alcançados com as parcerias Cooperametista, SEBRAE, CRA/RS e COREDE missões/Governo do RS. Ainda, ressalta-se o impacto local e regional do ponto de vista educacional, social e tecnológico/acadêmico do PPGGEO.

2.5 MESTRADO PROFISSIONAL

A educação superior, no Brasil, no que tange a pós-graduação *stricto sensu*, é composta de programas de mestrado e doutorado, conforme a Lei nº 9394 de 20/12/1996, Art. 44, III, e distinguem-se os graus acadêmicos ou de pesquisa e os graus profissionais, conforme Parecer nº 977/65 CESu de 03/12/1965.

A Portaria Normativa do MEC nº 17 de 28/12/2009 dispõe sobre o mestrado profissional no âmbito da CAPES, em seu Art. 3º. Define que o mestrado profissional é uma modalidade de formação pós-graduada *stricto sensu* que possibilita a capacitação de pessoal para a prática profissional avançada e transformadora de procedimentos e processos aplicados, por meio da incorporação do método científico, habilitando o profissional para atuar em atividades técnico-científicas e de inovação; a formação de profissionais qualificados pela apropriação e pela aplicação do conhecimento embasado no rigor metodológico e nos fundamentos científicos; a incorporação e a atualização permanentes dos avanços da ciência e das tecnologias, bem como a capacitação para aplicar os mesmos, tendo como foco a gestão, a produção técnico-científica na pesquisa aplicada e a proposição de inovações e aperfeiçoamentos tecnológicos para a solução de problemas específicos.

Os objetivos do mestrado profissional são descritos no Art. 4º da mesma Portaria: capacitar profissionais qualificados para o exercício da prática profissional avançada e transformadora de procedimentos, visando atender demandas sociais, organizacionais ou profissionais e do mercado de trabalho; transferir conhecimento para a sociedade, atendendo demandas específicas e de arranjos produtivos com vistas ao desenvolvimento nacional, regional ou local; promover a articulação integrada da formação profissional com entidades demandantes de naturezas diversas, visando melhorar a eficácia e a eficiência das organizações públicas e privadas por meio da solução de problemas e geração e aplicação de processos de inovação apropriados; contribuir para agregar competitividade e aumentar a produtividade em empresas, organizações públicas e privadas.

O mestrado profissional é a designação do mestrado que enfatiza estudos e técnicas diretamente voltadas ao desempenho de um alto nível de qualificação profissional. Esta ênfase é a única diferença em relação ao acadêmico. Confere, pois, idênticos graus e prerrogativas, inclusive para o exercício da docência, e, como todo programa de pós-graduação *stricto*

sensu, tem a validade nacional do diploma condicionada ao reconhecimento prévio do curso (BRASIL, 2002).

O mestrado profissional diferencia-se do acadêmico por apresentar estudos e técnicas aprofundadas, voltadas diretamente a um alto nível de qualificação profissional, concedendo idêntico grau de titulação ao mestrado acadêmico. É a resposta à demanda social por cursos mais aprofundados profissionalmente e não apenas cientificamente e, para tanto, exige-se ao final do curso, a apresentação de um produto final, que seja aplicável em caráter profissional.

A principal diferença entre o mestrado acadêmico e o profissional é o produto, isto é, o resultado almejado. No mestrado acadêmico, pretende-se pela imersão na pesquisa formar, a longo prazo, um pesquisador. No mestrado profissional, também deve ocorrer a imersão na pesquisa, mas o objetivo é formar alguém que, no mundo profissional, externo à academia, saiba localizar, reconhecer, identificar e, sobretudo, utilizar a pesquisa de modo a agregar valor às suas atividades, sejam essas de interesse mais pessoal ou mais social (RIBEIRO, 2005, p. 15).

Scarano e Oliveira (2005) afirmam que o mestrado profissional não é equivalente à implantação de um novo programa de pós-graduação concorrendo com o mestrado acadêmico existente, mas um novo modelo de operacionalização de formação, voltada para a gestão social, a implementação de tecnologias e para o setor público, o terceiro setor e a produção industrial.

Para regulamentar uma demanda de criação de mestrado profissional, a CAPES exige, no entanto, que a qualificação desses profissionais seja comprovadamente de interesse público. Isso significa que ela deve ser uma resposta às demandas locais, regionais, nacional ou internacional, tanto do setor privado como do público, e que apresente relevância social, científica e tecnológica (VIEIRA, 2010, p. 222).

O mestrado profissional mantém estreita relação com a academia, mas sempre em sintonia com a demanda externa à academia (SCARANO; OLIVEIRA, 2005, p. 92).

Recente pesquisa realizada por Cirani, Silva e Campanario (2012), quanto às matrículas em nível de *stricto sensu* em Administração, revelou que no doutorado, o aumento é sistemático, praticamente triplicando o número de matrículas, com viés de expansão. Já o mestrado acadêmico mostra certa estagnação nos últimos cinco anos, sem mostras de uma recuperação, provavelmente devido à concorrência dos

mestrados profissionais, estes com um movimento de rápido crescimento até 2005, queda entre 2006 e 2007 e, depois, uma rápida recuperação, refletindo ainda o debate em torno de sua efetiva regulamentação. Mas é significativo apontar que eram 179 alunos matriculados nesse nível de ensino em 1998, enquanto que, em 2011, já chegavam a 1525. Nesse ritmo, os mestrados profissionais irão superar o volume de matrículas da modalidade acadêmica em poucos anos.

Diante destes dados, percebe-se que as matrículas em doutorados triplicaram, em mestrado acadêmico estagnaram e em mestrado profissional observa-se um aumento expressivo e considerável, que pode inclusive superar em breve o número as matrículas dos mestrados acadêmicos. Percebe-se que há um grande interesse nesta modalidade de curso de pós-graduação *stricto sensu*, e que ainda não existem cursos de doutorado profissional no Brasil. Esta é uma boa discussão que há no campo acadêmico atualmente, principalmente ao examinar-se o site da CAPES, onde é possível perceber a existência de cursos de mestrado acadêmico, profissional e doutorado, na mesma área e mesma instituição, sendo este o caso na UFRGS e UFSM, no Estado do Rio Grande do Sul.

Quanto ao número de cursos, a CAPES (2017) informa que, em 2006 haviam 17 cursos de doutorado, 55 de mestrado acadêmico e 17 de mestrados profissionais, e que em 2016 os números aumentaram, respectivamente, para 62, 107 e 75.

Visto que os números da pesquisa citada apontam para a expansão de cursos de mestrado profissional, e que estes egressos tem afluído para doutorados acadêmicos, pois não há doutorados profissionais, percebe-se uma lacuna. No entanto, é necessário ter-se cautela nesta afirmação, pois a história de cursos profissionais no Brasil é recente e qualquer conclusão que se possa chegar neste momento é demasiadamente prematura.

2.6 DOUTORADO

Mestrado e doutorado representam dois níveis de estudos que se hierarquizam. Conforme o Parecer nº 977/65 CESu de 03/12/1965, distinguem-se o doutorado de pesquisa, o PhD que é o mais importante dos graus acadêmicos conferidos pela universidade norte-americana e os doutorados profissionais, que tem a designação do curso correspondente, por exemplo, Doutor em Engenharia, Doutor em Medicina, Doutor em Educação.

Vieira (2010) confirma que todos os mestres profissionais vinculados a CAPES realizaram o doutorado na sequência ao mestrado profissional. Um doutorado com características de profissional torna-se apropriado e conveniente, uma vez que as novas qualificações responderiam a uma necessidade de formação profissional específica concebida em conjunto entre o funcionário pós-graduando e o empregador, ou seja, com a diretoria executiva da instituição.

Entre 2000 e 2011, o número de titulados no doutorado aumentou em 243,3% e o de mestrado em aproximadamente 59,1%. No mestrado profissional, esse indicador cresceu 621,6%. Isso já era previsto e está fortemente associado à expansão sistemática da quantidade de programas e matrículas nesse nível de ensino (CIRANI; SILVA; CAMPANARIO, 2012, p. 778).

No documento de área 2017, é constatado que os cursos doutorado estão normalmente associados a Mestrado Acadêmico, mas duas Instituições de Ensino Superior (IES), têm doutorado e mestrado profissional. Em 2017 entrarão em funcionamento mais dois doutorados, nesta mesma configuração. Isso poderá se tornar mais frequente, à medida que os cursos de mestrado profissional de consolidem (CAPES, 2017, p. 2).

Percebe-se que os mestrados profissionais estão em ascensão e que os mestres que saem destes cursos de mestrado profissional não ficam estagnados neste grau, mas seguem um patamar maior, o doutorado. Na atualidade, não existe no Brasil programas de doutorado profissional, embora verifica-se a existência de demanda para a modalidade profissional de doutorado.

2.7 AVALIAÇÃO DOS MESTRADOS PROFISSIONAIS

2.7.1 Avaliação Quadrienal 2017

Conforme ficha de avaliação da CAPES, no documento da área página 15, os quesitos para avaliação dos cursos mestrado estão dispostos da seguinte maneira: proposta do programa (peso 0), corpo docente (peso 20%), corpo discente e trabalho de conclusão (peso 30%), produção intelectual (peso 30%), e inserção social (peso 20%).

2.7.1.1 Proposta do Programa

Coerência, consistência, abrangência e atualização da área de concentração, linhas de atuação, projetos em andamento, proposta curricular com os objetivos do Programa (25%).

A área de concentração precisa apontar, de maneira clara, a área do conhecimento do PPG – Programa de Pós-Graduação, os contornos gerais de sua especialidade na produção intelectual, na produção técnica e tecnológica e na formação profissional de seus mestres. As linhas de atuação precisam expressar a especificidade do conhecimento aplicado da respectiva área de concentração, apresentando um recorte específico e bem delimitado. Os projetos desenvolvidos, assim como as disciplinas ou seminários oferecidos aos alunos, devem guardar coerência com as linhas de atuação. A estrutura curricular deve apresentar de forma objetiva e coerente vínculo com a finalidade do curso (perfil do egresso) e à sua especificidade, enfatizando a articulação entre conhecimento atualizado, domínio da metodologia pertinente e aplicação orientada para o campo profissional, um núcleo de disciplinas ou seminários de tratamento metodológico relacionado às áreas de concentração, além de disciplinas ou seminários com conteúdos relacionados às linhas de atuação. As ementas das disciplinas precisam indicar o foco teórico e/ou aplicado da abordagem prevista e o estado da arte no tema. A bibliografia indicada nas disciplinas precisa representar uma listagem básica de referências, contendo livros clássicos, textos científicos e de aplicação orientada para o campo profissional, preferencialmente artigos publicados em periódicos, que representem o estado da arte no tema, tanto no campo teórico quanto no aplicado. O curso deve contemplar um mínimo de 360 horas em disciplinas ou atividades equivalentes. Eventuais alterações nos elementos da proposta (área de concentração, linhas de atuação, projetos e estrutura curricular) devem ser apontadas e justificadas na proposta.

Indicador: Avaliação qualitativa.

Coerência, consistência e abrangência dos mecanismos de interação efetiva com outras instituições, atendendo a demandas sociais, organizacionais ou profissionais (25%)

O PPG deve relatar os convênios ativos de cooperações técnicas e/ou tecnológicas e/ou científicas de âmbito local, regional e nacional, com vista a atender

demandas: sociais; organizacionais e/ou profissionais, evidenciando seus respectivos resultados e a coerência para o desenvolvimento do respectivo campo/setor profissional e, ainda, se estão em consonância com o corpo docente.

Indicador: Avaliação Qualitativa.

Infraestrutura para ensino, pesquisa e administração.

A proposta PPG precisa evidenciar que a IES disponibiliza as condições necessárias para a consecução dos objetivos de formação propostos (20%).

Indicador: Grau de adequação da infraestrutura declarada pelo PPG para o funcionamento do curso.

Planejamento do Programa visando ao atendimento de demandas atuais ou futuras de desenvolvimento nacional, regional ou local, por meio da formação de profissionais capacitados para a solução de problemas e práticas de forma inovadora (30%).

O PPG precisa evidenciar (no relatório do ano 2016) o planejamento de ações e metas que possam indicar: relevância e impacto local, regional e nacional da atuação na formação de seus mestres; e ampliação e/ou consolidação da cooperação tecnológica ou científica relevante e efetiva com outras instituições. Avaliam-se as atividades de prospecção de alunos e de financiamento para a formação e a pesquisa do PPG.

Indicador: Avaliação qualitativa.

2.7.1.2 Corpo Docente

Perfil do corpo docente, considerando experiência como pesquisador e/ou profissional, titulação e sua adequação à Proposta do Programa (50%)

O corpo docente pode ser integrado por doutores, profissionais e técnicos com experiência em pesquisa aplicada ao desenvolvimento e à inovação. Analisam-se a compatibilidade e a adequação do corpo docente em relação às linhas de atuação e ao perfil do egresso.

Será verificada a experiência profissional e/ou em pesquisa e em docência, compatível com o tipo de profissional que o PPG se propõe a formar.

Espera-se que pelo menos parte dos DP – docentes permanentes, tenha experiência profissional não acadêmica significativa e coerente com a proposta.

Pelo menos 80% dos DP devem ter doutorado. Os DP sem doutorado devem ter reconhecida e relevante experiência profissional não acadêmica recente compatível com a proposta de formação discente (PPG deve informar na Sucupira).

É esperado que pelo menos parte do corpo docente tenha atuação profissional não acadêmica recente compatível com a proposta do PPG.

Indicador: Avaliação qualitativa.

Adequação da dimensão, composição e dedicação dos docentes permanentes para o desenvolvimento das atividades de pesquisa e formação do Programa (30%).

Será considerada a legislação vigente (Portaria CAPES nº 81/2016) para a definição das categorias de professores. Entre os DP serão usados para cálculo dos indicadores apenas aqueles que tiverem concluído orientação no PPG ao longo do quadriênio.

Professores com mais de três vínculos com DP, serão desconsiderados da composição do NDP – número de docentes permanentes.

Será contabilizada a atuação dos DP em atividades de docência na pós-graduação.

Será calculada a oscilação do NDP do PPG. O PPG precisa esclarecer as razões que provocaram oscilação da composição de seu NDP. Casos de morte e aposentadoria serão descontados para a avaliação da oscilação.

Indicador 1: Proporção dos DP com no mínimo 60 horas-aula no quadriênio no PPG.

Serão analisadas situações específicas que não permitiram que o DP ministrasse 60 h.

Indicador 2: Avaliação da estabilidade do NDP. Média da proporção dos DP mantida no NDP a cada ano do quadriênio, sendo a base inicial do cálculo o ano de 2012.

Considera-se necessário que o PPG tenha ao menos oito DP.

Será verificada a dependência do PPG em relação à atuação de colaboradores e visitantes para orientação e docência. Até 20% das orientações e horas-aula podem estar na responsabilidade dos colaboradores e visitantes.

A área demanda que os DP tenham, majoritariamente, regime de dedicação integral com a instituição do PPG.

O não atendimento dos critérios acima apresentados implicará no ajuste qualitativo do conceito para este item.

Será calculada média dos indicadores.

Distribuição das atividades de pesquisa, projetos de desenvolvimento e inovação e de formação entre os docentes do Programa (20%).

Analisa-se a atuação dos DP em atividades de pesquisa e orientação.

Os DP precisam liderar projeto de pesquisa ou de desenvolvimento e inovação em organizações públicas ou privadas, com financiamento externo público ou privado.

Será analisada a alocação das orientações entre os DP do PPG em cada ano do quadriênio.

Serão somadas orientações de todos os PPG que o professor participar como permanente ou colaborador.

Indicador 1: Proporção dos DP que lideraram no quadriênio projeto de pesquisa ou de desenvolvimento e inovação em organizações públicas ou privadas, com financiamento externo público ou privado.

Indicador 2: Coeficiente de variação das distribuições anuais das orientações do PPG entre DP.

O PPG que tenha DP que sistematicamente contabilizem mais de oito orientações simultâneas poderá ter o conceito deste item ajustado.

Será calculada média dos indicadores.

2.7.1.3 Corpo Discente e Trabalho de Conclusão

Quantidade de trabalhos de conclusão (MP) aprovados no período e sua distribuição em relação ao corpo discente titulado e ao corpo docente do programa (30%).

Analisa-se quantidade de titulados no ano em relação ao número de discentes do PPG no ano anterior.

Indicador: Proporção de titulados no mestrado em cada ano.

Os cálculos são aplicáveis apenas para cursos de mestrado com três anos ou mais de funcionamento.

Qualidade dos trabalhos de conclusão produzidos por discentes e egressos (40%).

Será considerada a autoria de produtos científicos – produtos bibliográficos – artigos em periódicos ou livros/capítulos de livros classificados pela área, bem como produtos tecnológicos – de discentes e de egressos do PPG. O indicador é aplicável para cursos de mestrado com mais de dois anos de funcionamento.

Indicador 1: Proporção de discentes autores.

Indicador 2: Proporção de egressos autores.

Calcula-se média dos indicadores.

Aplicabilidade dos trabalhos produzidos (30%).

Será avaliada a aplicabilidade dos trabalhos de conclusão do mestrado, a partir dos resumos destes produtos.

Indicador: Proporção dos trabalhos que podem ser aplicados.

2.7.1.4 Produção Intelectual

Publicações qualificadas do Programa por docente permanente (25%).

A produção bibliográfica é analisada. Considera-se a produção intelectual publicada sob a forma de artigos em periódicos do Qualis da área, livros e capítulos de livros devidamente avaliados pelo Comitê da Área e alinhados à proposta do PPG.

Indicador 1: A pontuação média é calculada somando-se a pontuação correspondente à produção total dos DP dividida pelo número de DP em atuação. Este indicador é calculado para cada ano e, posteriormente, calculada a média para o período. No caso de múltiplos autores docentes considera-se apenas uma vez cada publicação. O limite máximo de pontos considerados no quadriênio para este indicador será de 200 pontos.

Serão consideradas na contagem de produção, no máximo, duas produções nos estratos B4 e/ou B5 por DP.

Se o docente participar como permanente em mais de um curso da área, a produção será integralmente considerada para cada PPG, desde que alinhada à proposta do PPG.

Indicador 2: Serão consideradas as três melhores produções de cada DP no quadriênio, alinhadas à proposta do programa. A partir destes itens será calculada uma segunda média do PPG. Cada publicação (artigo/livro/capítulo) poderá ser considerada apenas duas vezes no cálculo desta média, ou seja, a publicação contar para apenas dois DP autores, ainda que mais de dois DP do PPG sejam coautores. Para o cálculo dos indicadores deste item, serão consideradas as equivalências de pontos que seguem.

Periódicos: A1 = 100, A2 = 80, B1 = 60, B2 = 50, B3 = 30, B4 = 20 e B5 = 10.

Livros: L4 = 100, L3 = 75, L2 = 50 e L1 = 25.

Capítulos valem um terço do total dos pontos do livro. Um autor não pode contabilizar mais de 3 capítulos por livro. Para a organização/editoria de coletâneas, utilizar os mesmos pontos usados para os capítulos, considerando o limite de três, entre capítulos e organização/editoria.

Calcular média dos dois indicadores.

Produção artística, técnica, patentes, inovações e outras produções consideradas relevantes (25%).

Será avaliada a produção tecnológica do PPG.

Os produtos tecnológicos serão classificados pelo comitê da área segundo os critérios descritos na seção V deste documento.

Indicador: A pontuação média.

Serão consideradas apenas as duas melhores produções de cada DP no quadriênio, alinhadas à proposta do PPG.

Distribuição da produção científica e técnica ou artística em relação ao corpo docente permanente do programa (30%).

A distribuição da produção científica é avaliada.

Indicador: Proporção dos DP do PPG que alcançaram a mediana da produção bibliográfica qualificada da área ou a mediana da produção tecnológica da área.

Articulação da produção artística, técnica e científica entre si e com a proposta do programa (20%).

Examina a articulação entre a produção bibliográfica e os produtos tecnológicos qualificados do PPG com a proposta de formação discente do PPG.

Indicador: Avaliação qualitativa.

2.7.1.5 Inserção Social

O impacto do PPG é avaliado. Considera-se os tipos de impacto listados abaixo:

- a) educacional – contribuição para a formação de docentes, inclusive para cursos técnicos, de graduação e de especialização, valorizando-se ainda participação em programas de melhoria de ensino fundamental e médio;
- b) social – formação de recursos humanos qualificados para a Administração Pública ou a sociedade civil que possam contribuir para o aprimoramento da gestão pública e a redução da dívida social;
- c) cultural – formação de recursos humanos qualificados para o desenvolvimento cultural e artístico, formulando políticas culturais e ampliando o acesso à cultura e às artes e ao conhecimento nesse campo;
- d) tecnológico/econômico – contribuição para o desenvolvimento microrregional, regional ou nacional destacando os avanços produtivos gerados.

Considera-se informação contida na proposta do PPG ou materiais contidos no site do PPG relativos a: entrevistas concedidas; matérias em jornais e revistas; participação em conselhos tutelares e deliberativos; participação em seminários e workshops de disseminação de técnicas e de conhecimentos; outras possibilidades de divulgação.

Indicador: Avaliação qualitativa do impacto, não sendo necessário que o PPG tenha gerado impacto nas quatro dimensões listadas acima.

Integração e cooperação com outros Cursos/Programas com vistas ao desenvolvimento da pós-graduação (20%).

Será avaliada a integração a integração e a cooperação do PPG com outros PPG.

Serão especialmente valorizadas ações como:

- a) participação em programas sistemáticos de cooperação e intercâmbio;
- b) participação em projetos de cooperação entre PPG com níveis de consolidação diferentes, voltados para a inovação na pesquisa ou o desenvolvimento da pós-graduação em regiões ou sub-regiões geográficas menos aquinhoadas.

Indicador: Avaliação qualitativa.

Integração e cooperação com organizações e/ou instituições setoriais relacionados à área de conhecimento do Programa, com vistas ao desenvolvimento de novas soluções, práticas, produtos ou serviços nos ambientes profissional e/ou acadêmico (20%).

Será avaliada a integração e a cooperação do PPG com outras organizações que tenham o objetivo de desenvolver e disseminar softwares, práticas de gestão, produtos turísticos, etc.

Serão especialmente consideradas ações como:

- a) participação em convênios ou programas de cooperação com organizações/instituições, voltados para a inovação na pesquisa e o avanço da pós-graduação ou o desenvolvimento tecnológico, econômico e/ou social no respectivo setor ou região;
- b) introdução de novos produtos ou serviços (educacionais, tecnológicos, diagnósticos, etc.), no âmbito do PPG, que contribuam para o desenvolvimento local, regional ou nacional;
- c) abrangência e extensão da rede de organizações/instituições conectadas ao PPG para fim de desenvolvimento de novas soluções, práticas, produtos, etc.

Indicador: Avaliação qualitativa.

Divulgação e transparência das atividades e da atuação do Programa (20%).

A visibilidade e a transparência da atuação do PPG serão avaliadas.

Serão especialmente valorizados os seguintes aspectos:

- a) manutenção de página web para divulgação, de forma atualizada, de dados do PPG tais como critérios de seleção de alunos, parte significativa de sua produção docente, financiamentos recebidos pela CAPES e de outras

agências públicas e entidades privadas; acesso ao regulamento do PPG e às resoluções que regulamentam a gestão do PPG, etc.;

- b) garantia de amplo acesso às dissertações, pela web, conforme Portaria CAPES nº 13/2006, que torna obrigatória essa providência.

Indicador: Avaliação qualitativa.

2.7.2 Avaliação Trienal do PPGGEO pela CAPES 2013

Os cursos e os programas de nível superior no Brasil passam por processo regular de avaliação, conforme a Lei nº 9394 de 20/12/1996, Art. 44, onde obtém autorização e reconhecimento de cursos, credenciamento de instituições de educação superior, com prazos limitados, sendo renovados periodicamente.

Caso constatado deficiências, concede-se um prazo para saneamento destas, ocorre a reavaliação, que pode resultar em habilitação ou desativação de cursos, intervenção na instituição, suspensão temporária de prerrogativas de autonomia ou descredenciamento, conforme §1º.

O PPGGEO teve sua primeira avaliação em 2013, sendo esta trienal e abrangendo um período de 2010 a 2012, onde obteve nota 3 e conceito regular. A avaliação do programa está estruturada em: proposta do programa (peso 0); corpo docente (peso 20); corpo discente e trabalhos de conclusão (peso 30); produção intelectual (peso 30); e inserção social (peso 20).

Segundo a CAPES (2017), os mestrados profissionais estão concentrados na nota 3 (quase 70%), mas isso se deve, em parte, ao fato de os cursos serem novos no Sistema de Pós-Graduação (SNPG).

A próxima avaliação ocorrerá em 2017, conforme a Resolução do Conselho Superior da CAPES nº 5 de 11/12/2014, passando a ser quadrienal.

2.7.2.1 Proposta do Programa (1)

O programa iniciou suas atividades em 2011 e está estruturado em uma área de concentração – Desenvolvimento, Gestão e Organização e duas linhas de atuação: Desenvolvimento e Organização Social e Estratégias Organizacionais. O corpo docente é constituído de doze docentes permanentes, sendo oito doutores e

quatro mestres, mais três colaboradores, número suficiente para sustentar a proposta do mestrado profissional.

As linhas de atuação poderiam ser mais coerentes e consistentes para expressar a especificidade da produção do conhecimento científico e/ou aplicado produzido no âmbito do programa. A proposta é pouco explícita quanto ao alinhamento e integração entre as linhas.

São nove projetos de pesquisa/desenvolvimento em cada um dos dois anos, distribuídos de maneira não equilibrada entre as linhas de atuação. Os projetos de pesquisa abordam temas que não refletem a especificidade da linha de atuação “Estratégias Organizacionais”.

A proposta relata algumas ações de extensões e pesquisa envolvendo organizações locais e regionais, no entanto, não relata nenhuma relação formal de intercâmbio acadêmico com outras IES.

A infraestrutura para ensino, pesquisa e administração é adequada e compatível com o tamanho e a especificidade do programa de formação discente. São doze salas individualizadas para docentes permanentes; as salas para os alunos são equipadas com multimídia, apoio didático, internet, climatização e cadeiras estofadas. O relatório deixa implícito o acesso à base Scielo e apenas faz referência ao portal periódico CAPES.

O programa tem um planejamento de desenvolvimento institucional, visando consolidação em nível local e regional, no seu campo profissional, mas não descreve os convênios interinstitucionais atuais e a celebrar. Além disso, o programa não apresentou normas claras e consistentes de credenciamento e descredenciamento de docentes permanentes e colaboradores.

2.7.2.1.1 Itens Avaliados

Coerência, consistência, abrangência e atualização da(s) área(s) de concentração, linha(s) de atuação, projetos em andamento, proposta curricular com os objetivos do programa: avaliado como fraco, peso 25 (1.1).

Coerência, consistência e abrangência dos mecanismos de interação efetiva com outras instituições, atendendo as demandas sociais, organizacionais ou profissionais: avaliado como regular, peso 25 (1.2).

Infraestrutura para ensino, pesquisa e administração: avaliado como bom, peso 20 (1.3).

Planejamento do programa, visando ao atendimento de demandas atuais ou futuras de desenvolvimento nacional e regional, por meio de formação de profissionais capacitados para a solução e práticas de forma inovadora: avaliado como regular, peso 30 (1.4).

2.7.2.2 Corpo Docente (2)

O corpo docente do programa é constituído por doze professores permanentes e três colaboradores. A maioria (82,5%) dos docentes permanentes tem vínculo de 40 horas com a IES, o que atende ao parâmetro da área (mais de 70%). A experiência acadêmica do corpo docente relatada está razoavelmente alinhada à proposta de formação discente para um programa novo. No entanto, a proposta não apresenta dados suficientes sobre a experiência profissional.

A proporção de docentes permanentes com dois vínculos permanentes vem se mantendo em dois docentes. No caderno “Proposta do Programa” fala-se na contratação de mais docentes permanentes para o triênio 2013/2015, sendo agora próximo quadriênio. Não houve oscilação no número de docentes permanentes entre 2011 e 2012. Não existe dependência de colaboradores, a maioria das atividades de disciplinas, projetos e orientações é executada por docentes permanentes.

Dos docentes permanentes, 75% participam das atividades de ensino, em 2012, aquém da métrica MB esperada de envolvimento com aulas na pós-graduação. Apenas 25% coordenam projetos de pesquisa e desenvolvimento e inovação em organizações públicas ou privadas.

2.7.2.2.1 Itens Avaliados

Perfil do corpo docente, considerando experiência como pesquisador e/ou profissional, titulação e sua adequação à proposta do programa: avaliado como regular, peso 50 (2.1).

Adequação da dimensão, composição e dedicação dos docentes permanentes para o desenvolvimento das atividades de pesquisa e formação do programa: avaliado como muito bom, peso 30 (2.2).

Distribuição das atividades de pesquisa, projetos de desenvolvimento e inovação e de formação entre os docentes do programa: avaliado como fraco, peso 20 (2.3).

2.7.2.3 Produção Intelectual (4)

A produção científica média por docente é praticamente nula, tendo sido publicado apenas um artigo pontuado B5 nos dois anos de funcionamento no mestrado profissional. A produção técnica e tecnológica dos docentes permanentes também é baixa e concentrada em dois docentes permanentes. A produção técnica/tecnológica guarda uma razoável articulação entre si e com a proposta do mestrado profissional.

2.7.2.3.1 Itens Avaliados

Publicações qualificadas do programa por docente permanente: avaliado como deficiente, peso 30 (4.1).

Produções artísticas, técnicas, patentes, inovações e outras produções consideradas relevantes: avaliado como deficiente, peso 20 (4.2).

Distribuição da produção científica e técnica ou artística em relação ao corpo docente permanente do programa: avaliado como deficiente, peso 30 (4.3).

Articulação da produção artística, técnica e científica entre si e com a proposta do programa: avaliado como regular, peso 20 (4.4).

2.7.2.4 Inserção Social (5)

O impacto e o potencial do programa nas dimensões educacional, social e econômica no âmbito local são bons. Destacam-se as atividades: desenvolvimento e implementação piloto da educação empreendedora no ensino fundamental nos municípios circunscritos ao COREDE; desenvolvimento e implementação piloto de

um SIG municipal corporativo para apoio ao desenvolvimento local e regional sustentável; e desenvolvimento da piscicultura no município de Santiago/RS.

Não relato de integração com outras IES, visando ao desenvolvimento da pós-graduação.

É boa a integração e a cooperação com organizações públicas e privadas e associações profissionais em âmbito local e regional, destacando-se os resultados alcançados com as parcerias Cooperametista, SEBRAE, CRA/RS e COREDE Missões/Governo do RS.

O programa apresenta um site na internet que mantém dados básicos sobre o programa atualizado (há informação sobre data da última atualização). O site é de fácil acesso, seja direto por mecanismos de busca ou pelo site da universidade que mantém o programa.

2.7.2.4.1 Itens Avaliados

Impacto do programa: avaliado como bom, peso 40 (5.1).

Integração e cooperação com outros cursos/programas com vistas ao desenvolvimento da pós-graduação: avaliado como deficiente, peso 20 (5.2).

Integração e cooperação com organizações e/ou instituições setoriais relacionados à área de conhecimento do programa, com vistas ao desenvolvimento de novas soluções, práticas, produtos ou serviços nos ambientes profissional e/ou acadêmico: avaliado como bom, peso 20 (5.3).

Divulgação e transparência das atividades e da atuação do programa: avaliado como bom, peso 20 (5.4).

2.7.2.5 Corpo Discente e Trabalhos de Conclusão (3)

Não se aplica, pois ainda não há trabalho de conclusão em função de a primeira entrada ter se dado no segundo semestre de 2011. Este item será objeto de avaliação.

2.7.2.5.1 Itens Avaliáveis

Quantidade de trabalhos de conclusão (mestrado profissional) aprovados no período e sua distribuição em relação ao corpo discente titulado e ao corpo docente do programa, peso 30 (3.1); qualidade dos trabalhos de conclusão produzidos por discentes e egressos, peso 40 (3.2); e aplicabilidade dos trabalhos produzidos, peso 30 (3.3).

2.7.2.6 Apreciação Geral

As linhas de atuação poderiam ser mais consistentes para expressar a especificidade da produção do conhecimento científico e/ou aplicado produzido no âmbito do programa. O corpo docente cumpre os requisitos preconizados quanto à titulação, formação, estabilidade e dedicação ao programa. Não há adequada distribuição das atividades do número de docentes permanentes no que tange à coordenação de projetos de pesquisa e desenvolvimento técnico e tecnológico e à produção intelectual. Menos de $\frac{1}{4}$ do número de docentes permanentes está envolvido com essas atividades. Vale ressaltar o impacto local e regional do ponto de vista educacional, social e tecnológico/econômico do programa de pós-graduação.

Quanto aos quesitos avaliados, observa-se que a proposta do programa, o corpo docente e a inserção social foram avaliados como regular, enquanto que o quesito produção intelectual foi avaliado como fraco.

2.7.3 Diagnóstico Situacional Frente às Exigências Estabelecidas pela CAPES

Analisando-se a ficha de avaliação do PPGGEO, referente à avaliação trienal de 2013, verifica-se que existem alguns pontos que necessitam ser melhorados.

O quesito de avaliação produção intelectual, que foi avaliado como fraco, necessita urgentemente ser reavaliado.

Quanto à proposta do programa, o corpo docente e a inserção social, que foram avaliados como regulares, também merecem atenção, a fim de que possam ser melhor avaliados no próximo quadriênio.

O quesito corpo discente e trabalhos de conclusão não foi avaliado ainda, porém será motivo de avaliação, portanto, merece a devida atenção.

3 ESTRATÉGIA

As organizações, independentemente de suas atividades, missão e objetivos, necessitam de organização e planejamento, assim como de estratégias, que podem ser as mais diversas possíveis. Pode ser para ampliar sua clientela, maximizar o lucro, atender mais e melhor os seus usuários, prestar mais serviços, ou apenas manter-se estável. Verifica-se desta forma que as organizações utilizam-se de estratégias em suas atividades, em seu dia a dia e no planejamento quanto ao seu futuro.

O ser humano, ao longo do seu processo de construção da civilização, tem criado e aperfeiçoado organizações com o propósito de dar atendimento adequado às suas necessidades sociais. Evoluindo com a sociedade, as organizações tornam-se, porém, tanto quanto esta, sempre mais complexas e dependentes das interações que obrigatoriamente devem estabelecer com o meio do qual participam. Resulta daí o reconhecimento de que as ocorrências externas aos limites da organização são tão importantes para o seu desempenho e desenvolvimento quanto às ações que se estabelecem no seu interior. Conseqüentemente, estratégias e decisões organizacionais são tentativas de gerenciamento dos ajustes mais adequados e racionais entre a organização e o seu ambiente (VIEIRA, 2000, p. 14).

Estratégia, para Oliveira (2011), é definida como um caminho, ou maneira, ou ação estabelecida e adequada para alcançar os resultados da empresa, representados por seus objetivos, desafios e metas. E uma situação pode ser considerada como estratégica quando existe interligação entre os aspectos internos (controláveis) e externos (não controláveis) da empresa.

É importante lembrar que ninguém nunca viu ou tocou uma estratégia; Mintzberg et al. (2006), afirma que cada estratégia é uma invenção, uma criação da imaginação de alguém, seja concebida com a intenção de regular o comportamento antes que ocorra a ação, seja inferida como padrão para descrever um comportamento que já ocorreu.

[...] estratégia é para a organização aquilo que a personalidade é para o indivíduo. [...] Diversos conceitos de outros campos também capturam esta noção; os antropólogos referem-se à “cultura” de uma sociedade, e os sociólogos à sua “ideologia”; os teóricos militares escrevem sobre a “grande

estratégia” dos exércitos; teóricos da administração usaram termos como “teoria dos negócios” e sua “força motriz” (DRUCKER, 1974; TREGOE; ZIMMERMANN, 1980); e os alemães talvez capturem melhor o sentido com sua palavra “weltanschauung”, literalmente “visão do mundo”, significando intuição coletiva sobre como o mundo funciona (MINTZBERG et al., 2006, p. 27).

Percebe-se que a estratégia é algo que pode alcançar diversos tipos de organizações, auxiliando estas no alcance de seus objetivos e metas. Porém, em alguns tipos de organização a estratégica ocorre em um período de tempo maior, como é o caso dos exércitos. A formulação de estratégias, entretanto, é vital para todas as organizações, que almejam, no mínimo, a sobrevivência.

Akabane (2012) diz que a formulação da estratégia consiste na geração, na avaliação e na seleção de meios pelos quais os objetivos serão atingidos; portanto, é um processo intelectual, analítico e intuitivo focado sobre a eficácia. Desta forma, todos os recursos disponíveis serão considerados antes de qualquer tomada de ação na qual se requer a sintonia absoluta entre os participantes do alto nível hierárquico da organização.

É necessário ainda envolver os colaboradores com a estratégia vislumbrada pelos estrategistas da organização. Conforme Bethlem (1998, p. 17):

O conceito de estratégia e as ações relativas a ele – planejamento, elaboração, execução, implantação, acompanhamento, controle, avaliação etc. – tem que ser ensinados aos atores e serem não só aprendidos, como também adotados por eles como válidos e úteis. Desta forma, a forma como se interage com o conceito de estratégia tem importância crucial.

Lima (2007) diz que quando os desafios organizacionais são traduzidos em planejamento e ações voltadas ao aproveitamento de oportunidades, bem como ao bloqueio e amenização das ameaças, alia-se o resultado da prospectiva à formulação de estratégias e ações. Para Kotler (2003, p. 159) “o mundo é fecundo em oportunidades. [...] cada problema pode suscitar várias soluções”.

3.1 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Estratégia envolve um planejamento estratégico, que norteia a gestão das organizações a fim de que sua estratégia seja efetivamente realizada.

O planejamento estratégico, então, é um importante instrumento de gestão que auxilia, consideravelmente, o administrador educacional em seu

processo decisório na busca de resultados mais efetivos e competitivos para a instituição de ensino (COLOMBO et al., 2004, p. 17).

Planejamento estratégico, para Oliveira (2011, p. 73), é uma metodologia administrativa que permite estabelecer a direção a ser seguida pela empresa e que visa ao maior grau de interação com o ambiente, no qual estão os fatores externos não controláveis pela empresa. Na concepção de Fernandes e Berton (2005, p. 11):

[...] Planejamento estratégico busca sistematizar o pensamento estratégico, formalizando processos e procedimentos para que a empresa saiba exatamente os caminhos a seguir: Ansoff vê o planejamento estratégico como uma “abordagem essencialmente cartesiana”, “uma estrutura mais amarrada, presa ao que foi definido pelo planejamento e documentado nos planos da empresa”. Entretanto, lembra a continuidade entre planejamento e ação, adaptando a frase do filósofo René Descartes, “planejo, logo realizo”, sinalizando como o ato de planejar orienta a ação subsequente.

O planejamento estratégico, na visão de Gianotti (2004, p. 18), é um processo desenvolvido, tendo em vista uma situação desejada, de modo efetivo e com a melhor concentração de esforços e recursos organizacionais.

A implantação do planejamento estratégico requer discussão prévia, entendimento e aceitação de suas consequências, assim como o comprometimento com as responsabilidades definidas durante e após o processo (GIANOTTI, 2004, p. 19).

O trabalho de formação de estratégias nas organizações, por envolver aspectos racionais, emocionais, intuitivos, simbolismos e manobras políticas, não se constitui em atividade simples para os gestores. A materialização de estratégias requer dos gestores uma combinação de conhecimento, experiência, criatividade, sensibilidade, insights, arte e negociação, entre outras habilidades, certamente, mais exigidas e necessárias na gestão de sistemas organizacionais complexos (MEYER JR.; PASCUCCI; MANGOLIN, 2012, p. 52).

Gianotti (2004, p. 16) afirma que a prática do planejamento estratégico, sustentada por uma base sólida de informações estruturadas do ambiente interno e por referências confiáveis do ambiente externo, tem ajudado as organizações empresariais a projetarem com maior segurança suas possibilidades para o futuro.

O planejamento estratégico envolve a análise das atividades no macro e microambientes das organizações, a fim de apoiar o processo de tomada de decisões sobre os objetivos e estratégias (CASARTELL et al., 2010, p. 186).

Já para Kotler e Armstrong (1998, p. 23), o planejamento estratégico é definido como “o processo de desenvolvimento e manutenção de uma referência estratégica entre os objetivos e capacidades da empresa e as mudanças de suas oportunidades no mercado”.

Conforme Oliveira (2011, p. 30), “a prática tem demonstrado que o adequado desenvolvimento do planejamento estratégico propicia efetuar, com qualidade, os ajustes no modelo de gestão anteriormente elaborado”.

Através do planejamento estratégico, pode-se vislumbrar a gestão estratégica, onde as empresas são constantemente avaliadas estrategicamente e sua própria gestão tem esta ênfase. Na concepção de Fahey e Randall (1999, p. 15), a gestão estratégica pode ser vista como:

[...] o nome do desafio mais importante, árduo e abrangente com que se defronta qualquer organização privada ou pública: de que maneira estabelecer as bases para o êxito de amanhã e ao mesmo tempo competir para vencer nos mercados de hoje. A vitória no presente não é o bastante; a não ser que, simultaneamente, as sementes do êxito de amanhã também estejam sendo plantadas e cultivadas, a empresa não terá futuro.

É necessário não perder de vista os concorrentes, porém não deixar de lado a parte interna da organização. A estratégia deve englobar a organização como um todo, vista como um sistema e fazendo parte de um, pois ela interage com o ambiente externo e possui ambiente interno. Segundo Paiva e Neves (2008, p. 53):

Não se devem deixar de lado [os concorrentes], principalmente nos processos de planejamento de longo prazo como é o estratégico, os concorrentes potenciais, porém sua análise deve ser realizada em linhas mais gerais, visando a identificação de tendências de suas atividades e possíveis ameaças.

Casartell et al. (2010, p. 189) alega que o uso inteligente da informação é fundamental para a tomada de decisão qualificada, visando formular estratégias empresariais e reforçar a capacidade de competir em um ambiente de constantes mudanças. Sobretudo, para Watt (2007, p. 25-26):

A definição precisa dos objetivos também contribui muito para o estabelecimento de uma estrutura organizacional, pois permite que cada indivíduo ou comissão receba uma série de alvos específicos (sub objetivos) que devem ser atingidos, o que irá refletir posteriormente na necessidade de

que todos trabalhem em conjunto, já que muitos objetivos serão interdependentes.

A estratégia, seu planejamento e a gestão são essenciais para as organizações da atualidade e estas devem estar de acordo com: a missão, a visão, os objetivos e as metas das organizações. Devem envolver seus colaboradores para que sua aplicação seja possível e não devem perder de vista seus concorrentes, a fim de que obtenha sucesso em sua aplicação.

Para que as organizações funcionem e, assim, realizem seus objetivos, requer-se a tomada de decisões e a direção e controle dessas decisões (LIBÂNIO, 2008, p. 100).

Na concepção de Santos (2007), estratégia é um plano deliberado de ações futuras que servem de direcionamento ou guia de ação para o futuro, ou seja, um padrão de ações a ser seguido, que ao longo do tempo, deverá manter a solidez nos propósitos das organizações.

Na estratégia como plano, a estratégia pode ser definida, segundo Caridade (2012), como um plano de ação traçado para direcionar a organização e, neste caso, a estratégia seria uma direção pretendida, definida de maneira consciente e racional para lidar com situações que se apresentam à organização.

3.1.1 Plano de Ação – 5W2H

As questões estratégicas deram origem aos projetos ou iniciativas estratégicas que, para serem resolvidas e/ou encaminhadas, precisam de um plano de ação específico (SILVA, 2013, p. 71).

Plano de ação é descrito por Luzio (2010) como uma ferramenta prática de planejamento e gestão que deve ser encarada como uma “agenda” de gerenciamento, seguida à risca e revisada semanalmente para garantir que a equipe não deixe de percorrer caminhos críticos para conquistar o novo patamar de desempenho almejado.

Razzolini Filho e Zarpelon (2005) comentam que o plano de ação define as ações a serem tomadas, após a coleta e análise de dados. Incide sobre as ações que devem ser tomadas normalmente em um curto prazo, descrevendo como

colocar em prática as ações estratégicas, porém nada impede de ser projetado a médio e longo prazo.

Para Castor e Zugman (2009, p. 198), o plano deve ser sofisticado somente o necessário para torná-lo útil em cada caso particular. O princípio científico da parcimônia deve ser aplicado amplamente no planejamento estratégico: não se deve tornar as coisas mais complexas se isso não trazer um ganho significativo no entendimento ou utilidade.

É nesta fase que se indicam os responsáveis por cada etapa do plano, os prazos (início e término) e os recursos necessários para seu cumprimento, tais como: humanos, equipamentos, financeiros, etc. (COLOMBO et al., 2004, p. 33).

Para o sucesso da implementação, é necessário ter profissionais que possuam a conjugação dessas características, e isso não é fácil. Torna-se cada vez mais claro e transparente que as pessoas devem ser colocadas no centro da estratégia, pois o capital humano, nas instituições de ensino, é o fator mais relevante para a sua competitividade no mercado. [...] Conservar os melhores talentos passa a ser uma vantagem competitiva e, portanto, um fator de grande atenção dos líderes visionários (COLOMBO et al., 2004, p. 35).

Os planos de ação preveem atividades programadas, contendo o detalhamento de como deverá ser realizada e concretizada a estratégia para se atingir o objetivo. É o desdobramento da estratégia (COLOMBO et al., 2004, p. 33). Razzolini Filho e Zarpelon (2005), no entanto, afirmam que o plano de ação pode dar origem a um planejamento estratégico, ou basear-se neste, tanto para medidas de correção de problemas eminentes como para sua prevenção.

A formatação dos planos de ação segue o modelo 5W2H, conforme Lamenza (2008). A planilha em que as estratégias são formalizadas contém as seguintes informações:

- *WHAT*: O que será feito (etapas);
- *WHY*: Por que será feito (justificativa);
- *WHERE*: Onde será feito;
- *WHEN*: Quando será feito (tempo);
- *WHO*: Por quem será feito (responsável);
- *HOW*: Como será feito (método);
- *HOW MUCH*: Quanto custará fazer.

Costa (2003) também salienta que: O detalhamento dos planos estratégicos para tratamento de projetos específicos é feito por meio de planos de ação, que são documentos expeditos que especificam o que vai ser feito, quem vai fazer, quando deve estar pronto, como vai fazer e quais recursos humanos, materiais ou financeiros são necessários para realizá-los.

Desta forma, cada ação ou atividade deverá ser detalhada da melhor maneira possível para atingir os resultados esperados. Costa (2003) menciona que para cada meta ou objetivo deve existir um plano de ação específico para que os passos a serem executados sejam observados por pessoas devidamente identificadas.

3.1.2 Matriz SWOT

A análise SWOT foi criada por dois professores da *Harvard Business Scholl* (Kenneth Adrews e Roland Christensen) e foi aplicada por numerosos acadêmicos. Trata-se de uma metodologia que estuda a competitividade da organização segundo quatro variáveis, que dão origem ao acrônimo SWOT (RAZZOLINI FILHO; ZARPELON, 2005, p. 175).

Luzio (2010) descreve a matriz SWOT como uma ferramenta de diagnóstico interno e externo da organização mais utilizada e que retrata a situação atual competitiva da empresa.

A base de aplicação da matriz SWOT é o cruzamento do que sejam as oportunidades e as ameaças externas à intenção estratégica da organização, levando-se em conta missão, visão, valores e objetivos organizacionais, com as forças (pontos fortes) e as fragilidades (pontos para melhoria) dessa organização (CHIAVENATO; SAPIRO, 2009, p. 181).

Na concepção de Colombo et al. (2004), para definir estratégias adequadas, é necessário analisar os ambientes interno e externo, e um modo de fazer isso é pelo uso da análise SWOT, que vem a ser a avaliação sistemática das forças e deficiências internas de uma organização e de oportunidades e ameaças externas.

A análise SWOT é uma técnica de análise dos ambientes interno e externo, comumente empregada para a avaliação do posicionamento da organização e de sua capacidade de competição. Corresponde à sigla das palavras inglesas *strenght* (pontos fortes), *weaknesses* (pontos fracos), *opportunities* (oportunidades) e *threats* (ameaças). As duas primeiras situações se referem ao ambiente interno da empresa, e as duas últimas, ao ambiente externo. Ou seja, são condições próprias ou do entorno que podem ajudar ou atrapalhar o desenvolvimento da empresa no mercado, e que se

classificam como informações internas e informações externas, ambas necessárias na análise da situação da empresa em relação à concorrência (SERTEK; GUINDANI; MARTINS, 2011, p. 151).

Segundo Razzolini Filho e Zarpelon (2005) é através da elaboração de, um inventário das forças e das fraquezas da organização (ambiente interno) e das oportunidades existentes no seu ambiente externo e do grau de adequação entre elas, que pode-se realizar a análise.

Na concepção de Ibáñez, Aldana e Ruiz (2008), a matriz SWOT é uma estrutura conceituada para a análise sistemática que facilita a comparação das ameaças e das oportunidades com as forças e as fraquezas da organização. Seu uso apropriado provê uma boa base para a formulação de estratégias.

Segundo Pérez et al. (2011), para a definição dos indicadores estratégicos, constrói-se uma matriz SWOT, que combina forças, fraquezas, ameaças e oportunidades, oferecendo orientação no desenvolvimento de estratégias, permitindo executar um plano estratégico.

As estratégias para um planejamento através da análise SWOT devem manter os pontos fortes, os pontos fracos devem ser reduzidos, as oportunidades aproveitadas e das ameaças devemos nos proteger. Desta forma, a organização poderá identificar os pontos fortes que ainda não foram utilizados e os pontos fracos que podem ser corrigidos.

3.1.3 Matriz GUT

O fim a que se destina a matriz GUT é determinar, sob um prisma quantitativo, os problemas que terão precedência para a adoção das medidas corretivas e preventivas. Essa matriz classifica as questões não resolvidas de acordo com as variáveis: gravidade, urgência e tendência. A primeira dimensiona o impacto social do problema; já a segunda engloba o prazo, ou seja, se a resolução do problema pode esperar ou deve ser imediata; por fim, a terceira variável configura-se na chance do problema se tornar ainda maior no curto prazo (MARSHALL JUNIOR et al., 2008). Razzolini Filho e Zarpelon (2005) afirmam que a GUT é uma ferramenta de gestão, comumente utilizada no auxílio ao planejamento estratégico e determinação de prioridades.

Exemplificando: um problema extremamente grave, urgentíssimo e com altíssima tendência recebe a pontuação 5 para as variáveis gravidade, urgência e tendência, tendo como valor final a pontuação de 125. Os valores que devem ser atribuídos aos problemas potenciais na matriz GUT podem ser sintetizados no quadro a seguir:

Quadro 1: Valores da matriz GUT

Gravidade	Urgência	Tendência
1 = sem gravidade	1 = não tem pressa	1 = não vai piorar
2 = pouco grave	2 = pode esperar	2 = vai piorar em longo prazo
3 = grave	3 = mais cedo possível	3 = vai piorar em médio prazo
4 = muito grave	4 = alguma urgência	4 = vai piorar em pouco tempo
5 = gravíssimo	5 = ação imediata	5 = vai piorar rapidamente

Fonte: Adaptado de Daychouw (2007).

Marshall Junior et al (2008), afirma que a matriz GUT trabalha com uma escala crescente de números inteiros que vai de 1 até 5, sendo 1 para os menores e 5 para os maiores valores. Posteriormente, multiplicam-se os valores gravidade, urgência e tendência com a finalidade de obter um valor final para cada problema elencado.

Antes do planejamento e estruturação deve-se analisar e escolher a metodologia da ferramenta que melhor se adapte à necessidade específica (RAZZOLINI FILHO; ZARPELON, 2005, p. 99).

3.2 ESTRATÉGIA EM IES

O acentuado crescimento no número de IES privadas tem sido uma característica marcante no cenário do ensino superior brasileiro desde o final dos anos 90. Essa constatação, segundo Casartell et al (2010), aliada ao aumento nos níveis de ociosidade, aponta para a necessidade de práticas mais efetivas de gestão no ensino superior privado.

Nas duas últimas décadas do século XX, técnicas de planejamento estratégico da perspectiva porteriana tornaram-se parte dominante dos modelos de gestão acadêmica, principalmente nos Estados Unidos (ALMEIDA FILHO et al., 2014, p. 279).

Nunes (1996) afirma que não é mais possível garantir a sobrevivência de uma instituição de ensino através de objetivos limitados, ações adaptativas e de curta

duração, mas adotando tipos de estratégias, políticas e definição de normas e procedimentos internos e, principalmente, ampliando o grau de transparência da sua gestão administrativa.

Pensar as universidades privadas tendo como foco a prática de estratégias implica buscar novos componentes para a construção de um modelo próprio e mais adequado às especificidades dessas organizações educacionais (MEYER JR.; PASCUCCI; MANGOLIN, 2012, p. 67). Na concepção de Meyer Jr., Pascucci e Mangolin (2012, p. 50):

As instituições de educação superior – IES – brasileiras, a exemplo de outras organizações, têm enfrentado constantes desafios provocados por mudanças no ambiente. Este contexto, no caso das instituições privadas, caracteriza-se por acirrada competição. [...] Isto tem feito com que estas instituições se lancem à busca de um gerenciamento estratégico que lhes permita melhor definição de objetivos, estabelecimento de prioridades, uso mais adequado dos recursos e, em especial, a materialização das estratégias. Assim, um dos aspectos críticos da gestão universitária tem sido a prática de estratégias que permitam a esse tipo de organização alcançar o desempenho desejado e se manter competitiva no setor.

A gestão estratégica de uma IES deve ser concebida a partir da articulação entre os processos de avaliação institucional e de planejamento estratégico (GIANOTTI, 2004).

No mesmo contexto, Jiménez (2010), afirma que o alcance das metas e o desenvolvimento das IES necessita de uma sólida e congruente visão e missão, sendo estas operacionalizadas através de um conjunto de dimensões e categorias relacionadas, que dão lugar a criação de um planejamento estratégico de desenvolvimento que promove a qualidade em suas áreas funcionais.

Percebe-se que o planejamento estratégico é imprescindível nas IES atualmente, mas para que possa ser elaborado, é necessário que a missão e a visão sejam conhecidas e através delas traçadas as estratégias. Após, tem-se que saber quais são as metas e os objetivos que se pretendem alcançar. Com este desenho da IES conhecido, é possível dar início ao planejamento propriamente dito.

Com base em estudo do planejamento desenvolvido em universidades brasileiras, Meyer Jr. (2005) identificou três dimensões importantes para a compreensão desse processo: racional, política e simbólica. O planejamento, como ato racional, é caracterizado por ordenar, de forma lógica e sequenciada, os objetivos e as ações. Como ato político, o planejamento requer o apoio dos grupos

de interesse e a participação das pessoas. As universidades são arenas políticas onde interagem os interesses das diversas áreas de conhecimento e dos grupos que nelas atuam. Como ato simbólico, o planejamento, o processo, os planos, a programação, o ritual e a linguagem utilizada no processo de formulação de estratégias são vistos muito mais por aquilo que representam para os membros da organização do que por aquilo que efetivamente contribuem para o desempenho da organização (MEYER JR., 2005). Na prática gerencial, essas dimensões se mesclam diante de contextos organizacionais distintos, formando uma complexa combinação de abordagens, o que exige habilidades especiais do gestor universitário com implicações na prática das estratégias.

Existem inúmeras ferramentas que auxiliam as organizações na elaboração e acompanhamento estratégico. É necessário que após o conhecimento destas seja escolhida a ferramenta ou a combinação de ferramentas mais adequada a cada organização.

4 METODOLOGIA

Método, na concepção de Marconi e Lakatos (2010), é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros – traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista.

Neste estudo utilizou-se o método científico. Marconi e Lakatos (2010), seguindo a linha de Bunge sugerem que o método científico é a teoria da investigação e esta alcança seu objetivo, de forma científica, quando cumpre as seguintes etapas:

- descobrimento do problema;
- colocação precisa do problema;
- procura de conhecimentos ou instrumentos relevantes ao problema;
- tentativa de solução do problema com auxílio dos meios identificados;
- invenção de novas ideias ou produção de novos dados empíricos;
- obtenção de uma solução;
- investigação das consequências da solução obtida;
- prova (comprovação) da solução;

- correção das hipóteses, teorias, procedimentos ou dados empregados na obtenção da solução incorreta.

Estudo de caso é o método científico utilizado neste estudo, pois configura-se, na visão de Gil (2010), pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento.

A técnica utilizada foi a descritiva que é definida por Rampazzo (2005) como estudo descritivo, sendo que trata-se da descrição das características, relações e propriedades existentes na comunidade, grupo ou realidade pesquisada.

A pesquisa bibliográfica, adotada neste estudo, consiste na pesquisa a material já publicado. Gil (2010) afirma que a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao pesquisador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente.

Para Marconi e Lakatos (2010), a finalidade da pesquisa bibliográfica é colocar o pesquisador em contato direto com tudo que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto. Afirma ainda que este tipo de pesquisa não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob o novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras.

Quanto à natureza dos dados utilizou-se uma abordagem qualitativa considerando a complexidade da pesquisa e a quantidade de temas correlatos envolvidos nesta pesquisa.

A pesquisa qualitativa é um meio para explorar e entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano. O processo de pesquisa envolve as questões e os procedimentos que emergem, os dados tipicamente coletados no ambiente do participante, a análise dos dados indutivamente construída a partir das particularidades para os temas gerais e as interpretações feitas pelo pesquisador acerca do significado dos dados (CRESWELL, 2010, p. 26).

O trabalho de natureza exploratória, segundo Marconi e Lakatos (2013), é uma investigação de pesquisa empírica, cujo objetivo é a formulação de questões ou de um problema com a finalidade de desenvolver hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador com o ambiente, fato ou fenômeno para a realização de uma pesquisa futura mais precisa ou modificar a clarificar conceitos.

O caminho metodológico assumido por esta dissertação é um estudo comparado através de visitação a sites dos órgãos reguladores, como CAPES e

CNPq, sites de outras instituições de ensino e demais bibliografias de referência no assunto, tais como livros, teses, dissertações e artigos científicos.

Com base na avaliação da CAPES do programa de mestrado profissional do PPGGEO e dos requisitos para a implantação de cursos de doutorado pela CAPES, realizou-se uma avaliação crítica destas informações. Utilizou-se a matriz SWOT para a análise dos pontos fortes e fracos, das ameaças e das oportunidades, após a matriz GUT, para verificar quais os pontos que merecem mais atenção e ação imediata, então, com estes dados, elaborou-se uma proposta de plano de ação para a elaboração de um projeto de doutorado para o PPGGEO.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Espera-se contribuir com PPGGEO disponibilizando um conjunto de ações estratégicas, organizadas em um Plano de Ação visando a melhoria contínua no processo de gestão do Programa e, conseqüentemente, uma progressiva avaliação junto a CAPES. Desta forma, após a análise dos dados obtidos, procurou-se quantificar a avaliação recebida pelo PPGGEO em sua primeira avaliação, no ano de 2013, referente aos anos 2011 e 2012. De posse desses dados foi possível identificar os pontos a serem tratados em ordem de notas e pesos. Para tanto, utilizou-se a matriz GUT adaptando-a aos dados de pesos e notas, sendo que os números foram atribuídos em sequência, conforme apresentado e descrito neste trabalho, como por exemplo, Proposta do Programa (1), e os itens avaliados 1.1; 1.2; 1.3 e 1.4, e assim sucessivamente conforme apresentados na tabela 1, a seguir:

Tabela 1: Matriz GUT

GUT	NOTAS	PESOS	TOTAL	SOMA
1	3	0	0	0
1.1	4	2,5	10	0
1.2	3	2,5	7,5	0
1.3	2	2	4	0
1.4	3	3	9	0
2	3	2	6	6
2.1	3	5	15	90
2.2	1	3	3	18
2.3	4	2	8	48
3	0	3	0	0
3.1	0	3	0	0

3.2	0	4	0	0
3.3	0	3	0	0
4	4	3	12	12
4.1	5	2,5	12,5	150
4.2	5	2,5	12,5	150
4.3	5	3	15	180
4.4	3	2	6	72
5	3	2	6	6
5.1	2	4	8	48
5.2	5	2	10	60
5.3	2	2	4	24
5.4	2	2	4	24

Fonte: Autora (2017).

Nas avaliações da CAPES, as notas são apresentadas como conceitos MB (Muito Bom), B (Bom), R (Regular), F (Fraco) e D (Deficiente). Para o desenvolvimento e adequação dos cálculos neste trabalho são atribuídos a estes conceitos respectivamente, os pesos 1, 2, 3, 4 e 5.

Os pesos percentuais da avaliação receberam os seguintes pontos: 20 = 2, 25 = 2,5, 30 = 3, 40 = 4 e 50 = 5. Desta forma, quanto maior a pontuação, maior a atenção e urgência no tratamento do quesito.

A soma final foi obtida de acordo com o seguinte critério: primeiramente atribuiu-se os pesos aos quesitos 1, 2, 3, 4 e 5. A partir desse total foram atribuídos os pesos proporcionais em cada subitem. O total correspondente é à multiplicação da nota x peso x total do quesito a que pertence. Exemplo, no item 1.1, nota 1.1 x peso 1.1 x total 1.

Portanto, verificou-se que três quesitos tiveram pontuação superior a 150, sendo eles 4.1, 4.2 e 4.3. Nenhum quesito teve pontuação entre 100 e 149. Três quesitos tiveram pontuação entre 99 e 50, sendo eles: 2.1, 4.4 e 5.2. E dois tiveram pontuação entre 0 e 49, o 2.3 e 5.1. Considerou-se apenas os itens até a soma de 40.

A matriz SWOT proporciona uma análise estratégica que permite perceber como a organização pode lidar com tendências, oportunidades, coações e ameaças provenientes do ambiente externo (CHIAVENATO; SAPIRO, 2009, p. 182).

No primeiro momento, a análise foi realizada pela Ficha de Avaliação do PPGGEO, realizada em 2013, correspondente aos anos 2011 e 2012. Os quesitos avaliados identificaram as forças, fragilidades, oportunidades e ameaças. Em

seguida, foi possível visualizar a matriz SWOT onde as ameaças foram consideradas os itens não avaliados; as oportunidades, os itens avaliados; as forças, os itens que foram bem avaliados; e as fraquezas, os itens que foram mal avaliados.

Tabela 2: Matriz SWOT

<u>SWOT</u>	DIAGNÓSTICO DA ORGANIZAÇÃO	
	<i>FORÇAS</i>	<i>FRAQUEZAS</i>
DIAGNÓSTICO EXTERNO:	5.1 5.3 5.4 2.2	2.1 2.3 4.1 4.2
<i>OPORTUNIDADES</i>		4.3 4.4 5.2
<i>AMEAÇAS</i>	1.3 3.1 3.2 3.3	1.1 1.2 1.4

Fonte: Autora (2017).

Visualiza-se na matriz SWOT que os itens 1.1, 1.2 e 1.4 não foram avaliados ou tiveram peso nulo, pois quando avaliados não obtiveram boa avaliação. Assim, considera-se estes quesitos como fraquezas/ameaças.

O item 1.3 foi avaliado como bom, mesmo com peso nulo, indicando que é necessário manter cuidado em razão que poderá ocorrer mudança a nível de peso, e deve-se manter o mesmo patamar de nota. No caso do item 3, o mesmo ainda não sofreu avaliação, porém, será avaliado no próximo quadriênio. O diagnóstico destes itens foi classificado como forças/ameaças.

Como forças/oportunidades tem-se os itens 5.1, 5.3, 5.4 e 2.2. Estão sendo bem avaliados, e com isso necessitam de ações para manter o bom desempenho com possibilidade de melhorar ainda mais.

As oportunidades/fraquezas indicam que os quesitos 2.1, 2.3, 4.1, 4.2, 4.3, 4.4 e 5.2 são oportunidades de aproveitamento, mas precisam de atenção e de ação corretiva imediata para que se possa tornar estas fraquezas em forças para a próxima avaliação.

5.1 SWOT X GUT

Ao analisar-se os resultados das análises SWOT e GUT verificou-se que os quesitos apontados por ambas como pontos de atenção/ação imediata são os itens 4.1; 4.3; 4.2; 5.2; 2.1; 4.4 e 2.3. O item 5.1, que aparece como atenção na GUT, mas como força/oportunidade na SWOT não necessita de priorização das ações. Isso se deve ao fato de que o referido item possui peso de 40 na avaliação, e mesmo recebendo o conceito bom na avaliação a pontuação ficou alta. Por este motivo desconsidera-se este quesito como ação imediata no plano de ação.

5.2 - PLANO DE AÇÃO – 5W2H

Após a análise dos dados foi possível separar os itens por ordem de prioridade, e o detalhamento para execução mediante enquadramento metodológico denominado 5W2H. A seguir os itens distribuídos em ordem de execução:

- 4.1 = publicações qualificadas do programa por docente permanente;
- 4.3 = distribuição da produção científica e técnica ou artística em relação ao corpo docente permanente do programa;
- 4.2 = produção artística, técnica, patentes, inovações e outras produções consideradas relevantes;
- 5.2 = integração e coordenação com outros cursos/programas com vistas ao desenvolvimento da pós-graduação;
- 2.1 = perfil do corpo docente, considerando experiência como pesquisador e/ou profissional, titulação e sua adequação à proposta do programa;
- 4.4 = articulação da produção artística e científica entre si e com a proposta do programa;
- 2.3 = distribuição das atividades de pesquisa, projetos de desenvolvimento e inovação e de formação entre os docentes do programa;

A partir dos dados apresentados na ordem de prioridades de implementação, são apresentados os critérios para a avaliação quadrienal 2017, em consonância com o Documento de Área 2017 – CAPES (em anexo a esta Dissertação):

- A produção intelectual será calculada uma média entre dois indicadores, sendo o primeiro uma pontuação média anual que é calculada somando-se a pontuação correspondente à produção total dos DP dividida pelo número de DP em atuação, e sendo consideradas no máximo duas produções nos estratos B4 e/ou B5 por DP. O outro indicador onde será avaliado pelas três melhores produções de cada DP no quadriênio, alinhadas à proposta do PPG;
- Os capítulos de livro correspondem a um terço do total dos pontos do livro, e um autor não pode contabilizar mais de 3 capítulos do livro;
- Na distribuição da produção científica, técnica ou artística em relação ao corpo docente o indicador será a proporção dos DP do PPG que alcançaram a mediana da produção bibliográfica qualificada da área, ou a mediana da produção tecnológica da área;
- Quanto à produção artística, técnica, patentes, inovações e outras produções consideradas relevantes, o indicador será a pontuação média, e serão consideradas apenas as duas melhores produções de cada DP no quadriênio, alinhadas à proposta do PPG;
- A interação e cooperação com outros cursos e/ou programas, serão especialmente valorizadas as ações de participação em programas sistemáticos de cooperação e intercâmbio, e também a participação em projetos de cooperação entre PPG com níveis de consolidação diferentes, voltados para a inovação na pesquisa ou desenvolvimento da pós-graduação em regiões ou sub-regiões menos aquinhoadas;
- O corpo docente deve ser composto por, pelo menos 80% de doutores, e os que não possuem esta titulação devem ter reconhecida e relevante experiência profissional não acadêmica recente e compatível com a proposta de formação discente, e espera-se que parte do DP tenha atuação profissional não acadêmica recente compatível com a proposta do PPG;

- Será avaliada a articulação entre a produção bibliográfica e os produtos tecnológicos qualificados do PPG com a proposta de formação discente do PPG;
- Será calculada a média dos seguintes indicadores: proporção dos DP que lideraram, no quadriênio, os projeto de pesquisa ou desenvolvimento e inovação em organizações públicas ou privadas, com financiamento externo público ou privado, e o indicador do coeficiente de variação das distribuições anuais das orientações do PPG entre DP.

Com base na comparação das prioridades apontadas pelas tabelas GUT e SWOT e na análise dos critérios da CAPES para avaliação do quadriênio 2017, elaborou-se a Tabela 3, Plano de Ação - 5W2H. Os itens são apresentados por ordem de prioridade, conforme informação apontada no item 5.1 mediante o cruzamento de dados entre as matrizes SWOT e GUT. A metodologia 5W2H, a seguir, encaminha as ações de melhoria em forma de perguntas: o que será feito (*what*)?; por que será feito (*why*)?; onde será feito (*where*)?, quando será feito (*when*)?, por quem será feito(*who*)?, como será feito (*how*)? e quanto custará fazer (*how much*)?.

Tabela 3: Plano de ação 5W2H

Plano de Ação 5W2H						
O que	Por que	Onde	Quando	Por quem	Como	Quanto
Prioridade 4.1: Publicações qualificadas do Programa por docente permanente						
Melhorar a produção intelectual dos docentes	Quesito avaliado como deficiente e com peso alto na avaliação	PPGGEO	Março a Dezembro de 2017	Docentes, com acompanhamento da coordenação e auxílio da secretária	Buscando assuntos relevantes, alinhados ao Programa e parcerias com discentes e demais docentes	Tempo da secretária para elaboração e acompanhamento de planilha, e dedicação de docentes.
Prioridade 4.3: Distribuição científica e técnica ou artística ao DP do PPG						
Melhorar a produção intelectual ou tecnológica dos docentes	Quesito avaliado como deficiente e com peso alto na avaliação	PPGGEO	Março a Dezembro de 2017	Corpo Docente, com acompanhamento da coordenação e auxílio da secretária	Buscando assuntos relevantes, alinhados ao Programa e parcerias com discentes e demais docentes	Tempo da secretária para elaboração e acompanhamento de planilha, e dedicação de docentes.
Prioridade 4.2: Produção artística, técnica, patentes, inovações e outras						
Melhorar a articulação entre a produção bibliográfica e os produtos tecnológicos	Quesito avaliado como deficiente e com peso médio na avaliação	PPGGEO	Março a Dezembro de 2017	Corpo Docente, com acompanhamento da coordenação e auxílio da secretária	Alinhando a produção bibliográfica e os produtos tecnológicos com a proposta de	Tempo da secretária para elaboração e acompanhamento

qualificados do PPG com a proposta de formação discente					formação discente do PPG	-mento de planilha, e dedicação de docentes.
Prioridade 5.2: Integração e cooperação com outros Cursos/Programas						
Participação em programas sistemáticos de cooperação e intercâmbio, e também entre PPG com níveis de consolidação diferentes	Quesito avaliado como deficiente e com peso baixo na avaliação	PPGGEO em cooperação com outras PPG	Março a Dezembro de 2017	Coordenação do PPGGEO, com participação do corpo docente e discente	Procurando outros PPG, a fim de formar parcerias de cooperação, intercâmbio e desenvolvimento	Tempo da coordenação para negociação com outras IES, e o custo de viagens para visitas a estas IES.
Prioridade 2.1: Perfil do corpo docente: pesquisador, profissional, ou titulação adequada						
Perfil dos docentes quanto a experiência como pesquisador e/ou profissional, titulação e sua adequação à Proposta do programa	Quesito avaliado como regular e com alto peso na avaliação	PPGGEO	Março a Dezembro de 2017	Coordenação do PPGGEO	Com acompanhamento periódico do currículo dos docentes	Tempo da coordenação, para a confecção de planilha de acompanhamento e histórico docente.
Prioridade 4.4: Articulação das produções entre si e com Proposta do Programa						
Articulação entre a produção bibliográfica e os produtos tecnológicos qualificados com a proposta de formação discente do PPG	Quesito avaliado como regular e com baixo peso na avaliação de quesitos, mas no item a pontuação é média	PPGGEO	Março a Dezembro de 2017	Coordenação do PPGGEO com o corpo docente	Acompanhamento das produções dos discentes pelo corpo docente, e principalmente pelo orientador, com conhecimento da coordenação	Tempo do corpo docente para acompanhamento da produção discente.
Prioridade 2.3: Distribuição das atividades de pesquisa, projetos entre os docentes						
Distribuição de orientações do PPG entre DP, e a liderança em projetos de pesquisa, com financiamento externo público ou privado	Quesito avaliado como fraco e com baixo peso na avaliação de quesitos e do item	PPGGEO	Março a Dezembro de 2017	Coordenação do PPGGEO com o corpo docente	Acompanhamento das produções dos discentes pelo corpo docente, e principalmente pelo orientador, com conhecimento da coordenação	Tempo da coordenação com o corpo docente para distribuição de orientações entre docentes.

Fonte: Autora (2017).

Com base nos critérios de avaliação quadrienal da CAPES, a seguir são apresentadas as principais diretrizes que necessitam ser consideradas em paralelo com as ações apontadas no Plano de Ação da Tabela 3.

- Os docentes permanentes devem enquadrar a quantidade de orientados, segundo os limites estabelecidos pela área do Programa - CAPES;
- As produções científicas devem integrar a produção dos docentes, discentes e outras Instituições nacionais e internacionais;

- As publicações devem ser direcionadas aos periódicos com qualis extrato A até B3, nacionais e internacionais.
- Priorizar na seleção de discentes projetos técnicos e tecnológicos.
- Priorizar grupos de pesquisa que ocorra participação de outras IES, nacionais e internacionais.
- 80% dos DP devem ter doutorado, e os que não tiverem, devem ter reconhecida e relevante experiência profissional não acadêmica compatível com a proposta de formação discente.
- Elaboração de um sistema de avaliação de docentes, observando os critérios de credenciamento, recredenciamento e descredenciamento;
- Os docentes permanentes necessitam coordenar um projeto de pesquisa, de acordo com as linhas de pesquisa do programa. Estes projetos deverão contar com a participação dos discentes e a participação de alunos da graduação da IES.
- Participação de outras IES nacionais e internacionais;
- Os grupos de pesquisa com recursos de fomento à pesquisa científica;
- As linhas de pesquisa, a área de concentração e as disciplinas devem guardar coerência e consistência;

Em consonância com as prioridades apresentadas cabe destacar o necessário o acompanhamento e incentivo à produção científica, bem como na distribuição equilibrada entre docentes dos pesos atribuídos aos projetos de pesquisa, orientações e produções bibliográficas, técnicas e tecnológicas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho trata do tema gestão estratégica como fator de aprimoramento e desenvolvimento do caso do PPGGEO/URI Santo Ângelo, almejando a permanente qualificação do Programa e, conseqüentemente, na busca do conceito quatro junto à CAPES, bem como encaminhamentos para aprovação do doutorado.

Nesse contexto, as instituições de ensino têm um papel fundamental no desenvolvimento regional, visto que são agentes de pesquisa e interagem com a sociedade em que estão inseridas. Entretanto, faz-se necessário conhecer realidade

local e regional e suas potencialidades e fragilidades, para que se possa desenvolver as melhores práticas junto aos espaços de atuação onde estão inseridas.

Assim, esta pesquisa buscou o desenvolvimento de uma proposta de ação denominada Plano de Ação para o PPGGEO. Inicialmente tratou do cruzamento dados da Avaliação trienal já realizada pela CAPES, no ano de 2013, referente os anos 2011 e 2012. Em seguida utilizando os critérios da avaliação seguinte, por meio da análise de critérios estabelecidos no documento de área 2016/2017, que regulamenta a avaliação do último quadrimestre (2013 - 2015), desenvolveu um conjunto de ações ora apresentadas no referido Plano de Ação.

Decorrente dos estudos antes citados, iniciou-se pelo levantamento da avaliação trienal mediante atribuição de notas e pesos a fim de quantificar e tornar possível a utilização da matriz GUT e, concomitantemente, os mesmos dados foram separados de forma que os quesitos não avaliados foram classificados como ameaças; os quesitos avaliados como oportunidades; os quesitos bem avaliados como forças; e os quesitos mal avaliados como fraquezas, e com isso foi possível a elaboração do diagnóstico organizacional através da matriz SWOT.

Ao obter o resultado das matrizes constatou-se que ambas apontavam para os mesmos pontos de atenção e/ou ação imediata, com uma exceção que foi desconsiderada, por um motivo específico de peso na pontuação, que levou a uma distorção da informação.

Com base nesses dados, foi possível a separação de dados e conseqüente construção de um Plano de Ação no formato 5W2H.

Para atender o marco teórico-conceitual, a pesquisa evidenciou os temas relacionados à gestão estratégica, mediante a sistematização de teorias vinculadas em autores clássicos e periódicos com reconhecido mérito acadêmico-científico. O método e técnicas escolhidos serviram como facilitação para o desenvolvimento do estudo de caso.

Quanto as limitações da presente pesquisa, tem-se o fato do pesquisador estar frequentando o curso de mestrado no mesmo ambiente de realização do levantamento de dados, que dificulta o distanciamento requerido ao pesquisador em relação ao meio de investigação. Nesse sentido, a investigação ocupou-se em estabelecer parâmetros comparativos com a área da CAPES e os documentos com critérios para todos os Programas.

Resultante dessa dissertação, e com base nas principais conclusões decorrentes do Plano de Ação, a seguir são apresentadas em ordem de prioridade na execução as principais contribuições do trabalho:

- Os docentes permanentes devem enquadrar a quantidade de orientados, segundo os limites estabelecidos pela área do Programa - CAPES;
- As produções científicas devem ter integrar a produção dos docentes, discentes e outras Instituições nacionais e internacionais;
- As linhas de pesquisa, a área de concentração e as disciplinas devem guardar coerência e consistência;
- Priorizar produções científicas em periódicos enquadrados com extratos de A a B3, de acordo com a avaliação da área do Programa junto à CAPES

Portanto, espera-se ter alcançado o objetivo proposto para esta pesquisa, mediante a elaboração de uma proposta apresentada pelo Plano, a qual será disponibilizada em via digital ao programa, por meio de um arquivo em pendrive, entregue na data da defesa deste trabalho, que também cumpre com o requisito de desenvolvimento de um produto decorrente da dissertação.

Para futuros trabalhos, a partir do Plano de Ação ampliar o detalhamento das ações e metas mediante a elaboração do Planejamento Estratégico para o PPGGEO. Registrar também a importância deste trabalho para o pesquisador e da satisfação em contribuir com o Programa

7 REFERÊNCIAS

AKABANE, G. K. **Gestão estratégica da tecnologia da informação**: conceitos, metodologias, planejamento e avaliações. São Paulo: Atlas, 2012.

ALMEIDA FILHO, N. M. et al. Mapa de rede de impactos para gestão estratégica na universidade. **Educ. Real.**, Porto Alegre, v. 39, n. 1, jan./mar. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362014000100016&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30/09/2014.

BETHLEM, A. S. **Estratégia empresarial**: conceitos, processo e administração estratégica. São Paulo: Atlas, 1998.

BRASIL. **Lei nº 9394, de 20/12/1996**. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 18/05/2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional da Educação. **Parecer CNE/CES 0079/2002, de 12/03/2002**. Estabelece a titulação de Mestrado Profissional. Brasília, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer nº 977/65, de 03/12/1965**. 1965. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Parecer_CESU_977_1965.pdf>. Acesso em: 18/05/2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria normativa nº 17, de 28/12/2009**. 2009. Disponível em: <<http://www.uezo.rj.gov.br/pos-graduacao/docs/Portaria-MEC-N17-28-de-mbro-de-2009.pdf>>. Acesso em: 18/05/2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria normativa nº 708, de 19/05/1992**. 1992. Disponível em: <www.reitoria.uri.br/arquivos/regimento_geral_uri.rtf>. Acesso em: 18/05/2015.

CAPES – COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Documento de Área**. 2017.

CAPES – COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Ficha de Avaliação PPGE0 2010 a 2012**. Avaliação Trienal 2013.

CAPES – COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Resolução do Conselho Superior da CAPES nº 5 de 11/12/2014**.

CARIDADE, A. V. S. **Estratégias corporativas para a sustentabilidade**: estudos de casos múltiplos. 2012. Tese (Doutorado em Administração), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-20082012-185806/>>. Acesso em: 08/05/2015.

CASARTELL, A. O. et al. Inteligência estratégica em instituições de ensino superior. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 15, n. 2, maio/ago. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362010000200012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05/06/2014.

CASTOR, B. V. J.; ZUGMAN, F. **Dicionário de termos de estratégia empresarial**. São Paulo: Atlas, 2009.

CHIAVENATO, I.; SAPIRO, A. **Planejamento estratégico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

CIRANI, C. B. S.; SILVA, H. H. M.; CAMPANARIO, M. A. A evolução do ensino da pós-graduação estrito senso em administração no Brasil. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 16, n. 6, p. 765, nov./dez. 2012.

COLOMBO, S. S. et al. (org.). **Gestão educacional: uma nova visão**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

COSTA, E. A. **Gestão estratégica**. São Paulo: Saraiva, 2003.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Trad. Magda Lopes. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DAYCHOUW, M. **40 ferramentas e técnicas de gerenciamento**. Rio de Janeiro: Brasport, 2007.

ESTRADA, R. J. S; ALMEIDA, M. I. R. A eficiência e a eficácia da gestão estratégica: do planejamento estratégico à mudança organizacional. **Revista de Ciências da Administração**, v. 9, n. 19, p. 147-178, set./dez. 2007. Disponível em: <file:///C:/Users/usuario/Downloads/1784-42648-1-PB.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2015.

FAHEY, L.; RANDALL, R. M. **MBA: curso prático: estratégia**. Trad. Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

FEEDADOS – FUNDAÇÃO DE ESTATÍSTICA E ECONOMIA. 2014. Disponível em: <<http://feedados.fee.tche.br/feedados>>. Acesso em: 04/07/2014.

FERNANDES, B. H. R.; BERTON, L. H. **Administração estratégica: da competência empreendedora à avaliação de desempenho**. São Paulo: Saraiva, 2005.

FURASTÉ, P. A. **Normas técnicas para o trabalho científico: explicitação das normas da ABNT**. 17. ed. Porto Alegre: Dáctilo-Plus, 2014.

GHIRALDELLI JR., P. **História da educação brasileira**. São Paulo: Cortez, 2009.

GIANOTTI, S. S. C. **Avaliação estratégica**: um modelo de avaliação institucional integrada à gestão estratégica de instituições de ensino superior. 2004. Tese (Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

GIULIANI, A. A. **Administração estratégica do ensino superior**: o caso da qualificação do PPGGEO. 2016. Dissertação (Mestrado em Gestão Estratégica de Organizações), Programa de Pós-Graduação em Gestão Estratégica de Organizações, URI – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e Missões, Santo Ângelo, 2016.

GIULIANI, A. A. et al. **Proposição de diretrizes estratégicas para elevar o conceito da pós-graduação**: estudo de caso do PPGGEO. Brasília: RBPG, 2016. v. 13.

IBÁÑEZ, A. M.; ALDANA, F. A. C.; RUIZ, L. A. G. Herramienta de software para la enseñanza y entrenamiento en la construcción de la matriz DOFA. **Ing. Investig.**, Bogotá, v. 28, n. 3, dec. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0120-56092008000300023&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13/07/2014.

JIMÉNEZ, K. C. Bases y funciones estratégicas em el desarrollo de uma Institución de Educación Superior em Chile: um estudo de caso. **Investigación Y Postgrado**, v. 25, n. 2-3, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.org.ve/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1316-00872010000200007&lang=pt>. Acesso em: 30/09/2014.

KOTLER, P. **Marketing de A a Z**: 80 conceitos que todo profissional precisa saber. Trad. Afonso Celso Cunha Serra. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

KOTLER, P.; ARMSTRONG, G. **Princípios do marketing**. Trad. Vera Whately. 7. ed. Rio de Janeiro: Prentice Hall do Brasil, 1998.

LAMENZA, Ademir. **Estratégias Empresariais: pesquisas e casos brasileiros**. São Paulo: Saint Paul Editora, 2008.

LIBÂNIO, J. C. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. Goiânia: MF Livros, 2008.

LIMA, S. R. **A prospectiva estratégica apoiando a tomada de decisão na definição de políticas e estratégias setoriais**: estudo de caso: setor têxtil e confecção do Estado do Paraná. 2007. 264p. Dissertação (Mestrado em Tecnologia), Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LUZIO, F. F. **Fazendo a estratégia acontecer**: como criar e implementar as iniciativas da organização. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2010.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 2013.

MARSHALL JUNIOR, I. et al. **Gestão da qualidade**. 9. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

MEYER JR., V. Planejamento universitário: ato racional, político ou simbólico: um estudo de universidades brasileiras. **Revista Alcance**, v. 12, n. 3, p. 373-389, set./dez. 2005.

MEYER JR., V.; PASCUCCI, L.; MANGOLIN, L. Gestão estratégica: um exame de práticas em universidades privadas. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 1, fev. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122012000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05/07/2014.

MINTZBERG, H. et al. **O processo da estratégia**: conceitos, contextos e casos selecionados. Trad. Luciana de Oliveira da Rocha. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

NUNES, J. L. F. **Possibilidades e limites de implantação de modelos de gestão estratégica na Universidade Federal de Mato Grosso**. 1996. Dissertação (Mestrado em Administração Pública), Escola Brasileira de Administração Pública, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1996.

OLIVEIRA, D. P. R. **Administração estratégica na prática**: a competitividade para administrar o futuro das empresas. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

PAIVA, H. A. B.; NEVES, M. F. **Planejamento estratégico de eventos**: como organizar um plano estratégico para eventos turísticos e empresas de eventos. São Paulo: Atlas, 2008.

PÉREZ, L. L. et al. Indicadores estratégicos para incrementar la efectividad de las inspecciones para las operadoras del servicio eléctrico Venezolano. **UCT**, Puerto Ordaz, v. 15, n. 61, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.org.ve/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1316-48212011000400002&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 13/07/2014.

RAMPAZZO, L. **Metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

RAZZOLINI FILHO, E.; ZARPELON, M. I. **Dicionário de administração de A a Z**. Curitiba: Juruá, 2005.

REITORIA URI. **Histórico da URI**. Disponível em: <<http://www.reitoria.uri.br/>>. Acesso em: 11/05/2015.

RIBEIRO, R. J. O mestrado profissional na política atual da CAPES. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 2, n. 4, 2005.

SANTOS, R. C. **Manual de gestão empresarial: conceitos e aplicações nas empresas brasileiras**. São Paulo: Atlas, 2007.

SCARANO, F.; OLIVEIRA, P. E. Sobre a importância da criação de mestrados profissionais na área de ecologia e meio ambiente. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 2, n. 4, 2005.

SERTEK, P.; GUINDANI, R. A.; MARTINS, T. S. **Administração e planejamento estratégico**. 3. ed. atual. e ampl. Curitiba: Ibpex, 2011.

SILVA, I. A. **Gestão estratégica com foco no Balanced Scorecard (BSC): proposta de um modelo à escola de administração da UFRGS**. 2013. Dissertação (Curso de Mestrado Profissional em Administração), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/103457>>. Acesso em: 08/05/2015.

URI – UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES. **Relatório 2013**. Erechim: URI, 2013.

VIEIRA, E. F. **Gestão estratégica na Universidade Regional de Blumenau: evolução histórica e prospecção de posicionamentos competitivos – um estudo de caso**. 2000. Dissertação (Curso de Mestrado em Administração: Gestão Moderna de Negócios), Universidade Regional de Blumenau, Blumenau/SC, 2000.

VIEIRA, M. M. A. **A trajetória da política de formação para o trabalho: razões e lições da emergência do mestrado profissional**. 2010. Tese (Doutorado), Universidade de Brasília, Brasília, 2010. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10482/6987>>. Acesso em: 08/05/2015.

WATT, D. C. **Gestão de eventos em lazer e turismo** [recurso eletrônico]. Trad. Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Bookman, 2007.

WEYH, C. B. **Educar pela participação: uma leitura político-pedagógica do orçamento participativo estadual no município de Salvador das Missões/RS**. Tese (Doutorado em Educação), Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, São Leopoldo, 2005.

WEYH, C. B.; STRECK, D. R. **Educação e desenvolvimento regional**: estudos na região das Missões. São Leopoldo: Oikos; Santo Ângelo: Ed. URI, 2009.

ANEXOS

ANEXO A

Ficha de Avaliação PPGGEO 2013

Ficha de Avaliação do Programa

Período de Avaliação: 2010 a 2012 **Etapa:** Avaliação Trienal 2013
Área de Avaliação: 27 - ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO
IES: 42010012 - URI - UNIV. REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES
Programa: 42010012007P9 - Gestão Estratégica de Organizações
Modalidade: Profissional

Curso	Nível	Ano Início
GESTÃO ESTRATÉGICA DAS ORGANIZAÇÕES	Profissional	2011

Dados Disponíveis na Coleta de Dados

Curso	Nível	Ano	Ano
GESTÃO ESTRATÉGICA DAS ORGANIZAÇÕES	Profissional	2011	2012

1 - PROPOSTA DO PROGRAMA

Ítems de Avaliação	Peso	Avaliação
1.1. Coerência, consistência, abrangência e atualização da(s) área(s) de concentração, linha(s) de atuação, projetos em andamento, proposta curricular com os objetivos do Programa.	25.00	Fraco
1.2. Coerência, consistência e abrangência dos mecanismos de interação efetiva com outras instituições, atendendo a demandas sociais, organizacionais ou profissionais.	25.00	Regular
1.3. Infraestrutura para ensino, pesquisa e administração.	20.00	Bom
1.4. Planejamento do Programa visando ao atendimento de demandas atuais ou futuras de desenvolvimento nacional, regional ou local, por meio da formação de profissionais capacitados para a solução de problemas e práticas de forma inovadora.	30.00	Regular

Comissão: Regular

Apreciação

O programa iniciou atividades em 2011 e está estruturado em uma área de concentração – Desenvolvimento, Gestão e Organização e duas linhas de atuação – “Desenvolvimento e Organização Social” e “Estratégias Organizacionais”. O corpo docente é constituído de 12 DP (8 doutores e 4 mestres) e três colaboradores, número suficiente para sustentar a proposta do MP. As linhas de atuação poderiam ser mais coerentes e consistentes para expressar a especificidade da produção do conhecimento científico e/ou aplicado produzido no âmbito do programa. A proposta é pouco explícita quanto ao alinhamento e integração entre as linhas. São nove projetos de pesquisa/desenvolvimento em cada um dos dois anos distribuídos de maneira não equilibrada entre as linhas de atuação. Os projetos de pesquisa abordam temas que não refletem a especificidade da linha de atuação “Estratégias Organizacionais”.

A proposta relata algumas ações de extensões e pesquisa envolvendo organizações locais e regionais, no entanto, não relata nenhuma relação formal de intercâmbio acadêmico com outras IES.

A infraestrutura para ensino, pesquisa e administração é adequada e compatível com o tamanho e especificidade do programa de formação discente. São 12 salas individualizadas para docentes permanentes; as salas para alunos equipadas com multimídia, apoio didático, internet, climatização e cadeiras estofadas. O relatório deixa implícito o acesso à base Scielo e apenas faz referência ao portal periódicos Capes.

O Programa tem um planejamento de desenvolvimento institucional visando consolidação em nível local, regional, no seu campo profissional, mas não descreve os convênios interinstitucionais atuais e a celebrar. Além disso, o programa não apresenta normas claras e consistentes de credenciamento e descredenciamento de docentes permanentes e colaboradores.

Ficha de Avaliação do Programa

2 - CORPO DOCENTE

Ítems de Avaliação	Peso	Avaliação
2.1. Perfil do corpo docente, considerando experiência como pesquisador e/ou profissional, titulação e sua adequação à Proposta do Programa.	50.00	Regular
2.2. Adequação da dimensão, composição e dedicação dos docentes permanentes para o desenvolvimento das atividades de pesquisa e formação do Programa.	30.00	Muito Bom
2.3. Distribuição das atividades de pesquisa, projetos de desenvolvimento e inovação e de formação entre os docentes do Programa.	20.00	Fraco

Comissão: Regular

Apreciação

O corpo docente do programa é constituído por 12 professores permanentes e 3 colaboradores. A maioria (82,5%) dos docentes permanentes tem vínculo de 40 horas com a IES, o que atende ao parâmetro da área (mais de 70%). A experiência acadêmica do corpo docente relatada está razoavelmente alinhada à proposta de formação discente para um programa novo. No entanto, a proposta não apresenta dados suficientes sobre a experiência profissional.

A proporção de docentes permanentes com dois vínculos permanentes vem se mantendo em dois docentes. No caderno "Proposta do Programa" fala-se na contratação de mais docentes permanentes para o triênio 2013/2015. Não houve oscilação no NDP entre 2011 e 2012. Não existe dependência de colaboradores, a maioria das atividades de disciplinas, projetos e orientações é executada por DP.

Dos docentes permanentes 75% participam das atividades de ensino, em 2012, aquém da métrica MB esperada de envolvimento com aulas na PG. Apenas 25% coordenam projetos de pesquisa e desenvolvimento e inovação em organizações públicas ou privadas.

3 - CORPO DISCENTE E TRABALHOS DE CONCLUSÃO

Ítems de Avaliação	Peso	Avaliação
3.1. Quantidade de trabalhos de conclusão (MP) aprovados no período e sua distribuição em relação ao corpo discente titulado e ao corpo docente do programa.	30.00	Não Aplicável
3.2. Qualidade dos trabalhos de conclusão produzidos por discentes e egressos.	40.00	Não Aplicável
3.3. Aplicabilidade dos trabalhos produzidos.	30.00	Não Aplicável

Comissão: Não Aplicável

Apreciação

A dimensão 3 não se aplica a esse PPG, pois ainda não há trabalho de conclusão em função de a primeira entrada ter se dado no segundo semestre de 2011.

4 - PRODUÇÃO INTELECTUAL

Ítems de Avaliação	Peso	Avaliação
4.1. Publicações qualificadas do Programa por docente permanente.	30.00	Deficiente
4.2. Produção artística, técnica, patentes, inovações e outras produções consideradas relevantes.	20.00	Deficiente
4.3. Distribuição da produção científica e técnica ou artística em relação ao corpo docente permanente do programa.	30.00	Deficiente
4.4. Articulação da produção artística, técnica e científica entre si e com a proposta do programa.	20.00	Regular

Comissão: Fraco

Apreciação

A produção científica média por docente é praticamente nula, tendo sido publicado apenas um artigo pontuado B5 nos dois anos de funcionamento do MP.

A produção técnica e tecnológica dos docentes permanentes também é baixa e concentrada em dois DP.

A produção técnica / tecnológica guarda uma razoável articulação entre si e com a proposta do MP.

Ficha de Avaliação do Programa

5 - INSERÇÃO SOCIAL

Ítems de Avaliação	Peso	Avaliação
5.1. Impacto do Programa.	40.00	Bom
5.2. Integração e cooperação com outros Cursos/Programas com vistas ao desenvolvimento da pós-graduação.	20.00	Deficiente
5.3. Integração e cooperação com organizações e/ou instituições setoriais relacionados à área de conhecimento do Programa, com vistas ao desenvolvimento de novas soluções, práticas, produtos ou serviços nos ambientes profissional e/ou acadêmico.	20.00	Bom
5.4. Divulgação e transparência das atividades e da atuação do Programa.	20.00	Bom

	Comissão:	Regular
--	-----------	---------

Apreciação

O impacto e potencial do programa nas dimensões educacional, social e econômica no âmbito local são bons. Destacam-se as atividades “Desenvolvimento e implementação piloto da educação empreendedora no ensino fundamental nos municípios circunscritos ao COREDE”, “Desenvolvimento e implementação piloto de um SIG Municipal Corporativo para apoio ao desenvolvimento local e regional sustentável” e “Desenvolvimento da piscicultura no município de Santiago (RS)”.

Não relato de integração com outras IES visando ao desenvolvimento da PG.

É boa integração e cooperação com organizações públicas e privadas e associações profissionais em âmbito local e regional, destacando-se os resultados alcançados com as parcerias Cooperametista, SEBRAE, CRA/RS e COREDE Missões/Governo do RS.

O programa apresenta um site na internet que mantém dados básicos sobre o programa atualizados (há informação sobre data da última atualização). O site é de fácil acesso seja direto por mecanismos de busca ou pelo site da Universidade que mantém o programa.

Qualidade dos Dados

Quesitos	Qualidade
1 - PROPOSTA DO PROGRAMA	Fraco
2 - CORPO DOCENTE	Regular
3 - CORPO DISCENTE E TRABALHOS DE CONCLUSÃO	Não Aplicável
4 - PRODUÇÃO INTELECTUAL	Regular
5 - INSERÇÃO SOCIAL	Regular

	Comissão:	Regular
--	-----------	---------

Comentário

Conceito/Nota CA

Quesitos	Peso	Avaliação Comissão
1 - PROPOSTA DO PROGRAMA	0.00	Regular
2 - CORPO DOCENTE	20.00	Regular
3 - CORPO DISCENTE E TRABALHOS DE CONCLUSÃO	30.00	Não Aplicável
4 - PRODUÇÃO INTELECTUAL	30.00	Fraco
5 - INSERÇÃO SOCIAL	20.00	Regular

Data Chancela: 21/11/2013	Conceito Comissão:	Regular
	Nota Comissão:	3

Apreciação

As linhas de atuação poderiam ser mais coerentes e consistentes para expressar a especificidade da produção do conhecimento científico e/ou aplicado produzido no âmbito do programa. O corpo docente cumpre os requisitos preconizados quanto à titulação, formação, estabilidade e dedicação ao programa. Não há adequada distribuição das atividades do NDP no que tange à coordenação de projetos de pesquisa e desenvolvimento técnico e tecnológico e à produção intelectual. Menos de 1/4 do NDP está envolvido com essas atividades. Vale ressaltar o impacto local e regional do ponto de vista educacional, social e tecnológico/econômico do PPGA.

Ficha de Avaliação do Programa

Complementos

Apreciações ou sugestões complementares sobre a situação ou desempenho do programa.

Recomendações da Comissão ao Programa.

A CAPES deve promover visita de consultores ao Programa? Não

Justificativa da recomendação de visita ao programa.

A Comissão recomenda mudança de área de avaliação? Não

Área Indicada:

Justificativa da recomendação de mudança de área de avaliação do programa (em caso afirmativo)

Nota CTC-ES

Data Chancela: **Nota CTC-ES: 3**

Apreciação

O CTC-ES, na 150ª reunião, ratificou a análise e a nota atribuída pela Comissão de Área.

Comissão Responsável pela Avaliação:	Sigla IES	
ALEXANDRE DE PADUA CARRIERI	UFMG	Consultor(a)
ANA AUGUSTA FERREIRA DE FREITAS	UECE	Consultor(a)
ANDRE LUIZ MARANHÃO DE SOUZA LEAO	UFPE	Consultor(a)
ANIELSON BARBOSA DA SILVA	UFPB/J.P.	Consultor(a)
ARIDELMO JOSE CAMPANHARO TEIXEIRA	FUCAPE	Coordenador(a) Adjunto(a) Mestrado Profissional
BRUNO LAZZAROTTI DINIZ COSTA	FJP	Consultor(a)
CLANDIA MAFFINI GOMES	UFMS	Consultor(a)
CLÁUDIA ECHEVENGUÁ TEIXEIRA	UNINOVE	Consultor(a)
DANNY PIMENTEL CLARO	INSPER	Consultor(a)
DARIO DE OLIVEIRA LIMA FILHO	UFMS	Consultor(a)
EDUARDO KAZUO KAYO	USP	Consultor(a)
ELIANE PEREIRA ZAMITH BRITO	FGV/SP	Coordenador(a)
ELOISE HELENA LIVRAMENTO DELLAGNELO	UFSC	Consultor(a)
ELOISIO MOULIN DE SOUZA	UFES	Consultor(a)
EMILIO JOSE MONTERO ARRUDA FILHO	UNAMA	Consultor(a)
ERNANI OTT	UNISINOS	Consultor(a)
FELIPE MENDES BORINI	ESPM	Consultor(a)
FILIPE JOAO BERA DE AZEVEDO SOBRAL	FGV/RJ	Consultor(a)
GERLANDO AUGUSTO SAMPAIO FRANCO DE LIMA	USP	Consultor(a)
GERSON TONTINI	FURB	Consultor(a)
HEITOR TAKASHI KATO	PUC/PR	Consultor(a)
HILKA PELIZZA VIER MACHADO	UEM	Consultor(a)
JACQUELINE VENEROSO ALVES DA CUNHA	UFMG	Consultor(a)
JOAO LUIZ BECKER	UFRGS	Consultor(a)

Ficha de Avaliação do Programa

Comissão Responsável pela Avaliação:	Sigla IES	
JORGE MANOEL TEIXEIRA CARNEIRO	PUC-RIO	Consultor(a)
JOSE ALONSO BORBA	UFSC	Consultor(a)
LETICIA MOREIRA CASOTTI	UFRJ	Consultor(a)
LUCIANA MARQUES VIEIRA	UNISINOS	Consultor(a)
MARCELO GATTERMANN PERIN	PUC/RS	Consultor(a)
MARCIA MARTINS MENDES DE LUCA	UFC	Coordenador(a) Adjunto(a)
MILTON DE ABREU CAMPANARIO	USP	Consultor(a)
MIRIAN REJOWSKI	UAM	Consultor(a)
MONICA DE AGUIAR MAC-ALLISTER DA SILVA	UFBA	Consultor(a)
MOZAR JOSE DE BRITO	UFLA	Consultor(a)
RAFAEL ALCADIPANI DA SILVEIRA	FGV/SP	Consultor(a)
RAFAEL BARREIROS PORTO	UNB	Consultor(a)
RENATA PEREGRINO DE BRITO	IBMEC	Consultor(a)
REYNALDO CAVALHEIRO MARCONDES	UPM	Consultor(a)
ROBERTO PATRUS MUNDIM PENA	PUC/MG	Consultor(a)
ROSIENE MARCON	UNIVALI	Consultor(a)
TALES ANDREASSI	FGV/SP	Consultor(a)
VALCEMIRO NOSSA	FUCAPE	Consultor(a)
VERA MARIA RODRIGUES PONTE	UFC	Consultor(a)

ANEXO B

Documento da Área 2017



Documento de Área

Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo

Coordenadora da Área: Eliane Pereira Zamith Brito
Coordenadora Adjunta de Programas Acadêmicos: Márcia Martins Mendes De Luca
Coordenador Adjunto de Programas Profissionais: Aridelmo J. Campanharo Teixeira

Sumário

I. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O ESTÁGIO ATUAL DA ÁREA	2
POSIÇÃO DA ÁREA RELATIVA À INTERDISCIPLINARIDADE	6
INSERÇÃO DA ÁREA NO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO	6
II. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A AVALIAÇÃO QUADRIENAL 2017	7
III. FICHAS DE AVALIAÇÃO PARA O QUADRIÊNIO 2013-2016.....	9
FICHA DE AVALIAÇÃO DE MESTRADO E DOUTORADO ACADÊMICO.....	9
FICHA DE AVALIAÇÃO DOS MESTRADOS PROFISSIONAIS	15
FICHA DE AVALIAÇÃO DOS MESTRADOS PROFISSIONAIS EM REDE NACIONAL (*)	22
IV. CONSIDERAÇÕES E DEFINIÇÕES SOBRE INSERÇÃO INTERNACIONAL	23
CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DOS CRITÉRIOS DA ÁREA PARA ATRIBUIÇÃO DE NOTAS 6 E 7....	24
V. OUTRAS CONSIDERAÇÕES DA ÁREA DE AVALIAÇÃO	27
AVALIAÇÃO DA PRODUÇÃO TECNOLÓGICA E TÉCNICA.....	27
Qualis de Periódicos Tecnológicos	27
Produtos Tecnológicos	28
QUESTIONÁRIOS PARA A AVALIAÇÃO DOS MESTRADOS PROFISSIONAIS EM REDE NACIONAL	30

I. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O ESTÁGIO ATUAL DA ÁREA

A área é composta por Programas de Pós-Graduação (PPG) em Administração Pública, Administração de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo. No início de 2016, ela agrupa 184 PPG, 62 Doutorados, 107 Mestrados Acadêmicos e 75 Mestrados Profissionais. São 11 PPG em Administração Pública, 135 Administração de Empresas, 27 Ciências Contábeis e 11 em Turismo.

A área, assim como a maioria das demais áreas de conhecimento, tem apresentado crescimento continuado. A Tabela 1 apresenta a evolução do número de PPG desde 2006. Observa-se que o número de doutorados cresceu significativamente, em especial, nos últimos cinco anos, pela consolidação de cursos de mestrado que iniciaram por volta dos anos 2000. Salienta-se o crescimento de doutorados em Ciências Contábeis, pois passou de um curso em 2006 para 12 em 2016. Em Turismo não havia doutorados em 2006 e atualmente são 4 cursos.

Os cursos de doutorado estão normalmente associados a Mestrado Acadêmico, mas duas Instituições de Ensino Superior (IES) têm doutorado e mestrado profissional. Em 2017 entrarão em funcionamento mais dois doutorados, nesta mesma configuração. Isso poderá se tornar mais frequente, à medida que os cursos de mestrado profissional se consolidem.

Tabela 1 - Número de cursos na área

Fonte: GeoCapes (2016)

	Doutorado	Mestrado Acadêmico	Mestrado Profissional
2006	17	55	17
2007	20	65	19
2008	23	67	20
2009	25	70	24
2010	29	74	28
2011	31	77	37
2012	35	77	42
2013	40	81	50
2014	49	88	58
2015	59	97	63
2016	62	107	75

O número de mestrados profissionais também cresceu de forma acelerada em especial, a partir da Portaria Normativa MEC nº 17/2009, que reforçou a caracterização esperada dos mestrados profissionais, e do Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2020, que estabeleceu o protagonismo dos mestrados profissionais na formação *stricto sensu*.

Há dois mestrados profissionais constituídos em Rede Nacional – em Administração Pública (Profiap) e em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia e Inovação Tecnológica (ProfNit). O Profiap tem como objetivo capacitar profissionais atuando na Administração Pública. O ProfNit objetiva o aprimoramento das competências dos profissionais atuando nos Núcleos de Inovação Tecnológica (NIT) e nos ambientes promotores de inovação nos ambientes acadêmico, empresarial, governamental, organizações sociais, etc.

O fenômeno do crescimento também pode ser observado pelo número de titulados. A Figura 1 apresenta o número de titulados por modalidade de curso por ano e desde 1998. Verifica-se que se titularam na área em 2015 três vezes mais doutores do que há 10 anos e 60% mais mestres profissionais. A taxa de crescimento do número de titulados nos Mestrados Acadêmicos foi 40% no mesmo período.

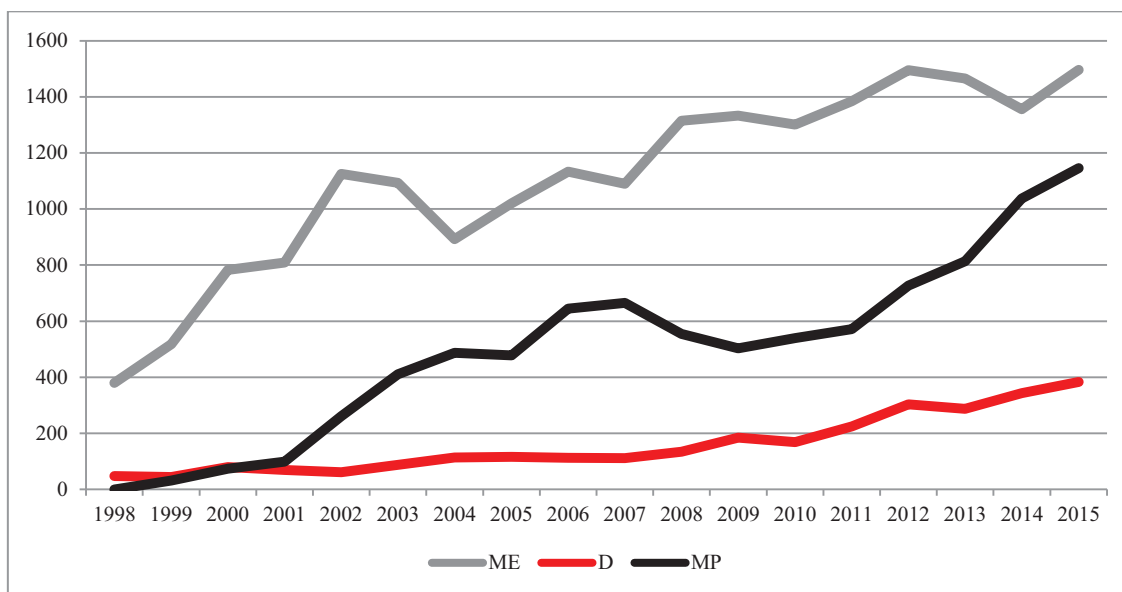


Figura 1 – Número de titulados por modalidade de curso

Fonte: GeoCapes

A distribuição dos PPG apresenta uma concentração nas regiões Sudeste e Sul (Tabela 2).

Tabela 2 – Distribuição Regional dos PPG da área

Fonte: Capes – Sucupira e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

M/D	ME	MP	Total	População 2016 (em milhões de hab.) ¹	% Pop. com ensino superior ²	População com formação superior por PPG (em milhares de hab.)
Norte	1	1	3	17,7	4,0%	238
Nordeste	11	9	33	56,9	4,1%	73
Sudeste	27	20	89	86,4	9,1%	88
Sul	19	15	47	29,4	8,0%	50
Centro-Oeste	4	2	12	15,7	8,2%	117
Rede Nacional	-	-	2	-	-	-
Total	62	47	184	206,1	7,1%	80

¹ Dados IBGE

² Calculado tomando como base o Censo IBGE de 2010 – disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/educacao_e_deslocamento/default_gr_xls.shtm

A região Sudeste tem a maior oferta absoluta, com 89 PPG e a região Norte a menor, com 3 PPG. Quando a distribuição é avaliada em relação à população com formação superior de cada região o quadro é menos desequilibrado. A média brasileira é de 80 mil habitantes com formação superior por PPG. A região Sul tem a maior oferta com 50 mil habitantes por PPG, enquanto que a região Norte tem a menor, com 238 mil habitantes por PPG.

A distribuição dos PPG por nota e por região está na Tabela 3. Apenas 5 dos 62 cursos de doutorado têm nota 6 ou 7 (8%). Existem 44 PPG com nota 3, mas dois terços destes PPG entraram em operação a partir de 2012 e poderão evoluir na avaliação de 2017.

Os mestrados profissionais estão concentrados na nota 3 (quase 70%), mas isso se deve, em parte, ao fato de os cursos serem novos no Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG).

A distribuição regional mostra uma concentração das notas superiores nas regiões Sudeste e Sul. Todos os PPG 6 e 7 estão na região Sudeste. Dos 22 PPG com nota 5, apenas 3 estão na região Nordeste e 2, na Centro-Oeste.

Tabela 3 – Notas dos PPG por modalidade e por região em 2016 (*)

Fonte: Capes- Sucupira

	Notas							
	Programas Profissionais			Programas Acadêmicos				
	3	4	5	3	4	5	6	7
Norte	1				2			
Nordeste	10	3		9	8	3		
Sudeste	24	14	3	18	16	8	3	2
Sul	10	2		15	13	6		
Centro-Oeste	5	1		2	2	2		
PPG em rede nacional	1	1						
Total	51	21	3	44	41	19	3	2

A produção bibliográfica qualificada em periódicos cresceu ao longo dos últimos ciclos de avaliação. Houve um significativo aumento da quantidade de artigos de autores brasileiros na base Scopus, como pode ser observado na Figura 2.

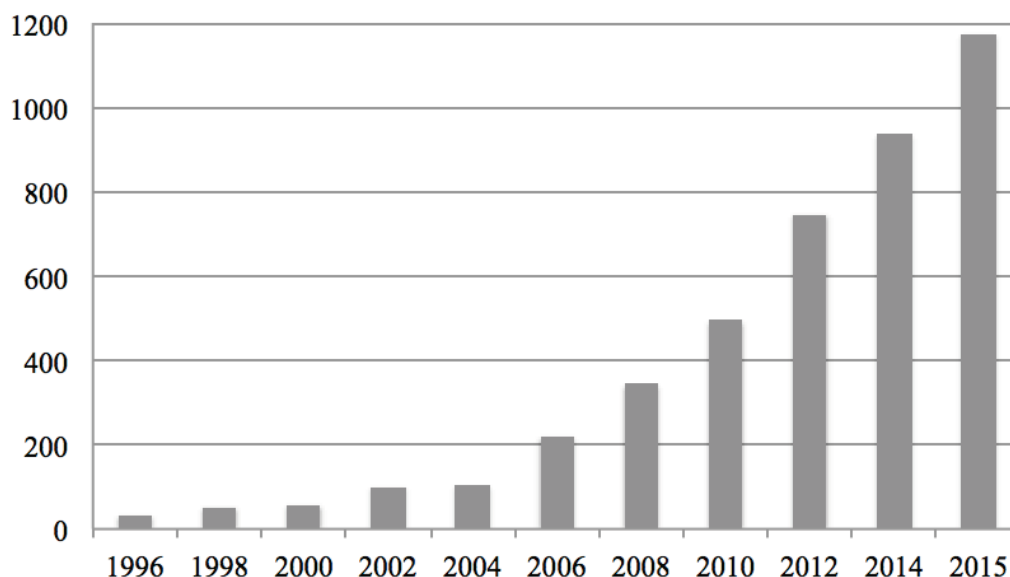


Figura 2 – Número de artigos de autores brasileiros na base Scopus na área de *Business, Management and Accounting*

Fonte: Scimago

O crescimento do número de artigos de autores brasileiros na base fez com que a posição do Brasil na base Scopus na temática (*subject area*) *Business, Management and Accounting* melhorasse ao longo do tempo, passando da posição 30^a em 1998 para a 12^a em 2015 (ver Tabela 4).

Tabela 4 - Posição do Brasil na base Scopus em *Business, Management and Accounting* pelo critério número de documentos

Fonte: Scimago

Ano	Posição mundial
1998	30
2000	32
2002	27
2004	30
2006	25
2008	21
2010	20
2012	17
2014	14
2015	12

A posição do Brasil claramente melhorou nos últimos cinco anos. Credita-se este resultado à mudança de critérios de valorização da produção científica da área a partir do Triênio 2007-2009 e que foi anunciada em 2005. Deixou-se de valorizar a produção em congressos para valorizar apenas artigos em periódicos, livros e capítulos de livros.

Outra evidência desta qualificação é a evolução dos índices bibliométricos usados para definir os limites mínimos dos estratos superiores do Qualis da área. Em 2016 o fator de impacto do JCR mínimo para a qualificação A1 foi de 1,5, enquanto em 2010 era de 0,5. Para mais

informação, consultar o relatório de classificação de periódicos na página da área no site da Capes.

A área tem procurado usar a classificação dos periódicos para apontar a qualidade da produção. No período de 2013 a 2015, apenas 4% dos artigos publicados pela área foram em periódicos classificados no estrato A1 e aproximadamente 14% dos artigos no estrato A2. O estrato A1 do não contém periódicos editados no Brasil.

A produção em livros e capítulos também cresceu. Considerando os dados declarados na Plataforma Sucupira relativos ao período de 2013 a 2015, constata-se um crescimento de cerca de 200% do número de livros em relação ao triênio anterior. Em 2013 a área classificou os livros e atribuiu estrato L4 ou L3 a cerca de 25% dos títulos (os livros são classificados em quatro grupos – L1 a L4 -, sendo L4 reservado aos livros de melhor qualidade). Para mais informação, consultar o documento sobre critérios de classificação de livros na página da área no site da Capes.

POSIÇÃO DA ÁREA RELATIVA À INTERDISCIPLINARIDADE

Considerando estudos interdisciplinares aqueles desenvolvidos a partir de várias disciplinas e cujo o corpus de conhecimento e métodos de investigação são integrados, criando uma nova perspectiva para analisar um fenômeno e expandindo as fronteiras do conhecimento, alguns PPG da área apresentam propostas interdisciplinares e a maioria dos PPG da subárea de Turismo tem caráter interdisciplinar. Outros PPG da área usam conhecimento e métodos de várias disciplinas sem integrá-los, caracterizando-se como cursos multidisciplinares, enquanto outros têm perfil disciplinar. Portanto, não é possível afirmar que a área é homogeneamente caracterizada como interdisciplinar ou disciplinar.

A interdisciplinaridade da área está refletida nos seus processos de avaliação, especialmente, na composição de suas comissões ou na classificação dos periódicos, por considerar as diferenças das múltiplas áreas (*subject areas*) para compor seus indicadores.

INSERÇÃO DA ÁREA NO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

A área não tem, historicamente, atuado na perspectiva de contribuir diretamente com o Ensino Fundamental e Médio. Sua ação e conteúdos, de modo geral, são associados aos negócios, que na nossa cultura estão relacionados com a vida adulta do indivíduo. No entanto, é possível identificar disciplinas relacionadas com a área em cursos técnicos do Ensino Médio; para tais disciplinas, há abundância de docentes qualificados para atuar.

A área reconhece a relevância de garantir a qualidade no Ensino Fundamental e Médio como elemento para o avanço do país. Da mesma forma, entende que pode contribuir para reduzir o problema de diferentes formas. Assim, os coordenadores de PPG da área indicaram ações que podem ser promovidas pelos docentes dos PPG. As sugestões foram levantadas no final do último ciclo avaliativo e muitos grupos em PPG da área investiram nestas ideias e os

resultados poderão ser constados na Quadrienal 2017. As sugestões são listadas abaixo, agrupadas em categorias temáticas.

Iniciação científica

- Orientar projetos como PIBIC Junior, ou seja, projetos de iniciação científica integrando alunos do Ensino Fundamental e Médio.
- Criação de programas "Aprendendo com Ciência", nos quais alunos do Ensino Fundamental e Médio seriam envolvidos em atividades de pesquisa do PPG.

Participação direta no Ensino Fundamental e Médio

- Educação contábil e financeira para alunos do Ensino Fundamental e Médio.
- Participação de professores dos PPG em projetos de extensão em escolas públicas.
- Motivar a participação de professores em projetos de democratização da ciência, com foco em alunos do Ensino Fundamental e Médio.
- Palestras de docentes e discentes em escolas do Ensino Fundamental e Médio.
- Desenvolver a ideia de empreendedorismo econômico e social no Ensino Fundamental e Médio.
- Curso de introdução profissional para alunos do Ensino Médio.

Gestão escolar

- Desenvolvimento de tecnologia/ferramentas/soluções de gestão escolar.
- Ações/programas de gestão acadêmica visando a melhoria do desempenho de gestão de escolas.
- Desenvolver programas e pesquisas sobre gestão educacional e convidar diretores de escolas para participarem.
- Treinamento/capacitação dos diretores gestores da escola.
- Estudos acadêmicos para a proposição de práticas que ajudem os gestores com o problema da evasão escolar.
- Atrair diretores de escolas públicas para Mestrado Profissional em Administração.
- Parceria com a área de Educação para o desenvolvimento de ferramentas e soluções de gestão escolar.

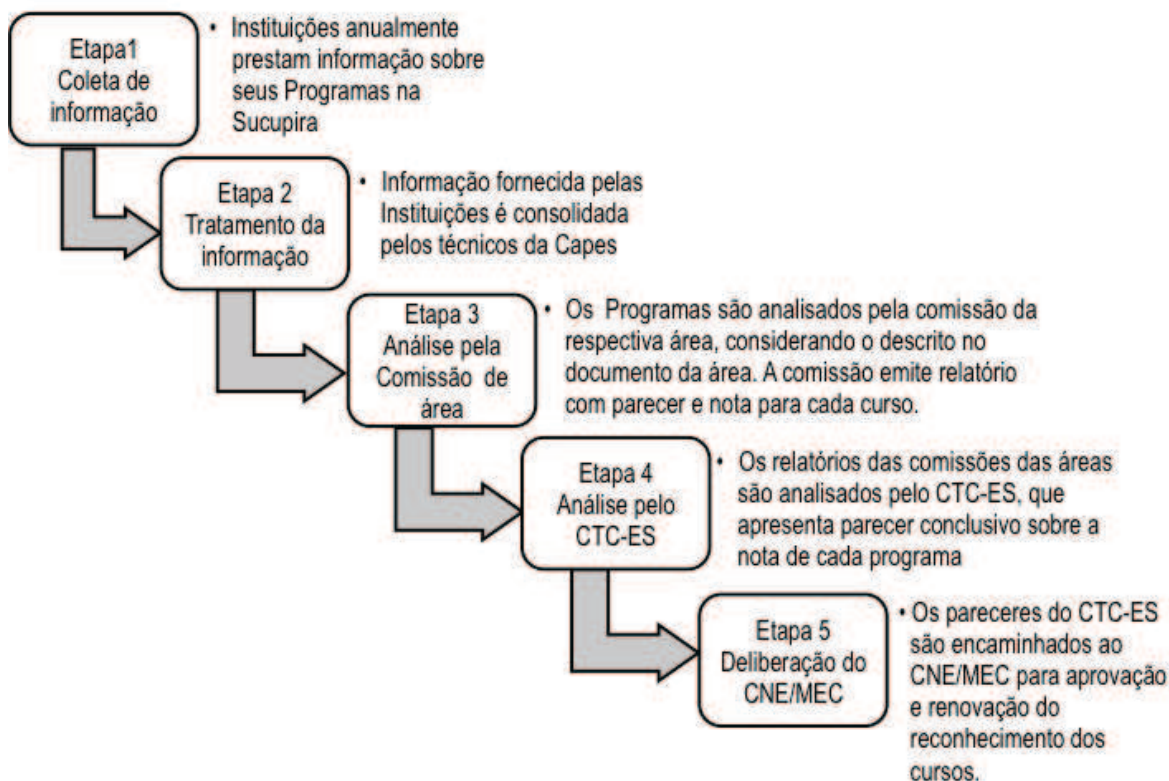
II. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A AVALIAÇÃO QUADRIENAL 2017

A avaliação dos PPG que integram o SNPG ocorre a cada quatro anos e seus princípios gerais são: a avaliação por pares; transparência da informação, dos critérios e dos resultados; e a comensurabilidade entre as áreas de avaliação.

Todos os cursos com a mesma nota dentro de uma área precisam se equivaler em termos da qualidade da formação oferecida. Entre as áreas isso também se aplica, ou seja, cursos de diferentes áreas com a mesma nota precisam apresentar níveis equivalentes de qualidade na formação, consideradas as peculiaridades de cada área.

O Esquema 1 apresenta as etapas do processo de avaliação.

Esquema 1 - O processo de avaliação



São cinco os quesitos de avaliação – Proposta de Programa, Corpo Docente, Corpo Discente, Teses e Dissertações, Produção Intelectual e Inserção Social. Cada quesito é subdividido em itens de avaliação. Os quesitos são definidos pelo Conselho Técnico Científico do Ensino Superior (CTC-ES) e os itens são os mesmos, na grande maioria das áreas, para todas as áreas de avaliação. Na seção III deste documento, apresentam-se estes quesitos e itens no formato de quadro - Ficha de Avaliação. Na coluna da esquerda são apresentados os quesitos e os itens, tais quais foram definidos pelo CTC-ES. Na coluna do meio, são apresentados o peso de cada quesito na avaliação e o peso de cada item no total do quesito. Estes pesos podem apresentar alguma variação entre as áreas, de acordo com regras previstas pelo CTC-ES. Na coluna da direita é apresentada a descrição dos critérios e dos indicadores que a área adotará para avaliar cada item. Tanto os pesos quanto os critérios e indicadores são cancelados pelo CTC-ES, para cada área de avaliação.

São três tipos de ficha, uma para cada tipo de PPG do SNPG – Acadêmicos, Profissionais e Profissionais em Rede Nacional.

O resultado da avaliação da área é apresentado de duas maneiras: um relatório para cada PPG (ficha de avaliação do PPG); e o Relatório da Quadrienal, que é uma síntese da avaliação, na qual são apresentados os critérios e os indicadores usados na avaliação e também os parâmetros definidos durante o processo de avaliação para atribuir conceito para aos PPG em cada indicador, tendo como base a distribuição de desempenho dos PPG para o indicador.

III. FICHAS DE AVALIAÇÃO PARA O QUADRIÊNIO 2013-2016

FICHA DE AVALIAÇÃO DE MESTRADO E DOUTORADO ACADÊMICO

Quesitos / Itens	Peso	Definições e Comentários sobre o/s Quesito/Itens
1 – Proposta do Programa		
1.1. Coerência, consistência, abrangência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos em andamento e proposta curricular.	50%	<p>A(s) área(s) de concentração precisa(m) apontar, de maneira clara, a área do conhecimento do PPG e os contornos gerais de sua especialidade na produção intelectual e na formação de seus mestres ou doutores. Avaliam-se a atualidade da(s) área(s) de concentração e a sua relevância. As linhas de pesquisa precisam expressar a especificidade de produção de conhecimento da respectiva área de concentração, representando um recorte específico e bem delimitado da área de concentração. Os projetos desenvolvidos devem guardar coerência com as linhas de pesquisa. Analisa-se também a distribuição dos projetos pelas linhas de pesquisa. Os objetivos do PPG e o perfil do egresso do(s) curso(s) precisam ser apresentados de forma clara e objetiva e manter coerência com as demais partes da proposta - área de concentração, linhas de pesquisa, estrutura curricular e projetos de pesquisa.</p> <p>A estrutura curricular deve apresentar um núcleo de disciplinas ou seminários de tratamento metodológico relacionado à(s) área(s) de concentração, além de disciplinas ou seminários com conteúdos relacionados às linhas de pesquisa. As ementas – síntese dos conteúdos temáticos a serem trabalhados em cada disciplina – devem indicar focos teóricos previstos e o estado da arte dos temas abordados. A bibliografia indicada nos programas das disciplinas precisa representar uma listagem básica de referências, contendo livros clássicos e textos científicos, preferencialmente de artigos publicados em periódicos acadêmicos de bom nível, que representem o estado da arte no tema, conforme o nível do curso.</p> <p>Eventuais alterações nos elementos da proposta (linhas de pesquisa, estrutura curricular, etc.) durante o ciclo avaliativo precisam ser apontadas e justificadas.</p> <p>Indicador Avaliação qualitativa</p>
1.2. Planejamento do programa com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios internacionais da área na	30%	<p>O PPG precisa indicar em seu relatório (para o ano 2016):</p> <p>a) sua estratégia de prospecção de alunos; b) o processo de seleção de candidatos, com os requisitos de entrada, periodicidade de ingresso; c) o número previsto de ingressantes por período; d) um plano de atualização</p>

<p>produção do conhecimento, seus propósitos na melhor formação de seus alunos, suas metas quanto à inserção social mais rica dos seus egressos, conforme os parâmetros da área.</p>		<p>acadêmica dos docentes do corpo permanente e de sua renovação (p.ex., substituição de aposentados). Serão também consideradas as atividades com a finalidade: de ampliar seu impacto local e nacional; de ampliar sua solidariedade com a comunidade acadêmica e não acadêmica; de inserir o programa no plano internacional.</p> <p>Indicador Avaliação qualitativa.</p>
<p>1.3. Infraestrutura para ensino, pesquisa e, se for o caso, extensão.</p>	<p>20%</p>	<p>O relatório do PPG (para o ano 2016) deve evidenciar de que forma a IES disponibiliza recursos – salas de aula; espaço para professores, alunos e grupos de pesquisa; laboratórios; biblioteca; coordenação do PPG; secretaria; acesso às bases de periódicos e de dados; outros itens pertinentes – necessários ao adequado funcionamento do PPG. Esses recursos precisam atender às necessidades do PPG e das pesquisas conduzidas por seus docentes e discentes.</p> <p>Indicador Avaliação qualitativa.</p>
<p>2 – Corpo Docente</p>	<p>20%</p>	
<p>2.1. Perfil do corpo docente, consideradas titulação, diversificação na origem de formação, aprimoramento e experiência, e sua compatibilidade e adequação à Proposta do Programa.</p>	<p>15%</p>	<p>Os DP precisam ser capazes de sustentar adequadamente as linhas de pesquisa, as disciplinas e as orientações. Analisa-se a compatibilidade dos DP em relação à(s) linha(s) de pesquisa e ao perfil do egresso, visando à identificação de eventuais fragilidades. Para tanto, verifica-se em que medida o perfil desses docentes é compatível com a referida proposta.</p> <p>Indicador 1 Para avaliar a compatibilidade da experiência dos PPG, analisar a sua produção científica no quadriênio. Não se trata de quantificar a produção, mas avaliar o seu alinhamento à proposta do PPG.</p>
<p>2.2. Adequação e dedicação dos docentes permanentes em relação às atividades de pesquisa e de formação do programa.</p>	<p>30%</p>	<p>Será considerada a legislação vigente (Portaria CAPES nº 81/2016) para a definição das categorias de professores. Entre os DP serão usados para o cálculo dos indicadores apenas aqueles tiverem concluído orientação no PPG ao longo do quadriênio.</p> <p>Professores com mais de três vínculos como DP serão desconsiderados da composição do núcleo docente permanente (NDP).</p> <p>Será calculada a oscilação do NDP do PPG. O PPG precisa esclarecer as razões não controláveis que provocaram oscilação da composição de seu NDP. Casos de morte e aposentadoria serão descontados para a avaliação da oscilação.</p> <p>Indicador</p>

		<p>Avaliação da estabilidade do NDP. Média da proporção dos DP mantida no NDP a cada ano do quadriênio, sendo a base inicial do cálculo o ano de 2012.</p> <p>A área considera necessário que os PPG com mestrado tenham ao menos oito DP e os com doutorado ao menos de 12 DP.</p> <p>Será verificada a dependência do PPG em relação à atuação de colaboradores e visitantes para orientação e docência. Até 20% das orientações e horas-aula podem estar sob a responsabilidade dos colaboradores e visitantes.</p> <p>A área demanda que os DP tenham, majoritariamente, regime de dedicação integral com a instituição do PPG. O não atendimento dos critérios listados acima poderá implicar no ajuste qualitativo do conceito para este item.</p>
<p>2.3. Distribuição das atividades de pesquisa e de formação entre os docentes do programa.</p>	<p>30%</p>	<p>Será analisada a atuação dos DP em atividades de docência no PPG, sendo esperado que cada DP tenha sido responsável por uma carga de pelo menos 60 horas-aula no quadriênio. Serão analisadas situações específicas que não permitiram que o DP ministrasse as 60h.</p> <p>A experiência dos DP na condução de projetos de pesquisa que tenham captado recursos públicos ou privados, externos à IES, também será considerada.</p> <p>Indicador 1 Proporção dos DP com, no mínimo, 60 horas-aula no quadriênio no PPG em análise.</p> <p>Indicador 2 Proporção de DP responsáveis por, pelo menos, um projeto com financiamento externo no quadriênio.</p> <p>Será calculada a média dos indicadores</p>
<p>2.4. Contribuição dos docentes para atividades de ensino e/ou de pesquisa na graduação, com atenção tanto à repercussão que este item pode ter na formação de futuros ingressantes na PG, quanto (conforme a área) na formação de profissionais mais capacitados no plano da graduação. Obs.: este item só vale quando o PPG estiver ligado a curso de graduação; se não o estiver, seu peso será redistribuído proporcionalmente entre os demais itens do quesito.</p>	<p>10%</p>	<p>Espera-se que todos os DP tenham realizado atividades de ensino ou de pesquisa na graduação ou relacionadas à iniciação científica. Será considerada também a oferta pelos DP de atividades, projetos e programas de melhoria de ensino ou de capacitação de alunos e/ou professores.</p> <p>Não serão contabilizados os DP que não exerçam qualquer das atividades listadas em razão de ocuparem cargos de gestão ou se encontrarem em estágio pós-doutoral ou outros afastamentos acadêmicos, devidamente registrados.</p> <p>Indicador Proporção dos PPG com participação na graduação como descrito acima.</p>

2.5. Participação do docente em eventos alinhados com a sua área de atuação	15%	Será contabilizada a publicação ou palestras dos DP em eventos científicos de abrangência nacional ou internacional. Indicador Proporção dos DP com produção ou participação em eventos no quadriênio.
3 – Corpo Discente, Teses e Dissertações		35%
3.1. Quantidade de teses e dissertações defendidas no período de avaliação, em relação ao corpo DP e à dimensão do corpo discente.	10%	Será analisado o número de titulados no ano em relação ao número de discentes do PPG no ano anterior. Indicador Calculam-se as proporções do mestrado separadas das proporções do doutorado, quando for PPG com os dois cursos. Os cálculos são aplicáveis apenas para cursos de doutorado com cinco anos ou mais de funcionamento e para cursos de mestrado com três anos ou mais de funcionamento. Calcula-se a média das proporções anuais de cada curso.
3.2. Distribuição das orientações das teses e dissertações defendidas no período de avaliação em relação aos docentes do programa.	20%	Será analisada a alocação das orientações entre os DP do PPG em cada ano do quadriênio. Indicador Coeficiente de variação das distribuições anuais das orientações do PPG entre DP. O PPG que tenha DP que sistematicamente contabilizem mais de oito orientações simultâneas poderá ter o conceito deste item ajustado. Serão somadas as orientações de todos os PPG que o DP tenha participado como permanente ou colaborador.
3.3. Qualidade das Teses e Dissertações e da produção de discentes autores da pós-graduação e da graduação (no caso de IES com curso de graduação na área) na produção científica do programa, aferida por publicações e outros indicadores pertinentes à área.	50 %	Será avaliada a participação de discentes e de egressos do PPG autores na produção científica do PPG, referenciada no Qualis Periódicos da área ou nos livros classificados pela área. O item é aplicável para cursos de mestrado com mais de dois anos de funcionamento e cursos de doutorado com mais de quatro anos de funcionamento. A autoria conjunta entre docentes do PPG e alunos é valorizada. Indicador 1 Proporção de discentes autores Indicador 2 Proporção de egressos autores Calcula-se a média dos indicadores.
3.4. Eficiência do Programa na formação de mestres e doutores bolsistas: Tempo de formação de mestres e doutores e percentual de	10%	O prazo de conclusão de curso, tanto de bolsistas como de não bolsistas será analisado. Indicador 1 Tempo mediano de titulação do mestrado (em meses). O cálculo é aplicável apenas para cursos de mestrado com

bolsistas titulados.		dois anos ou mais de funcionamento e para cursos de doutorado quatro ou mais anos. Indicador 2 Tempo mediano de titulação do doutorado (em meses)
3.5. Apresentação pelos discentes e egressos em eventos alinhados à Proposta do Programa	10%	Será contabilizada a produção dos discentes em eventos científicos, por meio da publicação de trabalhos em anais. Serão considerados eventos científicos regionais, nacionais ou internacionais alinhados à proposta do PPG. Indicador Proporção de discentes com publicação em anais.
4 – Produção Intelectual	35%	
4.1. Publicações qualificadas do Programa por docente permanente.	50%	A produção bibliográfica é analisada. Considera-se a produção intelectual publicada sob a forma de artigos em periódicos do Qualis da área, livros e capítulos de livros devidamente avaliados pelo Comitê da Área e alinhados à proposta do PPG. Indicador 1 A pontuação média será calculada somando-se a pontuação correspondente à produção total do núcleo de DP do PPG dividida pelo número de DP em atuação. Este indicador é calculado para cada ano e, posteriormente, calculada a média para o período. No caso de múltiplos autores docentes, considera-se apenas uma vez cada publicação. O limite máximo de pontos considerados no quadriênio para este indicador será de 200 pontos. Serão consideradas na contagem de produção, no máximo, duas produções nos estratos B4 e/ou B5 por DP. Se o docente participar como permanente em mais de um curso da área, a produção será integralmente considerada para cada PPG, desde que alinhada à proposta do PPG. Indicador 2 Serão consideradas as três melhores produções de cada DP no quadriênio, alinhadas à proposta do programa. A partir destes itens será calculada uma segunda média do PPG. Cada publicação (artigo/livro/capítulo) poderá ser considerada apenas duas vezes no cálculo desta média, ou seja, a publicação contar para apenas dois DP autores, ainda que mais de dois DP do PPG sejam coautores. Para o cálculo dos indicadores deste item , serão consideradas as equivalências de pontos que seguem. Periódicos: A1 = 100, A2 = 80, B1 = 60, B2 = 50, B3 = 30, B4 = 20 e B5 = 10 Livros: L4 = 100, L3 = 75, L2 = 50 e L1 = 25. Capítulos valem um terço do total dos pontos do livro. Um autor não pode contabilizar mais do que 3 capítulos por livro. Para a organização/editoria de coletâneas, utilizar os mesmos pontos usados para os capítulos, considerando o limite de

		três, entre capítulos e organização/editoria. Calcular média dos dois indicadores.
4.2. Distribuição de publicações qualificadas em relação ao corpo docente permanente do Programa.	35%	A distribuição da produção qualificada será analisada. Indicador Proporção dos DP do PPG que alcançaram a mediana da produção qualificada da área (Indicador 2 do item 4,1).
4.3. Produção técnica, patentes e outras produções consideradas relevantes.	15%	A produção tecnológica e a técnica do PPG são analisadas. Serão contados quantos produtos cada DP teve no quadriênio. Indicador Proporção de DP com 12 produtos técnicos ou tecnológicos no quadriênio. A descrição de produtos tecnológicos e técnicos está apresentada na Seção V deste documento.
5 – Inserção Social	10%	
5.1. Inserção e impacto regional e (ou) nacional do programa.	50%	São analisados os seguintes impactos, com base em informações fornecidas pelo PPG: a) educacional – inserção dos egressos do PPG em IES públicas ou privadas exercendo atividades relacionadas à melhoria do ensino nos diferentes níveis de formação, inclusive cursos de graduação, de especialização, e técnicos; b) social – formação de recursos humanos qualificados que possam contribuir para o aprimoramento da gestão pública e para a redução da dívida social, ou para a formação de um público que faça uso dos recursos da ciência e do conhecimento e formação de professores para o ensino de graduação; c) cultural – formação de recursos humanos qualificados para o desenvolvimento cultural e artístico, formulando políticas culturais e ampliando o acesso à cultura e às artes e ao conhecimento nesse campo; d) tecnológico/econômico – contribuição para o desenvolvimento microrregional, regional ou nacional destacando os avanços produtivos gerados, entrevistas, matérias em jornais, conselhos; disseminação de técnicas e conhecimentos. Indicador Avaliação qualitativa das dimensões pertinentes ao PPG.
5.2. Integração e cooperação com outros programas e centros de pesquisa e desenvolvimento profissional relacionados à área de conhecimento do programa, com vistas ao desenvolvimento da pesquisa	30%	Será avaliada a integração e a cooperação do PPG com outras organizações de pesquisa e de desenvolvimento e disseminação de conhecimento. Serão especialmente valorizadas ações como: i) oferta de cursos de mestrado e doutorado interinstitucional, realizados de acordo com as regras da CAPES e devidamente aprovados, em especial os destinados a IES localizadas em regiões carentes de mestres e doutores; ii)

e da pós-graduação.		<p>consórcios entre IES para oferta de cursos de mestrado e de doutorado; iii) participação em programas sistemáticos de cooperação e intercâmbio com participação de PPG em fase de consolidação; iv) participação em projetos de cooperação entre PPG com níveis de consolidação diferentes, voltados para a inovação na pesquisa ou o desenvolvimento da pós-graduação em regiões ou sub-regiões geográficas menos aquinhoadas (atuação de professores visitantes); v) participação em programas/atividades sistemáticos de apoio à melhoria de ensino de pós-graduação e de graduação.</p> <p>Indicador Avaliação qualitativa.</p>
5.3 - Visibilidade ou transparência dada pelo programa a sua atuação.	20%	<p>Serão avaliadas a visibilidade e a transparência da atuação do PPG.</p> <p>Serão especialmente valorizados os seguintes aspectos: a) manutenção de página web para a divulgação, de forma atualizada, de dados do PPG tais como critérios de seleção de alunos, parte significativa de sua produção docente, financiamentos recebidos da CAPES e de outras agências públicas e entidades privadas; acesso ao regulamento do PPG e às resoluções que regulamentam a gestão do PPG, etc.; e b) garantia de amplo acesso às teses e dissertações pela web, conforme Portaria CAPES nº 13/2006.</p> <p>Indicador Avaliação qualitativa.</p>

FICHA DE AVALIAÇÃO DOS MESTRADOS PROFISSIONAIS

Quesitos / Itens	Peso	Definições e Comentários sobre o Quesito/Itens
1 – Proposta do Programa		
1.1 Coerência, consistência, abrangência e atualização da(s) área(s) de concentração, linha(s) de atuação, projetos em andamento, proposta curricular com os objetivos do Programa	25%	<p>A(s) área(s) de concentração precisa(m) apontar, de maneira clara, a área do conhecimento do PPG, os contornos gerais de sua especialidade na produção intelectual, na produção técnica e tecnológica e na formação profissional de seus mestres.</p> <p>A(s) linha(s) de atuação precisa(m) expressar a especificidade do conhecimento aplicado da respectiva área de concentração, apresentando um recorte específico e bem delimitado.</p> <p>Os projetos desenvolvidos, assim como as disciplinas ou seminários oferecidos aos alunos, devem guardar coerência com as linhas de atuação.</p> <p>A estrutura curricular deve apresentar de forma objetiva e coerente vínculo com a finalidade do curso (perfil do egresso) e à sua especificidade, enfatizando a articulação</p>

		<p>entre conhecimento atualizado, domínio da metodologia pertinente e aplicação orientada para o campo profissional, um núcleo de disciplinas ou seminários de tratamento metodológico relacionado às áreas de concentração, além de disciplinas ou seminários com conteúdos relacionados às linhas de atuação.</p> <p>As ementas das disciplinas precisam indicar o foco teórico e/ou aplicado da abordagem prevista e o estado da arte no tema. A bibliografia indicada nas disciplinas precisa representar uma listagem básica de referências, contendo livros clássicos, textos científicos e de aplicação orientada para o campo profissional, preferencialmente artigos publicados em periódicos, que representem o estado da arte no tema, tanto no campo teórico quanto no aplicado. O curso deve contemplar um mínimo de 360 horas em disciplinas ou atividades equivalentes.</p> <p>Eventuais alterações nos elementos da proposta (área de concentração, linhas de atuação, projetos e estrutura curricular) devem ser apontadas e justificadas na proposta.</p> <p>Indicador Avaliação qualitativa</p>
1.2. Coerência, consistência e abrangência dos mecanismos de interação efetiva com outras instituições, atendendo a demandas sociais, organizacionais ou profissionais.	25%	<p>O PPG deve relatar os convênios ativos de cooperações técnicas e/ou tecnológicas e/ou científicas de âmbito local, regional e nacional, com vista a atender demandas: sociais; organizacionais e/ou profissionais, evidenciando seus respectivos resultados e a coerência para o desenvolvimento do respectivo campo/setor profissional e, ainda, se estão em consonância com o corpo docente.</p> <p>Indicador Avaliação qualitativa</p>
1.3. Infraestrutura para ensino, pesquisa e administração.	20%	<p>A proposta do PPG precisa evidenciar que a IES disponibiliza as condições necessárias para a consecução dos objetivos de formação propostos.</p> <p>Indicador Grau de adequação da infraestrutura declarada pelo PPG para o funcionamento do curso.</p>
1.4. Planejamento do Programa visando ao atendimento de demandas atuais ou futuras de desenvolvimento nacional, regional ou local, por meio da formação de profissionais capacitados para a solução de problemas e práticas de forma inovadora.	30%	<p>O PPG precisa evidenciar (no relatório do ano 2016) o planejamento de ações e metas que possam indicar: relevância e impacto local, regional e nacional da atuação na formação de seus mestres; e ampliação e/ou consolidação da cooperação tecnológica ou científica relevante e efetiva com outras instituições.</p> <p>Avaliam-se as atividades de prospecção de alunos e de financiamento para a formação e a pesquisa do PPG.</p> <p>Indicador Avaliação qualitativa.</p>
2 – Corpo Docente	20%	

<p>2.1. Perfil do corpo docente, considerando experiência como pesquisador e/ou profissional, titulação e sua adequação à Proposta do Programa.</p>	<p>50%</p>	<p>O corpo docente pode ser integrado por doutores, profissionais e técnicos com experiência em pesquisa aplicada ao desenvolvimento e à inovação. Analisam-se a compatibilidade e a adequação do corpo docente em relação à(s) linha(s) de atuação e ao perfil do egresso.</p> <p>Será verificada a experiência profissional e/ou em pesquisa e em docência, compatível com o tipo de profissional que o PPG se propõe a formar.</p> <p>Espera-se que pelo menos parte dos DP tenha experiência profissional não acadêmica significativa e coerente com a proposta.</p> <p>Pelo menos 80% dos DP devem ter doutorado. Os DP sem doutorado devem ter reconhecida e relevante experiência profissional não acadêmica recente compatível com a proposta de formação discente (PPG deve informar na Sucupira).</p> <p>É esperado que pelo menos parte do corpo docente tenha atuação profissional não acadêmica recente compatível com a proposta do PPG.</p> <p>Indicador Avaliação qualitativa.</p>
<p>2.2. Adequação da dimensão, composição e dedicação dos docentes permanentes para o desenvolvimento das atividades de pesquisa e formação do Programa.</p>	<p>30%</p>	<p>Será considerada a legislação vigente (Portaria CAPES nº 81/2016) para a definição das categorias de professores. Entre os DP serão usados para o cálculo dos indicadores apenas aqueles tiverem concluído orientação no PPG ao longo do quadriênio.</p> <p>Professores com mais de três vínculos como DP, serão desconsiderados da composição do NDP.</p> <p>Será contabilizada a atuação dos DP em atividades de docência na pós-graduação.</p> <p>Será calculada a oscilação do NDP do PPG. O PPG precisa esclarecer as razões que provocaram oscilação da composição de seu NDP. Casos de morte e aposentadoria serão descontados para a avaliação da oscilação.</p> <p>Indicador 1 Proporção dos DP com no mínimo 60 horas-aula no quadriênio no PPG. Serão analisadas situações específicas que não permitiram que o DP ministrasse 60h.</p> <p>Indicador 2 Avaliação da estabilidade do NDP. Média da proporção dos DP mantida no NDP a cada ano do quadriênio, sendo a base inicial do cálculo o ano de 2012. Considera-se necessário que o PPG tenha ao menos oito DP. Será verificada a dependência do PPG em relação à</p>

		<p>atuação de colaboradores e visitantes para orientação e docência. Até 20% das orientações e horas-aula podem estar na responsabilidade dos colaboradores e visitantes. A área demanda que os DP tenham, majoritariamente, regime de dedicação integral com a instituição do PPG. O não atendimento dos critérios acima apresentados implicará no ajuste qualitativo do conceito para este item.</p> <p>Será calculada média dos indicadores.</p>
2.3. Distribuição das atividades de pesquisa, projetos de desenvolvimento e inovação e de formação entre os docentes do Programa.	20%	<p>Analisa-se a atuação dos DP em atividades de pesquisa e de orientação.</p> <p>Os DP precisam liderar projeto de pesquisa ou de desenvolvimento e inovação em organizações públicas ou privadas, com financiamento externo público ou privado. Será analisada a alocação das orientações entre os DP do PPG em cada ano do quadriênio.</p> <p>Serão somadas orientações de todos os PPG que o professor participar como permanente ou colaborador.</p> <p>Indicador 1 Proporção dos DP que lideraram no quadriênio projeto de pesquisa ou de desenvolvimento e inovação em organizações públicas ou privadas, com financiamento externo público ou privado.</p> <p>Indicador 2 Coeficiente de variação das distribuições anuais das orientações do PPG entre DP.</p> <p>O PPG que tenha DP que sistematicamente contabilizem mais de oito orientações simultâneas poderá ter o conceito deste item ajustado.</p> <p>Será calculada média dos indicadores.</p>
3 – Corpo Docente e Trabalho de Conclusão	30%	
3.1. Quantidade de trabalhos de conclusão (MP) aprovados no período e sua distribuição em relação ao corpo discente titulado e ao corpo docente do programa.	30%	<p>Analisa-se quantidade de titulados no ano em relação ao número de discentes do PPG no ano anterior.</p> <p>Indicador Proporção de titulados no mestrado em cada ano. Os cálculos são aplicáveis apenas para cursos de mestrado com três anos ou mais de funcionamento.</p>
3.2. Qualidade dos trabalhos de conclusão produzidos por discentes e egressos.	40%	<p>Será considerada a autoria de produtos científicos - produtos bibliográficos – artigos em periódicos ou livros/capítulos de livros classificados pela área, bem como produtos tecnológicos - de discentes e de egressos do PPG. O indicador é aplicável para cursos de mestrado com mais de dois anos de funcionamento.</p> <p>Indicador 1 Proporção de discentes autores</p> <p>Indicador 2 Proporção de egressos autores</p>

		Calcula-se média dos indicadores
3.3. Aplicabilidade dos trabalhos produzidos.	30%	Será avaliada a aplicabilidade dos trabalhos de conclusão do mestrado, a partir dos resumos destes produtos. Indicador Proporção dos trabalhos que podem ser aplicados.
4 – Produção Intelectual	30%	
4.1. Publicações qualificadas do Programa por docente permanente.	25%	<p>A produção bibliográfica é analisada. Considera-se a produção intelectual publicada sob a forma de artigos em periódicos do Qualis da área, livros e capítulos de livros devidamente avaliados pelo Comitê da Área e alinhados à proposta do PPG.</p> <p>Indicador 1 A pontuação média é calculada somando-se a pontuação correspondente à produção total dos DP dividida pelo número de DP em atuação. Este indicador é calculado para cada ano e, posteriormente, calculada a média para o período. No caso de múltiplos autores docentes considera-se apenas uma vez cada publicação. O limite máximo de pontos considerados no quadriênio para este indicador será de 200 pontos. Serão consideradas na contagem de produção, no máximo, duas produções nos estratos B4 e/ou B5 por DP. Se o docente participar como permanente em mais de um curso da área, a produção será integralmente considerada para cada PPG, desde que alinhada à proposta do PPG.</p> <p>Indicador 2 Serão consideradas as três melhores produções de cada DP no quadriênio, alinhadas à proposta do programa. A partir destes itens será calculada uma segunda média do PPG. Cada publicação (artigo/livro/capítulo) poderá ser considerada apenas duas vezes no cálculo desta média, ou seja, a publicação contar para apenas dois DP autores, ainda que mais de dois DP do PPG sejam coautores. Para o cálculo dos indicadores deste item, serão consideradas as equivalências de pontos que seguem.</p> <p>Periódicos: A1 = 100, A2 = 80, B1 = 60, B2 = 50, B3 = 30, B4 = 20 e B5 = 10 Livros: L4 = 100, L3 = 75, L2 = 50 e L1 = 25. Capítulos valem um terço do total dos pontos do livro. Um autor não pode contabilizar mais de 3 capítulos por livro. Para a organização/editoria de coletâneas, utilizar os mesmos pontos usados para os capítulos, considerando o limite de três, entre capítulos e organização/editoria.</p> <p>Calcular média dos dois indicadores.</p>
4.2. Produção artística, técnica, patentes, inovações	25%	Será avaliada a produção tecnológica do PPG. Os produtos tecnológicos serão classificados pelo comitê

e outras produções consideradas relevantes.		da área segundo os critérios descritos na seção V deste documento. Indicador A pontuação média. Serão consideradas apenas as duas melhores produções de cada DP no quadriênio, alinhadas à proposta do PPG.
4.3. Distribuição da produção científica e técnica ou artística em relação ao corpo docente permanente do programa.	30%	A distribuição da produção científica é avaliada. Indicador Proporção dos DP do PPG que alcançaram a mediana da produção bibliográfica qualificada da área ou a mediana da produção tecnológica da área.
4.4. Articulação da produção artística, técnica e científica entre si e com a proposta do programa.	20%	Examina a articulação entre a produção bibliográfica e os produtos tecnológicos qualificados do PPG com a proposta de formação discente do PPG. Indicador Avaliação qualitativa.
5 – Inserção Social	20%	
5.1. Impacto do Programa.	40%	O impacto do PPG é avaliado. Considera-se os tipos de impacto listados abaixo. a) educacional – contribuição para a formação de docentes, inclusive para cursos técnicos, de graduação e de especialização, valorizando-se ainda participação em programas de melhoria de ensino fundamental e médio; b) social – formação de recursos humanos qualificados para a Administração Pública ou a sociedade civil que possam contribuir para o aprimoramento da gestão pública e a redução da dívida social; c) cultural – formação de recursos humanos qualificados para o desenvolvimento cultural e artístico, formulando políticas culturais e ampliando o acesso à cultura e às artes e ao conhecimento nesse campo; d) tecnológico/econômico – contribuição para o desenvolvimento microrregional, regional ou nacional destacando os avanços produtivos gerados. Considera-se informação contida na proposta do PPG ou materiais contidos no site do PPG relativos a: entrevistas concedidas; matérias em jornais e revistas; participação em conselhos tutelares e deliberativos; participação em seminários e workshops de disseminação de técnicas e de conhecimentos; outras possibilidades de divulgação. Indicador Avaliação qualitativa do impacto, não sendo necessário que o PPG tenha gerado impacto nas quatro dimensões listadas acima.
5.2. Integração e cooperação com outros Cursos/ Programas com vistas ao	20%	Será avaliada a integração e a cooperação do PPG com outros PPG. Serão especialmente valorizadas ações como: a)

desenvolvimento da pós-graduação.		participação em programas sistemáticos de cooperação e intercâmbio; b) participação em projetos de cooperação entre PPG com níveis de consolidação diferentes, voltados para a inovação na pesquisa ou o desenvolvimento da pós-graduação em regiões ou sub-regiões geográficas menos aquinhoadas. Indicador Avaliação qualitativa
5.3. Integração e cooperação com organizações e/ou instituições setoriais relacionados à área de conhecimento do Programa, com vistas ao desenvolvimento de novas soluções, práticas, produtos ou serviços nos ambientes profissional e/ou acadêmico.	20%	Será avaliada a integração e a cooperação do PPG com outras organizações que tenham o objetivo de desenvolver e disseminar softwares, práticas de gestão, produtos turísticos, etc. Serão especialmente consideradas ações como: a. participação em convênios ou programas de cooperação com organizações/instituições, voltados para a inovação na pesquisa e o avanço da pós-graduação ou o desenvolvimento tecnológico, econômico e/ou social no respectivo setor ou região; b. introdução de novos produtos ou serviços (educacionais, tecnológicos, diagnósticos, etc.), no âmbito do PPG, que contribuam para o desenvolvimento local, regional ou nacional; e c. abrangência e extensão da rede de organizações/instituições conectadas ao PPG para fim de desenvolvimento de novas soluções, práticas, produtos, etc.. Indicador Avaliação qualitativa
5.4. Divulgação e transparência das atividades e da atuação do Programa.	20%	A visibilidade e a transparência da atuação do PPG serão avaliadas. Serão especialmente valorizados os seguintes aspectos: a) manutenção de página web para a divulgação, de forma atualizada, de dados do PPG tais como critérios de seleção de alunos, parte significativa de sua produção docente, financiamentos recebidos da CAPES e de outras agências públicas e entidades privadas; acesso ao regulamento do PPG e às resoluções que regulamentam a gestão do PPG, etc.; e b) garantia de amplo acesso às dissertações, pela web, conforme Portaria CAPES nº 13/2006, que torna obrigatória essa providência. Indicador Avaliação qualitativa.

FICHA DE AVALIAÇÃO DOS MESTRADOS PROFISSIONAIS EM REDE NACIONAL (*)

Quesitos / Itens	Peso	Definições e Comentários sobre os Quesitos/Itens
1 – Avaliação da Rede e suas Associadas	20	
1.1. Articulação entre as instituições associadas e a coordenação do programa.	20	Avaliar qualitativamente com base na proposta e nas respostas à questão 4 da pesquisa com os egressos e à questões 6 e 8 da pesquisa com os coordenadores.
1.2. Planejamento global da rede, sistemática de avaliação e auto avaliação.	20	Verificar a existência de planejamento e de auto avaliação como base nas informações da proposta do programa.
1.3. Infraestrutura para administração, ensino e demais atividades pertinentes.	20	Verificar as informações da proposta do programa e usar as respostas às questões 1 e 2 da pesquisa com egressos e às questões 1 e 2 da pesquisa com coordenadores.
1.4. Critérios e efetividade das normas de credenciamento e descredenciamento.	20	Verificar as informações da proposta do programa sobre o processo de avaliação de cada associada (nova ou antiga) e o atendimento aos critérios de credenciamento e reconhecimentos.
1.5. Implantação e atualização da proposta do programa.	20	Avaliar qualitativamente com base nas informações da proposta do programa e nas respostas à questão 9 da pesquisa com coordenadores.
2 – Discentes e Egressos	40	
2.1. Processos de seleção e de avaliação de discentes.	15	Avaliar qualitativamente a excelência e rigor dos critérios nacionais de seleção e de avaliação de discentes.
2.2. Fluxo discente: quantidade de ingressantes, evasão e prazo de conclusão (por associada e no total rede).	25	Avaliar a partir dos indicadores fornecidos pela Capes.
2.3. Qualidade dos trabalhos finais: adequação dos trabalhos à proposta do curso e sua divulgação.	60	Avaliar qualitativamente o alinhamento à proposta e a aplicabilidade dos trabalhos de conclusão do curso. Os trabalhos finais precisam estar disponíveis no <i>site</i> do PPG. A análise será realizada a partir de uma amostra dos trabalhos de conclusão do curso, proporcional ao número de egressos no período de avaliação. Serão valorizados produtos tecnológicos efetivamente adotados por organizações ou produtos bibliográficos – artigos em periódicos qualificados pela área ou livros/capítulos de livros classificados pela área, derivados dos trabalhos de conclusão do curso.

3 – Corpo Docente	20	
3.1. Adequação da dimensão, composição e dedicação dos docentes permanentes para o desenvolvimento das atividades de formação considerando-se o programa e as instituições associadas.	20	Verificar a adequação do número mínimo de docentes, seu regime de trabalho, os vínculos dos docentes com outros PPG, a proporção de colaboradores em relação ao total de docentes e a carga horária dedicada ao PPG. Considerar as respostas à questão 3 da pesquisa com os egressos e às questões 3, 4 e 5 da pesquisa com os coordenadores.
3.2. Compatibilidade do corpo docente com a proposta, considerando-se suas atividades de ensino, pesquisa, orientação.	50	Verificar a formação e atuação dos docentes para avaliar se sua experiência atende à proposta curricular; avaliar a distribuição das atividades de ensino e orientação.
3.3. Produção intelectual.	30	Avaliar o conjunto da produção por associada está alinhado à proposta do programa.
4 – Inserção Social	20	
4.1. Importância do curso na atuação profissional dos egressos.	60	Utilizar as respostas às questões 5 e 6 da pesquisa com os egressos e as respostas às questões 7, 10 e 11 da pesquisa com os coordenadores.
4.2. Políticas de divulgação e transparência das atividades e da atuação do programa.	40	Avaliar qualitativamente as informações existentes no <i>site</i> do PPG.

(*) Os questionários referentes à pesquisa com egressos e coordenadores de PROF estão disponíveis ao final deste documento, nos Anexos I e II respectivamente. A área poderá utilizar a ficha e os questionários do Mestrado Profissional em Rede Nacional (PROF) para avaliar as associações com 6 ou mais instituições.

IV. CONSIDERAÇÕES E DEFINIÇÕES SOBRE INSERÇÃO INTERNACIONAL

No entendimento da Área, a inserção internacional de um PPG é sua efetiva influência na comunidade da área de conhecimento atuando fora do Brasil. O grau de inserção internacional está relacionado com a amplitude desta influência e a importância dos interlocutores estrangeiros. Assim, a competência de seus atores é fundamental para construir e manter esta influência. A preparação dos discentes e egressos para permitir que estes possam competir pelas melhores posições de trabalho no mercado internacional poderia ser a medida de inserção internacional que mais bem refletisse o papel de um PPG de formação de novos pesquisadores.

Outras formas de se observar e avaliar a inserção internacional são usadas, além da empregabilidade no mercado internacional. Estas, em geral, consideram a atuação dos pesquisadores – docentes, discentes e egressos - em grupos de pesquisa fora do Brasil. O trânsito que se avalia é nos dois sentidos, ou seja, pesquisadores do Brasil para o exterior e os estrangeiros vindo para o Brasil. Também são usadas avaliações dos resultados das atuações em conjunto, por meio das publicações bibliográficas em periódicos e livros ou produtos

tecnológicos. A partir da análise do conjunto de publicação do PPG é possível visualizar a rede de relacionamentos deste grupo e a importância das conexões existentes.

Outros elementos podem apontar a influência e o prestígio de pesquisadores, o que supostamente transborda para o seu grupo (PPG). Neste caso, observa-se a atuação dos docentes como diretores ou presidentes de sociedade científica internacional, ou como editores de periódicos relevantes para a comunidade internacional da área, etc.

A Área entende que a inserção internacional é facilitada pela mobilidade dos docentes, discentes e egressos dos PPG. Neste sentido, serão valorizados vários indicadores como proxies da mobilidade. Alguns destes indicadores apontam apenas para a existência de infraestrutura para facilitar a mobilidade, tais como acordos entre instituições, disciplinas em outro idioma, escritórios de recepção de pesquisadores, cursos em parcerias, participação em redes internacionais da área de conhecimento, creditações internacionais, etc.

Vale ressaltar que a mobilidade na Área é quase um ato de bravura, em razão da escassez de recursos. Isso porque a pesquisa na Área não tem sido entendida como prioritária e, portanto, historicamente tem recebido poucos recursos, a despeito de seu tamanho.

CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DOS CRITÉRIOS DA ÁREA PARA ATRIBUIÇÃO DE NOTAS 6 E 7

A atribuição de notas 6 e 7 na Área tomará como base os dados de inserção internacional em composição com dados que evidenciem a liderança PPG no ambiente nacional.

Segundo o regulamento da Quadrienal 2017, serão considerados para as notas 6 e 7 os PPG que receberem nota 5 e conceitos MB em todos os quesitos da ficha de avaliação. Para a nota 6 é necessário predomínio de conceito MB nos itens de todos os quesitos da ficha de avaliação, mesmo com eventual conceito B em alguns itens e para nota 7, conceito MB em todos os itens de todos os quesitos da ficha de avaliação. Além disso, é necessário, segundo o mesmo regulamento, que os PPG apresentem desempenho equivalente àquele de centros de internacionais de referência na formação de pessoal em nível de doutorado na área, tenham nível de desempenho diferenciado em relação aos demais PPG da área e caracterizem sua solidariedade e nucleação.

Os PPG que atinjam o perfil nota 5 precisam apresentar os seguintes elementos qualificadores para a candidatura às notas 6 e 7: NDP estável; produção científica em periódicos com fator de impacto ou livros classificados pela área como L4; histórico consolidado na formação de doutores; fluxo regular recente de formação de doutores; distribuição adequada entre os docentes das atividades de cooperação com grupos atuando fora do Brasil, produção científica, formação de alunos e de liderança acadêmica, indicando que o PPG não depende da contribuição de um ou poucos docentes, assegurando, desta forma, seu desempenho em alto nível ao longo do tempo.

Será analisada a liderança do PPG no ambiente nacional a partir de: nucleação do PPG, revelada pelo percentual de doutores egressos atuando no corpo docente de outras instituições de pós-graduação; impacto do PPG na gestão de organizações públicas ou privadas; doutores atuando em outras IES do país e não titulados no PPG que realizaram pós-doutoramento no

PPG; liderança de entidades nacionais relacionadas à área de conhecimento; atração de alunos de diferentes regiões do país para a formação acadêmica; alunos de outros PPG do país realizando disciplinas ou estágios sanduíches no PPG; liderança de projetos de pesquisa financiados por agências públicas ou privadas em parceria de docentes de outros PPG nacionais; DP participando de comitês de área no CNPq, FINEP, CAPES, Fundações de Amparo à Pesquisa do Estado e outras agências de fomento nacionais; DP com premiações por entidades nacionais; discentes e egressos premiados por entidades nacionais, em razão de trabalhos realizados no PPG; e liderança de programas voltados para a consolidação de PPG em regiões pouco atendidas na formação de pessoal qualificado na área.

Após a verificação da liderança nacional do PPG, será avaliado o grau de inserção internacional do PPG, como forma de avaliar seu grau de equivalência aos centros localizados no exterior em termos da qualidade da formação discente.

A Área vai mensurar o grau de inserção internacional dos PPG por meio de indicadores de reconhecimento de qualidade científica e de mobilidade/infraestrutura para a mobilidade. A seguir são listados os indicadores levantados, mas é possível que os PPG apresentem novos aspectos relevantes, que não são apontados aqui e que poderão ser considerados.

- Egressos do PPG atuando no estrangeiro;
- Docentes que foram diretores ou presidentes de sociedade científica internacional;
- Docentes com participação em comitê editorial de periódico editado no estrangeiro presente nas bases Scopus ou Web of Science;
- Participação em convênio ou projeto de pesquisa com financiamento internacional;
- Reuniões científicas internacionais organizadas pelo PPG;
- Participação em bancas ou comitê de acompanhamento de pós-graduando no exterior;
- Alunos de doutorado do exterior que vieram desenvolver parte de seu projeto no PPG;
- Alunos de doutorado do PPG que foram desenvolver parte de seu projeto em IES do estrangeiro;
- Artigos em coautoria com pesquisadores de instituições estrangeiras;
- Livros ou capítulos de livro de editoras internacionais de renome;
- Participação em redes internacionais da área de conhecimento;
- Cursos ministrados por pesquisadores estrangeiros no PPG;
- Palestras, seminários ou equivalentes ministradas por pesquisadores estrangeiros no PPG;
- Orientação ou co-orientação de aluno do PPG por professores estrangeiros;
- Orientação ou co-orientação de aluno de curso do exterior por DP do PPG;
- Estágio pós-doutoral no PPG de titulados no doutorado no exterior.
- Discentes que participaram de eventos científicos no exterior;
- Discentes e Egressos premiados por entidades internacionais, em razão de trabalhos realizados no PPG;
- Discentes que participaram em cursos no exterior;
- Alunos estrangeiros matriculados em disciplinas do PPG;
- DP que realizaram pós-doutoramento em instituição estrangeira no quadriênio;

- Recrutamento de pesquisadores estrangeiros para corpo docente do PPG;
- Acordos entre a instituição do PPG e um parceiro do exterior para cooperação na área;
- Acordos para dupla titulação com Instituições internacionais;
- Disciplinas em outro idioma;
- Escritórios de recepção de pesquisadores;
- Acreditações internacionais;
- Espaço no PPG para acomodar docentes e discentes vindos do exterior.

O grau de internacionalização dos PPG considerará o perfil dos parceiros internacionais nas ações de cooperação e de mobilidade, ou seja, se os parceiros são instituições de referência de qualidade mundial ou instituições de relevância e impacto restrito à região de sua atuação, qualquer que seja sua localização.

A Área utilizará os dados informados pelos PPG na plataforma Sucupira e em seu site e também informações do SciVal, que tem como fonte os dados da base Scopus. O SciVal fornece dados por PPG sobre colaboração internacional e com corporações privadas, citações, impacto ponderado das citações e outras medidas.

Os dados serão relativizados pelo tamanho do PPG.

V. OUTRAS CONSIDERAÇÕES DA ÁREA DE AVALIAÇÃO

AVALIAÇÃO DA PRODUÇÃO TECNOLÓGICA E TÉCNICA

Dois novos passos importantes foram dados na busca de desenvolver sistemáticas que possibilitem qualificar os periódicos que apresentam caráter tecnológico e o segundo ao processo de qualificação dos produtos tecnológicos. Abaixo são descritos os processos de classificação dos periódicos e produtos tecnológicos.

Qualis de Periódicos Tecnológicos

O Qualis de Periódicos Tecnológicos teve por base os 49 periódicos classificados com o conceito “C” pela comissão de avaliação do Qualis acadêmico, em reunião realizada entre os dias 22 a 23 de setembro de 2016. Os periódicos foram assim classificados com base nos respectivos conteúdos técnicos ou estritamente aplicados, para que, posteriormente, pudessem ser avaliados pela comissão específica de mestrados profissionais.

A comissão para a avaliação dos Periódicos Tecnológicos visitou o site desses periódicos e de outros periódicos internacionais com perfil profissional, a fim de se identificar os critérios que pudessem indicar padrões de qualidade, alinhados à necessidade de desenvolvimento dos programas profissionais, bem como a manutenção da qualidade da pós-graduação. Como resultado foi definido que os periódicos tecnológicos serão identificados pela letra “T” e que serão estratificados do nível T1 a T7, com a pontuação descrita abaixo.

Estrato	Pontos
T1	100
T2	80
T3	60
T4	50
T5	30
T6	20
T7	10
0	Não Periódico

Legenda: T = Periódico Tecnológico

A classificação dos Periódicos Tecnológicos considerou os critérios descritos na sequência:

T7 – Ter dois números por ano ou 12 ou mais artigos/relatos/casos por ano;

T6 – Ter atendido ao critério aplicado ao estrato T7; aderência à área; navegabilidade do site; aplicabilidade dos itens publicados; e ter mais de 2 anos;

T5 – Ter atendido a todos os critérios aplicados ao estrato T6; conselho editorial independente e equilibrado, composto por membros com experiência tanto prática quanto acadêmica;

T4 – Ter atendido a todos os critérios aplicados ao estrato T5; prazo médio de publicação acima da média dos periódicos tecnológicos (Para efeito de apuração da média; quando não informada no periódico, foi considerado o prazo médio apurado com base nos artigos publicados nos dois últimos anos) e *blind review*;

T3 – Ter atendido a todos os critérios aplicados ao estrato T4; artigos derivados de pesquisa aplicada, com fundamentação teórico-metodológica; e listado no Spell, que calcula o índice bibliométricos dos periódicos da área no Brasil;

T2 – Ter atendido a todos os critérios aplicados ao estrato T3; estar listado entre os 5% dos periódicos tecnológicos com maiores índices bibliométricos do Spell para 5 anos sem autocitação; e Indicador de diversidade menor ou igual 3 (número de artigos publicados pela área/número de PPG que publicaram); ou estar na base *Web of Science* ou na Scimago;

T1 – Ter índices bibliométricos nas bases *Web of Science* ou Scimago acima da mediana da área.

Da base de 49 itens que estavam para ser classificados, aqueles que deixaram de atender aos critérios acima, ou que não têm declaradas políticas de submissões de artigos/relatos – por exemplo, no caso de mídias jornalísticas, foram classificados como não periódicos.

Após a definição dos critérios, esses foram aplicados e o resultado poderá ser consultado no documento da área sobre produção Tecnológica e Técnica, disponível na página da área no site da Capes.

Produtos Tecnológicos

A Capes nomeou uma comissão (Portaria Capes147/2015) para a elaboração dos critérios gerais para a avaliação e mensuração dos produtos tecnológicos. Essa comissão propôs que os produtos tecnológicos fossem divididos em quatro eixos, substituindo Classes usadas pela área na Trienal 2013. Cabe às áreas o detalhamento e a definição da forma de coleta e armazenamento dos produtos tecnológicos.

Para tanto, a área desenvolveu o Sistema de Avaliação dos Produtos Tecnológicos – SAPT, que usa o sistema SEER para periódicos. Por meio do SAPT os DP dos Mestrados Profissionais podem indicar os seus dois produtos tecnológicos mais relevantes referentes ao quadriênio. Os dois produtos tecnológicos submetidos, após a avaliação por pares, serão estratificados em cinco níveis, conforme quadro abaixo.

Estrato	Pontos
P1	100
P2	75
P3	50
P4	25
P5	1

Legenda: P = Produto Tecnológico

A classificação da produção tecnológica considerará três dimensões de qualidade – aplicabilidade da produção tecnológica, inovação e complexidade. Essas dimensões receberão notas de 1 a 5, sendo 5 pontuação máxima e 1 a pontuação mínima.

Os Produtos Tecnológicos avaliados serão categorizados segundo a média das avaliações nas três dimensões. No máximo 50% dos produtos poderão ser classificados nos dois estratos superiores.

A área convencionou chamar de Produção Técnica os trabalhos realizados pelos docentes relacionados às atividades acadêmicas, mas que não se caracterizam como produção científica. São exemplos disso: pareceres para periódicos ou órgãos de fomento à pesquisa; participação em bancas de avaliação de dissertações ou teses; membros de comissões ad hoc dos órgãos de fomento à pesquisa; entre outras possibilidades. Espera-se que a produção técnica dos DP dos PPG acadêmicos apresentem este tipo de produção. No entanto, caso o DP apresente produtos Tecnológicos ou artigos em Periódicos Tecnológicos também serão considerados.

QUESTIONÁRIOS PARA A AVALIAÇÃO DOS MESTRADOS PROFISSIONAIS EM REDE NACIONAL

Mestrado Profissional em rede - Pesquisa com egressos

Parabéns por ter concluído o Mestrado. Gostaríamos de ter tua colaboração para aprimorarmos o curso que realizou e, para isso, solicitamos que respondas as questões abaixo. Demora 2 minutos. Não existe resposta certa para as questões. Tuas respostas serão mantidas em completo sigilo. Após responder todas as questões, por favor, clique em submeter.

Agradecemos tua colaboração e desejamos sucesso na carreira!

*Obrigatório

1. Avalie a infraestrutura dedicada à gestão do curso (secretaria, coordenação, etc.) *

Marcar apenas uma oval.

- Totalmente inadequada
- Com algumas inadequações
- Adequada
- Muito boa
- Excelente

2. Avalie a infraestrutura para ensino do curso (salas de aula, biblioteca, serviços de videoconferência, laboratórios, etc.) *

Marcar apenas uma oval.

- Totalmente inadequada
- Com algumas inadequações
- Adequada
- Muito boa
- Excelente

3. Avalie o tamanho do corpo docente do curso na tua universidade para a manutenção e a qualidade das atividades do curso. *

Marcar apenas uma oval.

- Muito pequeno
- Pequeno
- Adequado
- Grande
- Não sei quantos professores atuam no curso na minha universidade

4. Avalie a dedicação dos professores do curso da tua universidade para a qualidade das atividades do curso.

Marcar apenas uma oval.

- Totalmente insuficiente
- Insuficiente
- Adequada
- Muito boa
- Excelente

5. Avalie se a experiência acadêmica e profissional dos professores é adequada para garantir a qualidade das atividades do curso

Marcar apenas uma oval.

- Totalmente insuficiente
- Insuficiente
- Adequada
- Muito boa
- Excelente

6. Frequência de contato presencial ou por meio eletrônico com docentes e discentes de outras instituições da rede ao longo do curso *

Marcar apenas uma oval.

- Muito reduzida
- Reduzida
- Regular
- Frequentemente
- Muito frequentemente

7. Tua atuação como professor mudou em razão da conclusão do curso? *

Marcar apenas uma oval.

- Eu não melhorei nem um pouco
- Acho que não melhorei
- Não mudei nada: continuo o mesmo
- Sim, melhorei
- Sim, melhorei muito

8. Avalie a importância do curso para o seu avanço na carreira de professor. *

Marcar apenas uma oval.

- Muito pouco importante
- Pouco importante
- Não teve importância
- Teve impacto positivo
- Teve grande impacto positivo

9. Avalie a importância do curso para a tua motivação pela carreira de professor.

Marcar apenas uma oval.

- Muito pouco importante
- Pouco importante
- Não alterou minha motivação
- Teve impacto positivo
- Teve grande impacto positivo

10. Avalie o impacto do mestrado na tua capacidade de buscar conhecimento e técnicas novas para a atuação profissional

Marcar apenas uma oval.

- Muito pouco importante
- Pouco importante
- Não notei alteração
- Teve impacto positivo
- Teve grande impacto positivo

11. Recomendaria o curso? *

Marcar apenas uma oval.

- Certamente não
- Não
- Talvez
- Sim
- Certamente sim

12. Qual curso concluiu? *

Marcar apenas uma oval.

- 31075010001P2 - Matemática
- 23001011069P5 - LETRAS
- 33283010001P5 - Ensino de Física
- 31001017155P1 - Ensino de História
- 41002016026P1 - Artes
- 31001017169P2 - Química
- 33004137068P8 - Educação Física
- 33004013069P2 - Ciências Ambientais
- Não tem código - Filosofia
- 53045009001P3 - Administração Pública
- 31102000001P6 - Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação
- 33303002001P9 - Saúde Coletiva
- 33004013069P2 - Gestão e Regulação de Recursos Hídricos

13. Use o espaço abaixo para incluir comentários sobre qualquer aspecto relacionado ao curso

Mestrado Profissional em rede - Pesquisa com coordenadores de associadas

Esta pesquisa tem como objetivo obter subsídios para o processo de avaliação do programa de mestrado que cursou. É importante que tuas respostas expressem a realidade a fim de que possamos consolidar a presente sistemática de autoavaliação. É necessário que respondas todas as questões. Tuas respostas serão analisadas em conjunto com as respostas de teus colegas das demais unidades da rede. Agradecemos tua colaboração.

***Obrigatório**

1. Avalie a infraestrutura física (salas de aula, secretaria, biblioteca, salas multiuso, instalações sanitárias, etc.) do curso na tua universidade *

Marcar apenas uma oval.

- Totalmente inadequada
- Com algumas inadequações
- Adequada
- Muito boa
- Excelente

2. Avalie os recursos disponíveis na tua universidade para interação pessoal ou eletrônica com outros alunos e professores das universidades que compõem a rede. *

Marcar apenas uma oval.

- Totalmente inadequados
- Com algumas inadequações
- Adequados
- Muito bons
- Excelentes
- Não sei avaliar, pois não usei

3. Avalie o tamanho do corpo docente do curso na tua universidade para a manutenção e a qualidade das atividades do curso. *

Marcar apenas uma oval.

- Muito reduzido
- Reduzido
- Sem folga
- Adequado
- Muito adequado

4. Avalie a dedicação do corpo docente do curso da tua universidade para a qualidade das atividades do curso. *

Marcar apenas uma oval.

- Totalmente insuficiente
- Insuficiente
- Adequada
- Muito boa
- Excelente

5. A formação acadêmica e a experiência em pesquisa e profissional dos docentes do curso são adequadas para garantir a qualidade das atividades do curso? *

Marcar apenas uma oval.

- Totalmente inadequadas
- Inadequadas
- Com limitações
- Muito boas
- Excelentes

6. Avalie a importância da colaboração entre as universidades da rede para o bom andamento do curso *

Marcar apenas uma oval.

- Muito pouco importante
- Pouco importante
- Indiferente
- Importante
- Muito importante
- Não participei de atividades com alunos ou professores de outras universidades da rede

7. Avalie a qualidade da formação discente do curso *

Marcar apenas uma oval.

- Muito fraca
- Fraca
- Adequada
- Muito boa
- Excelente

8. Avalie a qualidade da articulação entre as universidades associadas e a coordenação geral da rede *

Marcar apenas uma oval.

- Muito inadequada
- Com limitações
- Adequada
- Muito boa
- Excelente
- Desconheço a coordenação geral da rede

9. **Avalie o grau de dificuldade de gestão do curso na tua instituição. ***

Marcar apenas uma oval.

- Muito difícil
- Difícil
- Nem difícil, nem fácil
- Fácil
- Muito fácil

10. **Avalie a importância do curso para o desenvolvimento profissional dos alunos e egressos. ***

Marcar apenas uma oval.

- Muito pouco importante
- Pouco importante
- Indiferente
- Importante
- Muito importante

11. **Avalie a contribuição do curso para a atuação profissional do aluno ***

Marcar apenas uma oval.

- Muito reduzida
- Fraca
- Regular
- Boa
- Muito boa

12. **Avalie o impacto do mestrado na capacidade do aluno de buscar conhecimento e técnicas novas para a atuação profissional**

Marcar apenas uma oval.

- Nenhum impacto
- Impacto reduzido na capacidade
- Alto impacto na capacidade

13. **Avalie o impacto do mestrado na motivação profissional do aluno**

Marcar apenas uma oval.

- Nenhum impacto
- Impacto reduzido na motivação
- Alto impacto na motivação

14. **Recomendaria o curso? ***

Marcar apenas uma oval.

- Certamente não
- Não
- Talvez
- Sim
- Certamente sim

15. Indique qual o programa que participa como coordenador *

Marcar apenas uma oval.

- 31075010001P2 - Matemática
- 2.23001011069P5 - LETRAS
- 3.33283010001P5 - Ensino de Física
- 4.31001017155P1 - Ensino de História
- 5.41002016026P1 - Artes
- 6.31001017169P2 - Química
- 7.33004137068P8 - Educação Física
- 8.33004013069P2 - Ciências Ambientais
- Não tem código - Filosofia
- 53045009001P3 - Administração Pública
- 11.31102000001P6 - Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação
- 12.33303002001P9 - Saúde Coletiva

16. Use o espaço abaixo para incluir comentários sobre qualquer aspecto relacionado ao curso e o impacto dele em sua vida.

ANEXO C

Documento de Área 2013

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Identificação

Área de Avaliação: **ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO**

Coordenadora de Área: Eliane Pereira Zamith Brito (FGV-SP)

Coordenadora-Adjunta de Área: Márcia Martins Mendes de Luca (UFC)

Coordenador-Adjunto Mestrado Profissional: Aridelmo José Campanharo Teixeira (FUCAPE)

I. Considerações gerais sobre o estágio atual da Área

No final de 2012 a área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo era composta por 131 programas de pós-graduação (PPG), sendo 40 programas com doutorado, 50 mestrados profissionais e 41 mestrados acadêmicos. Deste total, 121 serão avaliados na Trienal 2013, por estarem em funcionamento há mais de um ano. Do total de cursos avaliados na Trienal 2013, 75% iniciaram atividades nos anos 2000 e 40% começaram atividades nos últimos cinco anos. O número de cursos da área cresce a uma taxa anual de cerca de 10%.

Considerando os programas que serão submetidos à Avaliação Trienal 2013, eles estão distribuídos pelas subáreas da seguinte forma: 96 programas em Administração, sendo seis destes em Administração Pública; 19 programas em Ciências Contábeis; e seis programas em Turismo.

Quanto à distribuição dos programas na área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo, por região do país, 61 estão na região Sudeste, 22 no Nordeste, 29 no Sul, seis no Centro-Oeste, e três no Norte. Destaca-se que, do total de programas com doutorado, 82% estão nas regiões Sul (13) e Sudeste (20). Essa distribuição demonstra que há carência de programas de doutorado na área nas regiões Centro Oeste, Norte e Nordeste do país.

Tabela 1 – Distribuição dos PPG por região geográfica

Região	DO (*)	ME/DO	MP	ME (**)	Total
Sudeste	1	19	23	18	61
Nordeste	0	5	9	8	22
Sul	1	12	7	9	29
Centro Oeste	0	2	3	1	6
Norte	0	0	1	2	3
Total programas	2	38	43	38	121

(*) PPG é composto apenas pelo curso de Doutorado

(**) PPG é composto apenas pelo curso de Mestrado Acadêmico

Destaca-se o aumento de programas de mestrado profissional na área, considerando que eram 26 em 2009. O trabalho desenvolvido pela CAPES, no último triênio, de esclarecimento e de definição de normas e orientações mais específicas para os mestrados profissionais foi essencial para esse aumento desta modalidade na área. As discussões sobre a identidade desses programas, sua

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

produção, além do corpo docente e perfil discente, foram importantes e trouxeram grandes contribuições, que terão reflexo no desenvolvimento dos programas.

Outro indicador do crescimento da área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo é o aumento do número de titulados. Em 2004, foram titulados 892 mestres, 487 mestres profissionais e 114 doutores, enquanto que em 2011 foram 1384 mestres, 572 mestres profissionais e 224 doutores. Destaca-se o expressivo aumento na quantidade de egressos dos cursos de doutorado nos últimos anos, como apresentado na Tabela 2.

Tabela 2 – Quantidade de discentes titulados no período de 2004 a 2011

Nível de Titulação	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Doutorado	114	116	112	111	134	185	168	224
Mestrado Acadêmico	892	1020	1133	1090	1316	1333	1301	1384
Mestrado Profissional	487	478	644	665	553	503	540	572

Quanto à avaliação dos programas, a Tabela 3 apresenta a distribuição das notas por modalidade de programa.

Tabela 3 – Distribuição dos programas por Nota

Nota	DO	ME/DO	MP	ME	Total
7	0	2	0	0	2
6	0	3	0	0	3
5	0	11	4	2	17
4	2	21	9	5	37
3	0	1	30	31	62
Total	2	38	43	38	121

Cabe ressaltar que os dois programas nota 7 estão localizados na região Sul e Sudeste e os três programas nota 6, instalados na região Sudeste. Os programas com notas 4 e 5 distribuem-se em todas as regiões, exceto na região Norte, onde há apenas mestrados iniciados na segunda metade da década passada. A Tabela 3 revela ainda que 51% dos programas possuem nota 3.

O corpo docente que atua nos programas da área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo é composto de 1795 professores atuando nas subáreas e com grande interação em áreas afins - economia, sociologia, comunicação, psicologia, estatística, engenharia de produção, direito, tecnologia da informação, dentre outras -, demonstrando o caráter interdisciplinar da área, representado ainda pela diversidade e qualidade da sua produção.

A produção científica da área teve um crescimento expressivo nos últimos anos, comprovada, em especial, pela publicação de artigos em periódicos internacionais com índices de impacto elevados para a grande área de Ciências Sociais Aplicadas, revelando a melhoria qualitativa da produção, além

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

de poder ser entendido como uma sinalização da inserção internacional dos programas. Levando em conta o número de periódicos com produção da área, houve um crescimento de mais de 300% de títulos entre 2007 (394 periódicos) e 2010 (1503 periódicos). No mesmo período, o fator de impacto para os periódicos com produção da área e classificados como A1, dobrou.

A área também tem ampliado os periódicos editados no país que estão se inserindo nas bases de indexação internacional (*Scopus* e *Web of Science*) e a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD) criou o Spell, que é um indexador dos periódicos da área nacionais.

No período de 2010 a 2012, a área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo teve 71 eventos apoiados com recursos do PAEP – Programa de Apoio a Eventos no País, envolvendo um montante de recursos no valor de R\$ 1.650.000,00, que possibilitou a realização de eventos para divulgação e intercâmbio de conhecimentos e experiências entre os pesquisadores da área.

EDUCAÇÃO BÁSICA

A área não tem, historicamente, atuado na perspectiva de contribuir com a educação básica como foco prioritário. Sua ação e conteúdos, de modo geral, são naturalmente associados aos negócios. Apesar disso, a área reconhece a relevância de garantir a qualidade na educação básica como elemento para o avanço da competitividade do país. A área entende que pode contribuir para reduzir o problema de diferentes formas. Assim, os coordenadores de programa da área indicaram durante os seminários de acompanhamento ações que podem ser promovidas pelos programas da área ao longo dos próximos anos. As sugestões foram agrupadas em categorias apresentadas abaixo.

1. Iniciação científica:

- Docentes do programa orientam PIBIC Junior, ou seja, projetos de iniciação científica integrando alunos da educação básica;
- Criação de programas "Aprendendo com Ciência", com os quais alunos na educação básica seriam envolvidos em atividades de pesquisa do programa.

2. Participação direta na educação básica:

- Educação contábil e financeira para alunos na educação básica;
- Participação de professores em projetos de extensão em escolas públicas;
- Motivar a participação de professores em projetos de democratização da ciência, com foco em alunos na educação básica;
- Palestras de docentes e discentes em escolas da educação básica;
- Desenvolver a ideia de empreendedorismo [econômico e social] na educação básica;
- Curso de introdução profissional para alunos da educação básica.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

3. Gestão escolar:

- Desenvolvimento de tecnologia/ferramentas/soluções de gestão escolar;
- Ações/programas de gestão acadêmica visando à melhoria do desempenho de gestão de escolas;
- Desenvolver programas e pesquisas sobre gestão educacional e convidar diretores de escolas para participarem;
- Treinamento/capacitação dos diretores gestores da escola;
- Estudos acadêmicos para a proposição de práticas que ajudem os gestores com o problema da evasão escolar;
- Atrair diretores de escola pública para mestrado profissional em administração;
- Parceria com a área de educação para o desenvolvimento de ferramentas e soluções de gestão escolar.

INTERDISCIPLINARIDADE

Considerando estudos interdisciplinares aqueles desenvolvidos a partir de várias disciplinas e cujos *corpus* de conhecimento e métodos de investigação são integrados, criando uma nova perspectiva para analisar um fenômeno e expandindo as fronteiras do conhecimento, alguns programas da área apresentam propostas interdisciplinares. Estes programas compõem seu núcleo de docentes com doutores de diferentes áreas do conhecimento, que passam a trabalhar juntos integrando conhecimento e métodos de pesquisa de suas áreas de origem para estudar os complexos fenômenos objetos da área e suas propostas de formação discente acompanham esta lógica. Outros programas da área usam conhecimento e métodos de várias disciplinas sem integrá-los, caracterizando-se como cursos multidisciplinares, mas há outros com características disciplinar. Portanto, não é possível afirmar que a área é homogeneamente caracterizada como interdisciplinar ou disciplinar.

Muitos dos Mestrados Profissionais da área mais recentes têm se caracterizado como mais específicos, mas ao mesmo tempo torna-se mais evidente quais áreas de conhecimento estão sendo aportadas e integradas para a sua implantação; por exemplo, Mestrado Profissional em Gestão e Inovação na Indústria Animal ou Mestrado Profissional em Gestão em Sistemas de Saúde ou ainda Mestrado Profissional em Turismo e Meio Ambiente.

A interdisciplinaridade deve se acentuar em razão do aumento da complexidade dos fenômenos que são tratados pela área. Portanto, o avanço das fronteiras do conhecimento da área passa pela intensificação da interdisciplinaridade e multidisciplinaridade. Este panorama requer cuidado extra no processo de avaliação dos programas, de modo que os “desiguais” – programas interdisciplinares, os multidisciplinares e os disciplinares - não sejam avaliados como se fossem iguais. É necessário atentar mais fortemente para o perfil do egresso pretendido pelo programa e se este resultado está sendo alcançado.



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

II. Requisitos e orientações sobre Propostas de Cursos Novos

MESTRADO (ACADÊMICO)

1. PROPOSTA DO CURSO

Recomendações da área no que se refere ao perfil do programa, formação teórica e metodológica, etc.

Serão analisadas as informações registradas na proposta sobre a sua relevância e impacto regional, nacional ou internacional. Além disso, serão analisados os objetivos do curso, as áreas de concentração, as linhas de pesquisa e a estrutura curricular, considerando os critérios abaixo.

A(s) área(s) de concentração aponta(m), de maneira clara, a área do conhecimento do programa, os contornos gerais de sua especialidade na produção intelectual e na formação de seus mestres ou doutores. As linhas de pesquisa expressam a especificidade de produção de conhecimento da respectiva área de concentração, ou seja, representam um recorte específico e bem delimitado da área de concentração. Propostas com área de concentração e linhas de pesquisa inovadoras e com características interdisciplinares se bem articuladas e desenvolvidas serão bem avaliadas.

Não deve haver duplicação de cursos em uma mesma IES, ou seja, na avaliação das propostas de cursos novos será levada em consideração a existência de cursos assemelhados na mesma IES.

Os projetos desenvolvidos, assim como as disciplinas ou seminários oferecidos aos alunos devem guardar coerência com as linhas de pesquisa. A estrutura curricular deve apresentar um núcleo de disciplinas ou seminários de tratamento metodológico relacionado às áreas de concentração, além de disciplinas ou seminários com conteúdos relacionados às linhas de pesquisa. As ementas – síntese ou sumário dos conteúdos temáticos a serem trabalhados em cada disciplina – devem indicar focos teóricos previstos e o estado da arte nos temas abordados. A bibliografia indicada nos programas das disciplinas deve representar uma listagem básica de referências, contendo livros e artigos clássicos e textos científicos, preferencialmente de artigos publicados em periódicos acadêmicos de referência, que representem o estado da arte no tema. Será verificado também se as disciplinas fornecem suporte teórico e metodológico para a adequada formação dos alunos.

O curso de mestrado deve contemplar um mínimo de 360 horas em disciplinas, seminários, ou atividades equivalentes.

A proposta deve indicar o processo de seleção de alunos, com os requisitos de entrada, periodicidade e número de ingressantes por período.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Anexar o regimento do programa de pós-graduação explicitando o processo de seleção de alunos.

É desejável que o grupo de docentes que propõem o curso já trabalhe de forma articulada em grupos de pesquisa na IES promotora do curso.

2. CORPO DOCENTE

Requisitos mínimos, estabelecidos pela área, para composição do corpo docente do novo curso.

Será analisada a compatibilidade do corpo docente em relação às áreas de concentração e perfil do programa, visando à identificação de eventuais fragilidades ou dependência de membros externos. Será analisada também a especialidade e adequação do núcleo de docentes permanentes em relação à proposta do programa. Para tanto, será observado em que medida o perfil desse núcleo é compatível com a referida proposta.

A titulação dos docentes deve ser diversificada quanto a ambientes e instituições. Não é recomendável corpo docente constituído por egressos de apenas um curso de doutorado.

Não será verificado se os professores do núcleo de docentes permanentes têm formação específica em Administração, Ciências Contábeis ou Turismo, conforme a subárea do programa, mas se esse núcleo teve atuação, em pesquisa e docência, compatível com o tipo de profissional que o programa se propõe formar. Portanto, é necessário evidenciar que o corpo docente permanente é capaz de sustentar adequadamente as linhas de pesquisa.

Cada linha de pesquisa deve contar com a participação de, no mínimo, quatro docentes permanentes e o curso mestrado deve ter um corpo docente permanente de pelo menos 8 professores. Os docentes permanentes podem ser compartilhados entre as linhas de atuação, mas o número mínimo de professores deve ser o número de linhas multiplicado por quatro. Portanto, uma proposta com, por exemplo, três linhas de atuação deve contar com 12 docentes permanentes.

Será verificado o compartilhamento de professores entre cursos de pós-graduação, permitindo-se que no máximo 50% dos docentes permanentes participem em dois programas acadêmicos, seja o segundo programa na mesma instituição ou em outra instituição. A proporção máxima admitida de compartilhamento de professores com um programa profissional é de 70% do corpo docente permanente.

Em todos os casos de docentes atuando em dois cursos (mestrado profissional ou acadêmico) será analisada a carga somada de trabalho (curso 1 + curso 2) para cada docente e verificado se a somatória não ultrapassa os limites definidos pela CAPES (Portaria CAPES nº 01, de 04 de janeiro de 2012). A caracterização do perfil docente – permanente, colaborador, visitante – será feita pela área, tendo como base a Portaria CAPES nº 02, de 04 de janeiro de 2012.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

De acordo com o artigo 3º da Portaria CAPES nº 01, de 04 de janeiro de 2012, um professor pode, excepcional e temporariamente, atuar como docente permanente em até três programas de pós-graduação nas seguintes situações:

- Nos casos em que o terceiro programa for um curso da região norte e dos estados de GO, MT, MS e que estejam nas áreas prioritárias: tecnológicas e formação de professores para a educação básica;
- No caso em que o terceiro programa for um curso de mestrado profissional;
- No caso em que o terceiro programa for um curso de pós-graduação em temas de inovação científica e/ou tecnológica e de relevância estratégica para o país.

Podem também compor até 30% do núcleo de docentes permanentes, professores que:

- Recebam bolsa de fixação de agência de fomento;
- Forem cedidos por convênio formal e dedique pelo menos 20 horas semanais ao programa;
- Tenham vínculo mínimo de 20 horas com a instituição mantenedora e vínculo com outra organização, desde que a soma dos vínculos não ultrapasse 60 horas semanais;
- Tenham vínculo de 40h com a IES mantenedora em cargo técnico.

Os títulos obtidos no exterior devem ser revalidados no Brasil, conforme determina a Resolução CNE/CES nº 001/2001.

Devem estar previstos mecanismos com critérios para o credenciamento e a renovação de credenciamento de professores no programa, bem como de critérios e procedimentos para credenciamento de orientadores. Anexar o regimento do programa de pós-graduação explicitando estes critérios.

Os docentes devem demonstrar experiência anterior em orientação de mestrado, doutorado ou iniciação científica. Pelo menos 50% dos docentes do núcleo de docentes permanentes devem ter este tipo de experiência.

3. ATIVIDADE DE PESQUISA

Requisitos da área para a organização das linhas e atividades de pesquisa.

O programa deve ter, no mínimo, um grupo de pesquisa registrado na plataforma do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Recomenda-se que cada docente permanente coordene um projeto de pesquisa que esteja em andamento.

São especialmente valorizados os projetos com financiamento obtido junto a agências ou organizações que fomentam a pesquisa científica e que selecionam os projetos para financiamento por processos competitivo e com avaliação por pares. É relevante ressaltar os produtos (produções bibliográficas, tecnológicas, orientações em processo ou concluídas e vinculadas a ele) do projeto.

Os grupos e projetos de pesquisa devem ser coerentes com: a especialização dos docentes; as linhas de pesquisa do programa; sua(s) área(s) de concentração; e o perfil de egresso pretendido.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

4. PRODUÇÃO INTELECTUAL

Critérios e recomendações da área quanto à produção bibliográfica, técnica e/ou artística do curso novo.

Para avaliação desse item será calculada a pontuação média anual por docente permanente da produção bibliográfica publicada sob a forma de artigos em periódicos qualificados no Qualis, livros e capítulos de livros devidamente avaliados por Comitê de Avaliação.

Não serão computados para o cálculo de pontos de produção os trabalhos completos em anais, resumos ou outras formas de publicação em congressos.

A pontuação média será calculada acumulando-se a pontuação correspondente à produção qualificada total nos últimos três anos do total de docentes permanentes, evitando-se múltiplas contagens, caso contemplasse múltiplos autores do mesmo programa para o mesmo item/obra, e dividindo-se o total de pontos pelo número total de docentes permanentes.

A produção intelectual deverá preencher critérios quantitativos e qualitativos mínimos definidos pela área de avaliação para um Programa com nota 3, no caso de propostas de mestrado e nota 4, para propostas de doutorado.

Além disso, a produção intelectual deve guardar estreita relação com a proposta, a(s) área(s) de concentração e/ou linhas de pesquisa.

Para avaliação da produção intelectual, serão consideradas as publicações dos três anos que antecedem a apresentação da proposta.

No caso de cursos com caráter interdisciplinar e cuja produção tenha ocorrido em periódico não classificado pela área ainda, serão considerados os critérios para classificação de periódicos vigentes na área para periódicos com fator de impacto Journal of Citation Reports da Thomson Reuters ou índice H da Base Scopus ou a classificação no Qualis Periódicos de outras áreas nos demais casos.

Vale lembrar que o perfil docente tem que estar alinhado com a proposta do curso. A produção docente é um critério para avaliar este alinhamento.

Será analisada a produção tecnológica e técnica do programa, sua importância para o desenvolvimento científico e tecnológico, âmbito de circulação e disseminação. Esta é uma importante contribuição que os programas de pós-graduação vinculados à área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo têm oferecido à comunidade em geral. A avaliação do item será realizada qualitativamente.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

5. INFRAESTRUTURA DE ENSINO E PESQUISA

Recomendações específicas da área sobre o comprometimento institucional para a implantação e o êxito do curso novo (ex.: biblioteca, acesso à Internet, laboratórios, etc.).

Deve estar evidenciado: que a IES disponibilizará salas de aula e demais recursos administrativos e físicos necessários à condução das atividades letivas e ao seu adequado funcionamento do curso, ou seja, deve ser indicada a existência e a adequação de: sala de aulas; sala para docentes; sala para alunos; laboratórios específicos ao desenvolvimento de atividades da proposta; biblioteca com acervo de livros e periódicos nas áreas nas quais o programa se concentra; e assinatura de bases de dados, ou outras formas de acesso eletrônico à produção intelectual atualizada e clássica da área.

Estes recursos devem atender às necessidades do Programa e das pesquisas dos docentes e discentes.

6. OUTRAS

Outras recomendações que a área julga importantes para a implantação e êxito do curso novo.

O compromisso institucional com a implantação do curso deve estar claramente explicitado pela documentação das instâncias de deliberação pertinentes.

Apoio institucional se materializa em atos e documentos oficiais de aprovação da proposta do curso e autorização para seu funcionamento no âmbito institucional, mas também nas condições concretas de contratação do corpo docente em número e com formação adequadas e infraestrutura adequada para as atividades do novo programa.

DOUTORADO

1. PROPOSTA DO CURSO

Recomendações da área no que se refere ao perfil do programa, formação teórica e metodológica, etc.

Serão analisadas as informações registradas na proposta sobre a sua relevância e impacto regional, nacional ou internacional. Além disso, serão analisados os objetivos do curso, as áreas de concentração, as linhas de pesquisa e a estrutura curricular, considerando os critérios abaixo.

A(s) área(s) de concentração aponta(m), de maneira clara, a área do conhecimento do programa, os contornos gerais de sua especialidade na produção intelectual e na formação de seus mestres ou doutores. As linhas de pesquisa expressam a especificidade de produção de conhecimento da respectiva área de concentração, ou seja, representam um recorte específico e bem delimitado da área de concentração. Propostas com área de concentração e linhas de pesquisa inovadoras e com

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

características interdisciplinares se bem articuladas e desenvolvidas serão bem avaliadas.

Não deve haver duplicação de cursos em uma mesma IES, ou seja, na avaliação das propostas de cursos novos será levada em consideração a existência de cursos assemelhados na mesma IES.

Os projetos desenvolvidos, assim como as disciplinas ou seminários oferecidos aos alunos devem guardar coerência com as linhas de pesquisa. A estrutura curricular deve apresentar um núcleo de disciplinas ou seminários de tratamento metodológico relacionado às áreas de concentração, além de disciplinas ou seminários com conteúdos relacionados às linhas de pesquisa. As ementas – síntese ou sumário dos conteúdos temáticos a serem trabalhados em cada disciplina – devem indicar focos teóricos previstos e o estado da arte nos temas abordados. A bibliografia indicada nos programas das disciplinas deve representar uma listagem básica de referências, contendo livros e artigos clássicos e textos científicos, preferencialmente de artigos publicados em periódicos acadêmicos de referência, que representem o estado da arte no tema. Será verificado também se as disciplinas fornecem suporte teórico e metodológico para a adequada formação dos alunos.

O curso de doutorado deve contemplar um mínimo de 540 horas em disciplinas, seminários, ou atividades equivalentes.

A proposta deve indicar o processo de seleção de alunos, com os requisitos de entrada, periodicidade e número de ingressantes por período.

Anexar o regimento do programa de pós-graduação explicitando o processo de seleção de alunos.

É desejável que o grupo de docentes que propõem o curso já trabalhe de forma articulada em grupos de pesquisa na IES promotora do curso.

2. CORPO DOCENTE

Requisitos mínimos, estabelecidos pela área, para composição do corpo docente do novo curso.

Será analisada a compatibilidade do corpo docente em relação às áreas de concentração e perfil do programa, visando à identificação de eventuais fragilidades ou dependência de membros externos. Será analisada também a especialidade e adequação do núcleo de docentes permanentes em relação à proposta do programa. Para tanto, será observado em que medida o perfil desse núcleo é compatível com a referida proposta.

A titulação dos docentes deve ser diversificada quanto a ambientes e instituições. Não é recomendável corpo docente constituído por egressos de apenas um curso de doutorado.

Não será verificado se os professores do núcleo de docentes permanentes têm formação específica em Administração, Ciências Contábeis ou Turismo, conforme a subárea do programa, mas se esse núcleo teve atuação, em pesquisa e docência, compatível com o tipo de profissional que o programa

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

se propõe formar. Portanto, é necessário evidenciar que o corpo docente permanente é capaz de sustentar adequadamente as linhas de pesquisa.

Cada linha de pesquisa deve contar com a participação de, no mínimo, quatro docentes permanentes e o doutorado deve contar com pelo menos 12 professores, incluindo aqueles que atuam no mestrado, se for o caso. Os docentes permanentes podem ser compartilhados entre as linhas de atuação, mas o número mínimo de professores deve ser o número de linhas multiplicado por quatro. Portanto, uma proposta com, por exemplo, três linhas de atuação, deve contar com 12 docentes permanentes.

Será verificado o compartilhamento de professores entre cursos de pós-graduação, permitindo-se que no máximo 50% dos docentes permanentes participem em dois programas acadêmicos, seja o segundo programa na mesma instituição ou em outra instituição. A proporção máxima admitida de compartilhamento de professores com um programa profissional é de 70% do corpo docente permanente.

Em todos os casos de docentes atuando em dois cursos (mestrado profissional ou acadêmico) será analisada a carga somada de trabalho (curso 1 + curso 2) para cada docente e verificado se a somatória não ultrapassa os limites definidos pela CAPES (Portaria CAPES nº 01, de 04 de janeiro de 2012). A caracterização do perfil docente – permanente, colaborador, visitante – será feita pela área, tendo como base a Portaria CAPES nº 02, de 04 de janeiro de 2012.

De acordo com o artigo 3º da Portaria CAPES nº 01, de 04 de janeiro de 2012, um professor pode, excepcional e temporariamente, atuar como docente permanente em até três programas de pós-graduação nas seguintes situações:

- Nos casos em que o terceiro programa for um curso da região norte e dos estados de GO, MT, MS e que estejam nas áreas prioritárias: tecnológicas e formação de professores para a educação básica;
- No caso em que o terceiro programa for um curso de mestrado profissional;
- No caso em que o terceiro programa for um curso de pós-graduação em temas de inovação científica e/ou tecnológica e de relevância estratégica para o país.

Podem também compor até 30% do núcleo de docentes permanentes, professores que:

- Recebam bolsa de fixação de agência de fomento;
- Forem cedidos por convênio formal e dedique pelo menos 20 horas semanais ao programa;
- Tenham vínculo mínimo de 20 horas com a instituição mantenedora e vínculo com outra organização, desde que a soma dos vínculos não ultrapasse 60 horas semanais;
- Tenham vínculo de 40h com a IES mantenedora em cargo técnico.

Os títulos obtidos no exterior devem ser revalidados no Brasil, conforme determina a Resolução CNE/CES nº 001/2001.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Devem estar previstos mecanismos com critérios para o credenciamento e a renovação de credenciamento de professores no programa, bem como de critérios e procedimentos para credenciamento de orientadores de doutorado. Anexar o regimento do programa de pós-graduação explicitando estes critérios.

Os docentes devem demonstrar experiência anterior em orientação de mestrado, doutorado ou iniciação científica. Pelo menos 50% dos docentes do núcleo de docentes permanentes devem ter este tipo de experiência.

3. ATIVIDADE DE PESQUISA

Requisitos da área para a organização das linhas e atividades de pesquisa.

O programa deve ter no mínimo um grupo de pesquisa registrado na plataforma do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Recomenda-se que cada docente permanente coordene um projeto de pesquisa que esteja em andamento.

São especialmente valorizados os projetos com financiamento obtido junto a agências ou organizações que fomentam a pesquisa científica e que selecionam os projetos para financiamento por processos competitivo e com avaliação por pares. É relevante ressaltar os produtos (produções bibliográficas, tecnológicas, orientações em processo ou concluídas e vinculadas a ele) do projeto.

Os grupos e projetos de pesquisa devem ser coerentes com: a especialização dos docentes; as linhas de pesquisa do programa; sua(s) área(s) de concentração; e o perfil de egresso pretendido.

4. PRODUÇÃO INTELECTUAL

Critérios e recomendações da área quanto à produção bibliográfica, técnica e/ou artística do curso novo.

Para avaliação desse item será calculada a pontuação média anual por docente permanente da produção bibliográfica publicada sob a forma de artigos em periódicos qualificados no Qualis, livros e capítulos de livros devidamente avaliados por Comitê de Avaliação ou uma estimativa da classificação, no caso de livros não avaliados pela área. Nestes casos, será considerado que o livro está classificado no estrato que foi a moda da distribuição de classificações realizadas pela área no triênio anterior.

Não serão computados para o cálculo de pontos de produção os trabalhos completos em anais, resumos ou outras formas de publicação em congressos.

A pontuação média será calculada acumulando-se a pontuação correspondente à produção qualificada total nos últimos três anos do total de docentes permanentes, evitando-se múltiplas contagens, caso contemplasse múltiplos autores do mesmo programa para o mesmo item/obra, e

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

dividindo-se o total de pontos pelo número total de docentes permanentes.

A produção intelectual deverá preencher critérios quantitativos e qualitativos mínimos definidos pela área de avaliação para um Programa com nota 3, no caso de propostas de mestrado e nota 4, para propostas de doutorado.

Além disso, a produção intelectual deve guardar estreita relação com a proposta, a(s) área(s) de concentração e/ou linhas de pesquisa.

Para avaliação da produção intelectual, serão consideradas as publicações dos três anos que antecedem a apresentação da proposta.

No caso de cursos com caráter interdisciplinar e cuja produção tenha ocorrido em periódico não classificado pela área ainda, serão considerados os critérios para classificação de periódicos vigentes na área para periódicos com fator de impacto Journal of Citation Reports da Thomson Reuters ou índice H da Base Scopus ou a classificação no Qualis Periódicos de outras áreas nos demais casos.

Vale lembrar que o perfil docente tem que estar alinhado com a proposta do curso. A produção docente é um critério para avaliar este alinhamento.

Será analisada a produção tecnológica e técnica do programa, sua importância para o desenvolvimento científico e tecnológico, âmbito de circulação e disseminação. Esta é uma importante contribuição que os programas de pós-graduação vinculados à área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo têm oferecido à comunidade em geral. A avaliação do item será realizada qualitativamente.

5. INFRAESTRUTURA DE ENSINO E PESQUISA

Recomendações específicas da área sobre o comprometimento institucional para a implantação e o êxito do curso novo (ex.: biblioteca, acesso à Internet, laboratórios, etc.).

Deve estar evidenciado: que a IES disponibilizará salas de aula e demais recursos administrativos e físicos necessários à condução das atividades letivas e ao seu adequado funcionamento do curso, ou seja, deve ser indicada a existência e a adequação de: sala de aulas; sala para docentes; sala para alunos; laboratórios específicos ao desenvolvimento de atividades da proposta; biblioteca com acervo de livros e periódicos nas áreas nas quais o programa se concentra; e assinatura de bases de dados, ou outras formas de acesso eletrônico à produção intelectual atualizada e clássica da área.

Estes recursos devem atender às necessidades do Programa e das pesquisas dos docentes e discentes.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

6. OUTRAS

Outras recomendações que a área julga importantes para a implantação e êxito do curso novo.

O compromisso institucional com a implantação do curso deve estar claramente explicitado pela documentação das instâncias de deliberação pertinentes.

Apoio institucional se materializa em atos e documentos oficiais de aprovação da proposta do curso e autorização para seu funcionamento no âmbito institucional, mas também nas condições concretas de contratação do corpo docente em número e com formação adequadas e infraestrutura adequada para as atividades do novo programa.

MESTRADO PROFISSIONAL

1. PROPOSTA DO CURSO

Recomendações da área no que se refere ao perfil do programa, formação teórica e metodológica, etc.

A proposta deve apresentar claramente qual é seu objetivo e a justificativa para a sua implantação. Estes objetivos devem ser coerentes com os objetivos da área, isto é, deve haver compatibilidade com o campo científico no qual a proposta se insere.

A proposta deve explicitar ainda a pertinência da(s) área(s) de concentração e desta(s) com as linhas de atuação e projetos em desenvolvimento. Não deve haver duplicação de cursos em uma mesma Instituição de Ensino Superior (IES), ou seja, na avaliação das propostas de cursos novos será levada em consideração a existência de cursos assemelhados na mesma IES. Portanto, é extremamente importante a descrição clara e específica do perfil do profissional a ser formado.

A proposta do programa deve refletir claramente a compreensão dos docentes, acerca das finalidades da pós-graduação *stricto sensu*, havendo nítida separação entre a formação especializada e a formação acadêmica ou profissional no âmbito da pós-graduação *stricto sensu*.

Um aspecto central na avaliação da proposta será a análise da relevância local, regional ou temática da proposta e do perfil de egresso pretendido.

No caso do mestrado profissional, são imprescindíveis que sejam apresentadas organizações interessadas na formação de seus profissionais com o perfil do curso proposto e, preferencialmente, explicitar a possibilidade de financiamento desta formação.

Faz parte da proposta do programa a explicitação da estrutura curricular, nela incluídos o conjunto de disciplinas oferecidas e a forma de organização do curso (modular, flexível, com ou sem disciplinas

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

obrigatórias, etc.), além do número mínimo de créditos, que devem ser obtidos em disciplinas. O programa de mestrado deve contemplar um mínimo de 24 créditos, equivalentes a 360 horas em disciplinas ou atividades equivalentes e pertinentes à proposta do curso. A estrutura curricular deve ser adequada para a sustentação e desenvolvimento das linhas de atuação e projetos de pesquisa e desenvolvimento, sem redundância com a formação lato sensu. O curso deve proporcionar formação em pesquisa, devendo contemplar disciplinas que possam dar aos alunos os fundamentos metodológicos para a prática da pesquisa e para a incorporação dos resultados de pesquisa em sua prática de modo a qualificar o exercício profissional.

A estrutura curricular deve apresentar de forma objetiva e coerente vínculo com a finalidade do curso (perfil de egresso) e consistentemente vinculada à sua especificidade, enfatizando a articulação entre conhecimento atualizado, domínio de metodologia pertinente e aplicação orientada para o campo profissional, um núcleo de disciplinas ou seminários de métodos relacionados às áreas de concentração, além de disciplinas ou seminários ou oficinas com conteúdo prático relacionado às linhas de atuação.

As ementas - síntese ou sumário dos conteúdos temáticos a serem trabalhados em cada disciplina - devem indicar o foco teórico e/ou aplicado da abordagem prevista e o estado da arte no tema. A bibliografia indicada nos programas das disciplinas deve representar uma listagem básica de referências, contendo livros clássicos, textos científicos e de aplicação orientada para o campo profissional, de preferência artigos publicados em periódicos de bom nível, que representem o estado da arte no tema, tanto no campo teórico quanto no aplicado.

Anexar o regimento do programa de pós-graduação explicitando os critérios de credenciamento dos docentes e especificamente dos orientadores de trabalhos de conclusão; processo e periodicidade de seleção de alunos, número de vagas, critérios de avaliação.

Deixar claro o número de orientadores e o número de vagas oferecidas.

2. CORPO DOCENTE

Requisitos mínimos, estabelecidos pela área, para composição do corpo docente do novo curso.

O corpo docente deve ser constituído de, no mínimo, oito docentes permanentes e deve ser integrado de forma equilibrada por doutores, profissionais e técnicos com experiência em pesquisa aplicada, desenvolvimento e à inovação, conforme Portaria Normativa MEC nº 17, de 28 de dezembro de 2009. A experiência dos docentes permanentes deve ser coerente com a área de concentração e linhas de atuação da proposta.

Os docentes permanentes podem ser compartilhados entre as linhas de atuação, mas o número mínimo de professores deve ser o número de linhas multiplicado por quatro. Portanto, uma proposta com, por exemplo, três linhas de atuação, deve contar com 12 docentes permanentes.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

O docente poderá participar como permanente em outro programa de pós-graduação da mesma ou de outra Instituição desde que demonstre a viabilidade dessa atuação, ou seja, a somatória de suas atividades nos dois programas respeite os limites estabelecidos pela CAPES (Portaria CAPES nº 01, de 04 de janeiro de 2012) e/ou pela área em termos do número de orientandos (mínimo de dois no programa e máximo oito na somatória dos programas) e carga mínima em disciplinas no programa de 30 horas por ano - excessos e má distribuição das disciplinas entre os professores do núcleo de docentes permanentes (NDP) contarão negativamente.

A proporção máxima admitida de compartilhamento de professores em dois programas (acadêmico ou profissional) é de 70% do corpo docente permanente. De acordo com o artigo 3º da Portaria CAPES nº 01, de 04 de janeiro de 2012, um professor pode, excepcional e temporariamente, atuar como docente permanente em até três programas de pós-graduação nas seguintes situações:

- Nos casos em que o terceiro programa for um curso da região norte e dos estados de GO, MT, MS e que estejam nas áreas prioritárias: tecnológicas e formação de professores para a educação básica;
- No caso em que o terceiro programa for um curso de mestrado profissional;
- No caso em que o terceiro programa for um curso de pós-graduação em temas de inovação científica e/ou tecnológica e de relevância estratégica para o país.

Podem também compor até 30% do núcleo de docentes permanentes, professores que:

- Recebam bolsa de fixação de agência de fomento;
- Forem cedidos por convênio formal e dedique pelo menos 20 horas semanais ao programa;
- Tenham vínculo mínimo de 20 horas com a instituição mantenedora e vínculo com outra organização, desde que a soma dos vínculos não ultrapasse 60 horas semanais;
- Tenham vínculo de 40h com a IES mantenedora em cargo técnico.

Os títulos obtidos no exterior devem ser revalidados no Brasil, conforme determina a Resolução CNE/CES nº 001/2001.

Os professores que constituem o núcleo de docentes permanentes devem ter perfil alinhado à proposta do curso, ou seja, sua atuação deve contribuir fortemente para o desenvolvimento de formação discente do curso, incluindo nesta avaliação a produção intelectual pertinente à área(s) de concentração e/ou linha(s) de atuação do curso.

Deve ser evidenciado que o corpo docente já trabalha junto nos temas das linhas de atuação da proposta e há produtos, frutos desses trabalhos.

A proposta pode contar também com a participação de docentes colaboradores, mas não pode ser caracterizada dependência do programa a esta categoria de professor para as atividades de docência e orientação. A produção científica dos colaboradores não será considerada na avaliação da produtividade docente do programa.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Os docentes devem demonstrar experiência anterior em orientação de mestrado, doutorado ou iniciação científica. Pelo menos 50% dos docentes do núcleo de docentes permanentes devem ter este tipo de experiência.

3. ATIVIDADE DE PESQUISA

Requisitos da área para a organização das linhas e atividades de pesquisa.

Os projetos de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico apresentados na proposta devem guardar coerência com as linhas de atuação do programa. Projetos isolados poderão existir desde que apresentem contribuição efetiva para o programa.

O programa deve demonstrar capacidade para obtenção de recursos de fomento à pesquisa ou desenvolvimento técnico-científico. São especialmente valorizados os projetos com financiamento obtido em processos competitivo e julgamento por pares, incluindo fontes do setor privado, organizações não governamentais, entre outros. Pelo menos parte dos projetos deve ser de desenvolvimento tecnológico.

É fundamental que os projetos estejam distribuídos entre os membros do corpo docente, ou seja, não estejam excessivamente concentrados em apenas alguns dos docentes.

4. PRODUÇÃO INTELECTUAL

Critérios e recomendações da área quanto à produção bibliográfica, técnica e/ou artística do curso novo.

A produção intelectual deve guardar estreita relação com a proposta, a(s) área(s) de concentração e/ou linhas de atuação.

A produção intelectual deverá preencher critérios quantitativos e qualitativos mínimos definidos pela área de avaliação para um Mestrado Profissional com nota 3. Em especial, será observada a distribuição da produção entre os professores do núcleo permanente.

Serão considerados os produtos dos três anos que antecedem a apresentação da proposta.

Consultar o Qualis Periódicos da área ou os critérios para classificação de periódicos adotados pela área na página da área no endereço <http://www.capes.gov.br/component/content/article/44-avaliacao/4649-administracao-ciencias-contabeis-e-turismo>.

No caso de livros e capítulos será considerada a classificação atribuída ao livro pela área ou uma estimativa da classificação, no caso de livros não avaliados pela área. Nestes casos, será considerado que o livro está classificado no estrato que foi a moda da distribuição de classificações realizadas pela área no triênio anterior.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

A produção tecnológica será considerada na avaliação da produtividade docente. O alinhamento dos produtos tecnológicos com a proposta do curso será analisado. Os produtos científico-tecnológicos que serão considerados foram definidos a partir da Portaria Normativa MEC nº 17, de 28 de dezembro de 2009 e foram agrupados em três classes típicas para a área. A Classe 1 comporta os tipos mais relevantes e de maior grau de dificuldade para a sua produção. A Classe 2 seria o grupo intermediário em termos de relevância e dificuldade de produção e o último grupo neste espectro seria a Classe 3. Os tipos de produção considerados pela área em cada classe estão listados na sequência.

- Classe 1: Publicações tecnológicas em periódicos; Registros de softwares, inclusive depósito de software livre em repositório reconhecido ou obtenção de licenças alternativas ou flexíveis para produção intelectual, desde que demonstrado o uso pela comunidade acadêmica ou pelo setor produtivo; Desenvolvimento de produtos, processos e técnicas; Protótipo para desenvolvimento de equipamentos e produtos específicos; Consultoria para organizações públicas/privadas; e Assessoria técnica para organizações públicas/privadas.
- Classe 2: Produção de programas de mídia; Manuais de operação técnica, protocolo experimental ou de aplicação ou adequação tecnológica; Produção artística; Modelo de Gestão; e Tecnologia de Gestão.
- Classe 3: Desenvolvimento de aplicativos e materiais didáticos e instrucionais, estudo de casos, jogos; Realização de pesquisa de mercado; e Relatório Técnico.

Não serão computados para o cálculo de pontos de produção os trabalhos completos em anais, resumos ou outras formas de publicação em congressos.

5. INFRAESTRUTURA DE ENSINO E PESQUISA

Recomendações específicas da área sobre o comprometimento institucional para a implantação e o êxito do curso novo (ex.: biblioteca, acesso à Internet, laboratórios, etc.).

Deve estar evidenciado: que a IES disponibilizará salas de aula e demais recursos administrativos e físicos necessários à condução das atividades letivas e ao seu adequado funcionamento do curso, ou seja, deve ser indicada a existência e a adequação de: sala de aulas; sala para docentes; sala para alunos; laboratórios específicos ao desenvolvimento de atividades da proposta; biblioteca com acervo de livros e periódicos nas áreas nas quais o programa se concentra; e assinatura de bases de dados, ou outras formas de acesso eletrônico à produção intelectual atualizada e clássica da área.

Estes recursos devem atender às necessidades do Programa e das pesquisas dos docentes e discentes.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

6. Outras recomendações que a área julga importantes para a implantação e êxito do curso novo.

O compromisso institucional com a implantação do curso deve estar claramente explicitado pela documentação das instâncias de deliberação pertinentes.

Apoio institucional se materializa em atos e documentos oficiais de aprovação da proposta do curso e autorização para seu funcionamento no âmbito institucional, mas também nas condições concretas de contratação do corpo docente em número e com formação adequadas e infraestrutura adequada para as atividades do novo programa.

III. Considerações gerais sobre a Avaliação Trienal 2013

A importância relativa dos cinco quesitos de avaliação – proposta do curso, corpo docente, corpo discente, teses e dissertações/trabalhos de conclusão, produção intelectual e inserção social – foi mantida igual àquela definida no triênio 2007-2009, tanto para os programas acadêmicos, quanto para os profissionais.

Por outro lado, o peso de alguns itens que compõem os quesitos foi modificado para melhor capturar as características que importam na avaliação da qualidade da formação discente dos programas da área.

Nos programas acadêmicos, a qualidade dos trabalhos de conclusão (item 3.3), juntamente com a produção qualificada média dos docentes permanentes (item 4.1) e sua distribuição (item 4.2) continuam representando quase 50% do total da avaliação do programa na atribuição das notas de 1 a 5.

Nos mestrados profissionais os itens individuais contribuem de maneira equilibrada para a composição da nota final, mas salienta-se a importância do perfil do corpo docente e a qualidade dos trabalhos de conclusão.

No caso dos mestrados profissionais a descrição da proposta do programa é de grande relevância para evidenciar o caráter profissional da formação discente proposta e o alinhamento deste perfil às demandas das organizações locais por profissionais qualificados.

Para os programas no nível de excelência é fundamental que o relato de suas atividades permita avaliar o impacto das atividades do programa, das ações de seu corpo docente como um todo, sua nucleação, liderança em pesquisa no nível nacional ou internacional, entre outros indicadores da maturidade e relevância do grupo para a formação de pessoas, geração e disseminação de conhecimento.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

O processo de avaliação e suas métricas, à medida do possível, foram construídos com a participação dos coordenadores dos programas da área. Nos seminários de acompanhamento se discutiu a ficha de avaliação e seus indicadores e como os dados são apresentados aos consultores. Salientou-se a importância da descrição da proposta de programa para apresentar o programa, seus movimentos, seus avanços e suas metas, ajudando também, com isso, na compreensão dos números de desempenho que serão analisados pelos consultores.

O resultado é uma ficha de avaliação com descrição detalhada de cada item de avaliação, com definição de critérios e indicadores objetivos, permitem orientar os programas para a busca de qualidade e melhoria de seu desempenho. A transparência e clareza é fundamental para fortalecer a cultura da auto avaliação dos programas.

SEMINÁRIOS DE ACOMPANHAMENTO

A área realizou seminários de acompanhamento com o propósito de ajudar na melhoria da qualidade de cada um de seus Programas e também como forma de ampliar a comunicação e transparência do processo de avaliação. No primeiro seminário, que ocorreu em agosto de 2011, estavam presentes coordenadores dos programas que obtiveram nota 3 nas últimas três avaliações trienais. Os coordenadores tinham preparado antecipadamente uma análise de seus programas e consultores da área realizaram uma análise longitudinal detalhada de cada programa. Os consultores discutiram com cada coordenador a situação do programa e tentaram identificar ações que pudessem ser empreendidas no sentido de promover o desenvolvimento do programa. Ao final, os coordenadores fizeram uma exposição para todos os presentes sobre a situação vigente e o plano de ação proposto. O seminário foi um exercício valioso para os coordenadores, segundo o depoimento posterior de alguns coordenadores.

O seminário seguinte congregou a maioria dos coordenadores de programa da área em novembro 2011. As atividades foram desenvolvidas ao longo de dois dias e o foco foi a avaliação de programas pela CAPES. Uma explanação geral sobre a CAPES e um panorama da área foram apresentados. Salientou-se o caráter dinâmico do processo de avaliação, pela necessidade de retratar uma realidade em constante mudança, decorrente da ação dos programas na busca de melhorar sua qualidade. Depois com base nos dados da Avaliação Trienal 2010 foi feita uma análise de quais critérios diferenciaram efetivamente os programas no triênio anterior e discutiram-se mudanças que deveriam ocorrer na avaliação dos programas por conta de Portarias CAPES que tinham sido recém-publicadas. No segundo dia de trabalho os coordenadores de Programas Profissionais trabalharam separados de seus pares dos Programas Acadêmicos. Esta foi uma oportunidade significativa para discutir a diferenciação dos Programas Profissionais em comparação aos Programas Acadêmicos. Para sinalizar a diferença entre programas profissionais e acadêmicos e permitir mais espaço para a discussão da avaliação e desempenho destes dois tipos de programas.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Em março de 2012 foi realizado um seminário direcionado para os coordenadores de Mestrado Profissional, pois era necessário reforçar a diferenciação desejada entre os programas acadêmicos e profissionais. Além dos coordenadores de programas em funcionamento, participaram representantes de instituições de ensino que pretendiam apresentar proposta de cursos novos de Mestrados Profissionais na área. Enfatizou-se a caracterização de mestrados profissionais, salientando-se o necessário alinhamento da formação discente com as demandas específicas das organizações por profissionais qualificados. Os critérios de avaliação deste tipo de curso foram detalhadamente discutidos, destacando-se a experiência profissional não acadêmica consolidada e alinhada à proposta de formação do corpo docente e o caráter aplicado da produção científico-tecnológica dos docentes e discentes. A discussão foi pautada na Portaria Normativa MEC nº 17, de 28 de dezembro de 2009. Resultou da discussão, entre outras coisas, uma proposta preliminar de classificação dos tipos de produtos científico-tecnológicos.

O seminário que ocorreu em outubro 2012 foi voltado para os mestrados profissionais novamente. Apesar de já ter sido tema nos seminários anteriores, a coordenação de área entendeu que seria oportuno voltar a discutir a essência dos mestrados profissionais para a CAPES. A formação do mestre profissional não é genérica, mas voltada para o perfil demandado pelas organizações que potencialmente absorverão aquele profissional qualificado pelo programa. Assim, são importantes as parcerias do programa com as organizações, a experiência profissional do corpo docente e as atividades, durante a formação no programa, voltadas para a aplicação do conhecimento, que associadas ao desenvolvimento da capacidade de pensar criticamente, poderão criar profissionais diferenciados. Foi debatido também o perfil dos docentes dos mestrados profissionais e os formatos de trabalho de conclusão de curso e sua avaliação pelo potencial usuário do produto, por meio de uma escala perceptual. Por fim, discutiram-se os desdobramentos das Portarias CAPES nº 01 e nº 02, de 04 de janeiro de 2012, quanto a vínculo de docentes, número de orientações e oscilação do corpo docente. A avaliação de alguns participantes é de que o entendimento dos critérios de avaliação e da diferenciação entre programas acadêmicos e profissionais é mais homogênea na área, o que poderá resultar em avanços mais significativos dos programas profissionais.

O último seminário de acompanhamento do triênio ocorreu em novembro de 2012 e foi dedicado aos programas acadêmicos. O seminário se constituiu num fórum para discutir os avanços da área e oportunidades para o seu amadurecimento, maior qualidade da formação discente e impacto dos programas na comunidade. Além disso, discutiu-se o processo de classificação de livros e de periódicos. Ao tratar de classificação de livros, os participantes se manifestaram unanimemente em favor da divulgação do resultado da classificação por obra. Assim como no seminário anterior, discutiu-se os desdobramentos das Portarias CAPES nº 01 e 02, de 04 de janeiro de 2012, quanto a vínculo de docentes, número de orientações e oscilação do corpo docente. A coordenação aproveitou o seminário para fazer uma consulta aos coordenadores sobre o entendimento da área sobre o que é inserção internacional, impacto nacional e regional e como a área poderia contribuir para a melhoria da educação básica, considerando que sua temática, em geral, não está presente neste nível de formação.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

IV. Considerações sobre o Qualis Periódicos (ARTÍSTICO), Roteiro para Classificação de Livros / Eventos / Produtos Técnicos e os critérios para a estratificação e uso dos mesmos na avaliação

QUALIS-PERIÓDICOS

Para a classificação dos periódicos com publicação dos programas da área considerou-se as regras usadas no triênio passado para esta mesma atividade e também as referências de qualidade criadas na área em discussões com editores ao longo dos últimos anos.

Os critérios definidos consideraram também a necessidade de respeitar as proporções definidas pelo Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTC-ES), ou seja, o número de periódicos classificados como A1 ser menor que o número de periódicos classificados como A2; A1+ A2 representar no máximo 25% do total de periódicos qualificados da área; e a soma dos periódicos em A1, A2 e B1 não ultrapassar a 50% do total de periódicos qualificados pela área.

As revistas nacionais apresentaram clara evolução, reflexo do processo de indução dos triênios passados e das discussões de Boas Práticas no Encontro de Editores promovido pela Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD).

Nota-se que os periódicos nacionais da área caminham para uma homogeneidade de forma, inclusive os periódicos mais recentemente criados.

Alguns periódicos nacionais considerados relevantes para a área foram classificados no estrato acima daquele que seria classificado observando-se os critérios estabelecidos e descritos no quadro resumo abaixo. Os editores destes periódicos deverão fazer esforços extras de consolidação e para a inclusão do veículo em bases que ampliam o impacto da produção nacional da área e isso será avaliado na próxima avaliação e triênios subsequentes.

É provável que o uso de indicadores de impacto do periódico seja ampliado no processo de classificação dos periódicos, mas a área considera saudável discutir esta prática e como melhorá-la de modo a melhor refletir aquilo que representa a área de conhecimento e seu grau de interdisciplinaridade.

A1	<p>Índice H da Base Scopus (H-Scopus) > 20 ou fator de impacto no Journal of Citation Reports (JCR) > 1,0, o que for mais favorável ao periódico.</p> <p>O índice H expressa o número de artigos (H) de um periódico que receberam H ou mais citações nos artigos de uma base definida de periódicos e no caso aqui escolhida a base Scopus. O índice tenta quantificar o impacto científico do periódico.</p> <p>O fator de impacto de um periódico divulgado pelo JCR é baseado em dois elementos: o numerador, que é o número de citações no ano corrente a quaisquer itens publicados em</p>
-----------	--

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

	um periódico nos últimos n anos, e o denominador, que é o número de artigos publicados nos mesmos n anos. O fator de impacto publicado pelo JCR considera as bases da <i>ISI Web of Science da Thomson Scientific Reuters</i> para o cálculo.
A2	$4 < H\text{-Scopus} \leq 20$ ou $0,2 < JCR \leq 1,0$, o que for mais favorável ao periódico.
B1	Atender aos critérios do estrato B2, e <ul style="list-style-type: none"> ▪ ter mais de 5 anos ▪ $0 < H\text{-Scopus} \leq 4$ ou $0 \leq JCR \leq 0,2$, o que for mais favorável ao periódico. ou ▪ Estar na Scielo ou Redalyc ou ▪ Ser periódico de uma das seguintes Editoras: Sage; Elsevier; Emerald; Springer; Inderscience; Pergamo; Wiley; e Routledge.
B2	Atender aos critérios para se enquadrar no estrato B3 e <ul style="list-style-type: none"> ▪ Informar sobre os trâmites de aprovação; ▪ Apresentar a legenda bibliográfica da revista em cada artigo; ▪ Ter conselho diversificado; ▪ Editor chefe não é autor ▪ Informação sobre processo de avaliação; ▪ Ter mais de três anos; e ▪ Ter pelo menos 1 Indexador (SCOPUS, EBSCO, DOAJ, GALE, CLASE, HAPI, ICAP, IBSS)
B3	Atender aos critérios para se enquadrar no estrato B4 e atender a 6 dos critérios abaixo. <ul style="list-style-type: none"> ▪ Missão/foco; ▪ Informa o nome e afiliação do editor; ▪ Informa nome e afiliação dos membros do comitê editorial; ▪ Divulga anualmente a nominata dos revisores; ▪ Mínimo de dois números por ano; ▪ Informa dados completos dos artigos; ▪ Endereço de pelo menos um dos autores.
B4	Atender aos critérios para se enquadrar no estrato B5 <ul style="list-style-type: none"> ▪ Ter revisão por pares; ▪ Edições atualizadas; ▪ Normas de submissão.
B5	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ter ISSN; ▪ Ter periodicidade definida.
C	Periódicos que não atendem aos critérios para ser B5.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

CLASSIFICAÇÃO DE LIVROS

A comissão de avaliação orientou seus trabalhos no sentido de valorizar as publicações científicas encaminhadas, priorizando, sobretudo, o caráter inovador, o ineditismo e a contribuição gerada pela obra para o desenvolvimento da área de estudo. Três modalidades de publicações foram consideradas: obras de referência, obras didáticas e obras técnicas.

A avaliação contou com a funcionalidade de um sistema construído exclusivamente para a avaliação de livros da área. Os autores cadastraram a obra via internet e a enviou para o local da avaliação. Apenas livros cadastrados e que estavam fisicamente disponíveis no local de avaliação ou eletronicamente acessíveis foram avaliados. Na página da área no site da CAPES no endereço <http://www.capes.gov.br/component/content/article/44-avaliacao/4649-administracao-ciencias-contabeis-e-turismo> estão os detalhes do processo e também a lista das obras avaliadas e a relação de obras recebidas, que não foram avaliadas, porque não se enquadram nos critérios mínimos determinados pela área.

Cada obra passou pela avaliação de dois consultores *ad hoc* e, no caso de divergência entre as avaliações, por um terceiro avaliador. As fichas de avaliação eletrônicas usadas seguiram os parâmetros de avaliação de livros apresentados no documento da área do triênio 2007-2009 e repetido aqui.

- Conter registro no *ISBN – International Standard Book Number*, que é obtido junto à Fundação Biblioteca Nacional;
- Ter no mínimo 50 páginas;
- Ser classificado como livro didático ou de referência ou técnico para a área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo. Literatura genérica ou de ficção não será objeto de avaliação;
- Ter autor integrante de núcleo docente permanente (NDP) ou de corpo discente de programa de pós-graduação vinculado à área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo;
- Ser a primeira edição da obra ou edição posterior, desde que esta apresente alterações superiores a 30% em seu conteúdo em relação à edição imediatamente anterior; no caso de reedição as alterações deverão ser assinaladas pelo(s) autor (es) na ficha de submissão para avaliação do livro;
- Ter sido publicado por editora pública ou privada, associação científica ou cultural, instituição de pesquisa ou órgão oficial;
- Apresentar texto original. Compilação ou reprodução de artigos já publicados em outros meios não foi objeto de avaliação.

A avaliação foi procedida utilizando-se instrumento de avaliação contendo informações relativas à obra em análise. A primeira parte (Parte I), com dados de identificação da obra e outros aspectos formais, foi preenchida pelo autor da obra no sistema. A segunda parte (Parte II), de avaliação qualitativa do conteúdo da obra, foi preenchida por membros do Comitê de Avaliação. Era responsabilidade dos autores o envio à coordenação da área, seguindo calendário e endereço

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

divulgados com antecipação, um exemplar original da cada obra submetida ao processo de avaliação. Abaixo estão as fichas usadas no processo de avaliação e na sequência um consolidado do resultado da avaliação. Na página da área, no site da CAPES, podem ser encontrados os relatórios das duas reuniões de classificação de livros.

Parte I – Dados de Identificação da Obra						
Título da Obra:						
ISBN:						
Editora:						
Análise por Conselho Editorial – explicar o papel do conselho editorial atribuído pela Editora:						
Local de publicação:						
Idioma da obra:						
Número de páginas: (mínimo de 50 páginas para ser avaliado)						
Ano de publicação da primeira edição e indicação das alterações (superiores a 30%) no caso de reedições.						
Formato (impresso ou eletrônico):						
Tiragem (se impresso) - informar o número de edições e o número total de exemplares impressos desde a primeira edição:						
Abrangência de distribuição (local, nacional, outros países):						
Formas de distribuição (livrarias comerciais, pela <i>Internet</i> , IES que o autor atua, pelo autor):						
Referência completa (adotar ABNT):						
Finalidade primária da obra (livro didático ou de referência ou técnico):						
Quais cursos adotam ou adotaram o livro:						
Explique o alinhamento do livro com a proposta de formação discente de seu PPG.						
Tipo da obra – relatório de pesquisa científica/tecnológica, de exercícios, procedimentos, catálogos, exercícios, manual do professor, dentre outros.						
Autores (texto integral) ou Organizadores (coletânea) – especificar se docente ou discente do programa.						
Autores de capítulos vinculados ao programa – especificar se docente ou discente, título e páginas de cada capítulo (se coletânea).						
Explique se a obra representa uma inovação, por exemplo, se o livro aporta o uso de um conhecimento técnico antes não coberto por obras anteriores						
Informações complementares – participação de docentes e discentes de outros programas, financiamento da edição, premiações recebidas, participação de autores estrangeiros etc.						
Parte II – Avaliação pelo Comitê de Avaliação – livros didáticos						
Título da Obra:						
ISBN:						
Atribua nota de 0 a 5 (sendo 5 a melhor nota) para os quesitos abaixo						
	0	1	2	3	4	5
1. Contribuição/Inovação da obra para o desenvolvimento curricular						

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

da área						
2. Adaptação à realidade brasileira						
3. Atualidade do texto						
4. Clareza na abordagem dos temas – fluidez na leitura						
5. Rigor científico (estrutura teórica e profundidade da obra)						
6. Precisão de conceitos, terminologia e informações						
7. Senso crítico no exame do material estudado						
8. Bibliografia referenciada que denote amplo domínio de conhecimento (abrangência da obra)						
9. Qualidade gráfica e de apresentação						
10. Criatividade e inovação na abordagem geral – comparado às obras já existentes sobre o tema						
11. Disponibilidade de material de apoio aos professores usuários da obra						
12. Disponibilidade de recursos didáticos e de aprendizagem para os alunos (CD/sites/casos/exercícios)						
13. Distribuição e disponibilidade da obra (nota máxima se disponível para compra pela Internet e livrarias localizadas em vários Estados e nota mínima se apenas distribuído pelo autor)						
14. Potencial para se tornar bibliografia obrigatória ou básica em cursos sobre o tema						
15. Erros de composição por página (média máxima de 2 erros por página para nota máxima)						
Total de pontos:						
Comentários Adicionais:						

Parte II – Avaliação pelo Comitê de Avaliação – livros de referência						
Título da Obra:						
ISBN:						
Atribua nota de 0 a 5 (sendo 5 a melhor nota) para os quesitos abaixo	0	1	2	3	4	5
1. Contribuição da obra para o desenvolvimento científico e tecnológico da área						
2. Contribuição para a resolução de problemas nacionais relevantes						
3. Atualidade da temática						
4. Clareza na abordagem dos temas – fluidez na leitura						
5. Rigor científico (estrutura teórica e profundidade com que se discutem os assuntos concorrentes de pensamento relacionados ao tema da obra)						
6. Precisão de conceitos, terminologia e informações						
7. Senso crítico no exame do material estudado						

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

8. Bibliografia referenciada que denote amplo domínio de conhecimento (abrangência da obra)						
9. Qualidade gráfica e de apresentação						
10. Criatividade e inovação na abordagem geral e/ou métodos adotados – comparado às obras já existentes sobre o tema						
11. Inovação de abordagem ou dos métodos adotados						
11. Contribuição/Relevância inovadora para o campo do conhecimento ou para aplicações técnicas						
12. Distribuição e disponibilidade da obra (nota máxima se disponível para compra pela Internet e livrarias localizadas em vários Estados e nota mínima se apenas distribuído pelo autor)						
13. Potencial para ser referência relevante em um número significativo de artigos, teses ou dissertações da área						
14. Erros de composição por página (média máxima de 2 erros por página para nota máxima)						
Total de pontos:						
Comentários Adicionais:						

Parte II – Avaliação pelo Comitê de Avaliação – livros técnico ou tecnológico

Título da Obra:						
ISBN:						
Atribua nota de 0 a 5, sendo 5 a melhor nota, para os quesitos abaixo	0	1	2	3	4	5
1. Contribuição da obra para o desenvolvimento tecnológico da área e para a difusão do conhecimento que contribua para a melhoria da atuação profissional ligada à área						
2. Atualidade da temática						
3. Clareza na abordagem dos temas e práticas – fluidez na leitura.						
4. Diálogo da obra com a atuação profissional da área.						
5. Qualidade gráfica e de apresentação						
8. Criatividade e inovação na abordagem geral comparado às obras já existentes sobre o tema						
9. Contribuição/Relevância inovadora para o campo do conhecimento ou para aplicações técnicas						
10. Impacto da obra - número de edições e o número total de exemplares impressos desde a primeira edição						
11. Distribuição e disponibilidade da obra						
12. Potencial para ser referência relevante para um número significativo de profissionais da área						
13. Erros de composição por página (média máxima de 2 erros por página para nota máxima)						

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Total de pontos:	
Comentários Adicionais:	

Para calcular os pontos atribuídos à obra pelos consultores deve-se somar a nota atribuída a cada item e se dividir pelo total de pontos possíveis em cada tipo de obra (75 didáticos, 70 de referência e 65 técnicos). As obras avaliadas foram classificadas de acordo com os pontos alcançadas pela média da avaliação dos consultores, sendo os estratos definidos como segue.

- LNC (abaixo de 40 pontos);
- L1 (entre 40 e abaixo de 50 pontos);
- L2 (entre 50 e abaixo de 60 pontos);
- L3 (entre 60 e abaixo de 70 pontos); e
- L4 (igual ou maior de 70 pontos).

Tabela 4 - Classificação geral dos livros 2010-2013

Classificação	Quantidade de livros	% total dos livros
Livro não classificado (LNC) (**)	235	36,7
L1	92	14,4
L2	145	22,7
L3	96	15,0
L4	72	11,2
TOTAL	640	100,0

(**) obra não original ou que não atingiu pontuação mínima de 40 pontos.

Para promover melhorias significativas na produção em livros, preservando este meio de divulgação fundamental para a área, sugere-se que:

- a) As coletâneas tenham claro fio condutor e constituam contribuição substantiva para o campo de estudos. É fundamental o rigor científico e o ineditismo de conteúdo.
- b) Teses e dissertações podem ser publicadas na forma de livro. No entanto, qualquer dissertação ou tese, para fins de publicação, precisa passar por um processo de adaptação ao formato de livro. Com isso, publicações em livro derivadas de teses e dissertações necessitam concentrar o conteúdo nas contribuições para o campo do conhecimento, enfatizando avanços teóricos e metodológicos decorrentes da pesquisa;
- c) No caso de reedições, a diretriz recomendada é que as alterações da nova edição representem, no mínimo, 30% de novos conhecimentos em relação à anterior. Salienta-se ainda, a necessidade de explicitar claramente no espaço reservado para tal na ficha de cadastro do livro as alterações que foram efetuadas;

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

d) As traduções de livros para outro idioma são relevantes para fins de difusão do conhecimento, portanto, são consideradas como produção técnica para fins de avaliação;

e) Por fim, considera-se que a produção técnica é relevante para o campo do conhecimento, porém não caracteriza produção de referência ou didática. Produções técnicas como, por exemplo: elaborações de catálogos, traduções de obras ou de dissertações/teses, material didático para Ensino a Distância, dentre outras, são relevantes para o conhecimento na área, e tem especificidades na avaliação.

EVENTOS

A área, em 2005, decidiu que gradualmente deixaria de valorizar os eventos como produção bibliográfica. Assim, para o triênio 2007-2009, estabeleceu-se um limite de pontos que poderiam ser considerados na produção bibliográfica por docente permanente, e no triênio 2010-2012 os eventos deixaram de contar como produção bibliográfica e passaram a ser valorizados como elemento de avaliação da integração do programa em redes de pesquisa. Desta forma, a área deixou de classificar eventos, mas avalia a pertinência dos eventos que tenham participação dos integrantes do programa em relação à(s) sua(s) área(s) de concentração. Eventos de caráter local não são considerados.

PRODUTOS TÉCNICOS

A partir dos tipos de trabalhos de conclusão sugeridos no artigo 7º da Portaria Normativa MEC nº 17, de 28 de dezembro de 2009, a coordenação de área discutiu com os coordenadores de programa durante os seminários de acompanhamento a adequação, importância relativa para a sociedade, grau de ineditismo e a dificuldade de desenvolvimento de diferentes tipos produtos tecnológicos. Deste exercício, surgiu uma lista de produtos tecnológicos que foram agrupados em três classes típicas de produtos tecnológicos para a área. A Classe 1 comporta os tipos mais relevantes e de maior grau de dificuldade para a sua produção. A Classe 2 seria o grupo intermediário em termos de relevância e dificuldade de produção e o último grupo neste espectro seria a Classe 3. Os tipos de produção considerados pela área estão listados abaixo.

Classe 1:

- Publicações tecnológicas em periódicos;
- Registros de softwares, inclusive depósito de software livre em repositório reconhecido ou obtenção de licenças alternativas ou flexíveis para produção intelectual, desde que demonstrado o uso pela comunidade acadêmica ou pelo setor produtivo;
- Desenvolvimento de produtos, processos e técnicas;
- Protótipo para desenvolvimento de equipamentos e produtos específicos;
- Consultoria para organizações públicas/privadas;
- Assessoria técnica para organizações públicas/privadas.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Classe 2:

- Produção de programas de mídia;
- Manuais de operação técnica, protocolo experimental ou de aplicação ou adequação tecnológica;
- Produção artística;
- Modelo de Gestão;
- Tecnologia de Gestão.

Classe 3:

- Desenvolvimento de aplicativos e materiais didáticos e instrucionais, estudo de casos, jogos;
- Realização de pesquisa de mercado;
- Relatório Técnico.

Esta iniciativa deverá ser aprimorada no triênio 2013-2015, em especial, será importante definir formas de avaliar o ineditismo de cada produto. A coordenação de área acredita que a exemplo do que ocorre com a classificação de livros e produtos artísticos, os produtos tecnológicos terão que ser examinados e classificados tendo como base critérios que deverão ser criados e formatados para esse fim.

Para o triênio 2010-2012, a lista de produtos tecnológicos produzida será usada apenas como um parâmetro para identificar a existência de produtos tecnológicos dos programas e serão considerados essencialmente os produtos relacionados às linhas de atuação do programa de Mestrado Profissional e/ou trabalhos de conclusão dos alunos. A avaliação será, portanto, de caráter qualitativo.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

V. Fichas de Avaliação para o Triênio 2010-2012		
MESTRADO (ACADÊMICO) E DOUTORADO		
Quesitos / Itens	Peso	Definições e Comentários sobre o Quesito/Itens
1 –Proposta do Programa	0%	
1.1. Coerência, consistência, abrangência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos em andamento e proposta curricular.	50%	<p>A(s) área(s) de concentração deve(m) apontar, de maneira clara, a área do conhecimento do programa, os contornos gerais de sua especialidade na produção intelectual e na formação de seus mestres ou doutores. Avalia-se a atualidade da(s) área(s) de concentração e sua relevância.</p> <p>As linhas de pesquisa devem expressar a especificidade de produção de conhecimento da respectiva área de concentração, devem representar um recorte específico e bem delimitado da área de concentração.</p> <p>Os projetos desenvolvidos devem guardar coerência com as linhas de pesquisa.</p> <p>A estrutura curricular deve apresentar um núcleo de disciplinas ou seminários de tratamento metodológico relacionado às áreas de concentração, além de disciplinas ou seminários com conteúdos relacionados às linhas de pesquisa. As ementas – síntese dos conteúdos temáticos a serem trabalhados em cada disciplina – devem indicar focos teóricos previstos e o estado da arte nos temas abordados. A bibliografia indicada nos programas das disciplinas deve representar uma listagem básica de referências, contendo livros clássicos e textos científicos, preferentemente de artigos publicados em periódicos acadêmicos de bom nível, que representem o estado da arte no tema, conforme o nível do curso.</p>
1.2. Planejamento do programa com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios internacionais da área na produção do conhecimento, seus propósitos na melhor formação de seus alunos, suas metas quanto à inserção social mais rica dos seus egressos, conforme os parâmetros da área.	30%	<p>O programa deve relatar: a) elementos que evidenciem sua relevância e impacto regional, nacional ou internacional de sua atuação na formação de mestres e doutores; e b) os resultados dos convênios de cooperação tecnológica ou científica de âmbito nacional, no caso de curso de mestrado e de âmbito nacional e internacional, no caso de curso de doutorado.</p> <p>O programa deve indicar em seu relatório: a) sua estratégia de prospecção de alunos; b) o processo de seleção de candidatos a aluno, com os requisitos de entrada,</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		<p>periodicidade de ingresso (semestral, anual, bianual, entre outras) e o número previsto de ingressantes por período.</p> <p>O programa deve apresentar um plano de atualização acadêmica dos docentes do corpo permanente e a renovação (p.ex. substituição de aposentados) deste corpo docente.</p>
1.3. Infraestrutura para ensino, pesquisa e, se for o caso, extensão.	20%	<p>O relatório do programa deve evidenciar que a IES disponibiliza recursos – salas de aula; espaço para professores, alunos, grupos de pesquisa; laboratórios; biblioteca; coordenação do programa; secretaria; acesso às bases de periódicos e de dados, entre outros itens – necessários ao adequado funcionamento do programa.</p> <p>Esses recursos devem atender às necessidades do programa e das pesquisas conduzidas por seus docentes e discentes.</p>
2 – Corpo Docente	20%	
2.1. Perfil do corpo docente, consideradas titulação, diversificação na origem de formação, aprimoramento e experiência, e sua compatibilidade e adequação à Proposta do Programa.	15%	<p>O corpo docente permanente deve ser capaz de sustentar adequadamente as linhas de pesquisa. Analisa-se a compatibilidade do corpo docente em relação às áreas de concentração e perfil do egresso, visando à identificação de eventuais fragilidades ou dependência de membros externos. Avalia-se a especialidade e adequação do <i>núcleo de docentes permanentes</i> em relação à proposta do programa. Para tanto, verifica-se em que medida o perfil desse núcleo é compatível com a referida proposta. Não se trata de verificar se o <i>núcleo de docentes permanentes</i> tem formação específica em Administração, Ciências Contábeis ou Turismo, conforme a subárea do programa, e sim se esse núcleo tem atuação, em pesquisa e docência, compatível com o tipo de profissional que o programa se propõe a formar.</p> <p>Verifica-se a diversidade de formação dos docentes, quanto a ambientes e instituições, valorizando-se indicadores de atualização da formação e de intercâmbio com outras instituições. É recomendável que o núcleo docente permanente (<i>NDP</i>) de um programa seja egresso de diferentes programas de pós-graduação, apresentando relativa heterogeneidade na formação acadêmica.</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		<p>Considera a experiência na condução de projetos de pesquisa que tenham captado recursos públicos ou privados em processo competitivo aberto/universal. É desejável que todos os professores do <i>núcleo de docentes permanentes</i> participem de algum intercâmbio acadêmico e tecnológico com outras instituições de ensino ou pesquisa e tenham captado recursos.</p>
<p>2.2. Adequação e dedicação dos docentes permanentes em relação às atividades de pesquisa e de formação do programa.</p>	<p>30%</p>	<p>Como define a Portaria CAPES nº 02, de 04 de janeiro de 2012, integram a categoria de docentes permanentes os docentes assim enquadrados, declarados e relatados anualmente pelo programa, e que atendam a todos os seguintes requisitos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. desenvolvam atividades de ensino na pós-graduação e/ou graduação; 2. participem de projetos de pesquisa do programa; 3. orientem alunos de mestrado ou doutorado do programa, sendo devidamente credenciados como orientador pelo programa de pós-graduação e pela instância para esse fim considerada competente pela instituição; 4. tenham vínculo funcional-administrativo com a instituição ou, em caráter excepcional, consideradas as especificidades de áreas, instituições e regiões, se enquadrem em uma das seguintes condições especiais quando: <ol style="list-style-type: none"> a. Recebam bolsa de fixação de docentes ou pesquisadores de agências federais ou estaduais de fomento; b. Na qualidade de professor ou pesquisador aposentado, tenham firmado com a instituição termo de compromisso de participação como docente do programa; c. Tenham sido cedidos, por acordo formal, para atuar como docente do programa; d. A critério do programa, o docente permanente não atender ao estabelecido pelo inciso I do caput deste artigo devido à não-programação de disciplina sob sua responsabilidade ou ao seu afastamento para a realização de estágio pós-doutoral, estágio sênior ou atividade relevante em Educação, Ciência e Tecnologia, desde que atendidos todos os demais requisitos fixados

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

	<p>por este artigo para tal enquadramento.</p> <p>Como define o artigo 1º da Portaria CAPES nº 01, de 04 de janeiro de 2012, os docentes permanentes devem ter, majoritariamente, regime de dedicação integral à instituição - caracterizada pela prestação de quarenta horas semanais de trabalho - admitindo-se que parte não majoritária desses docentes tenha regime de dedicação parcial.</p> <p>Para ser considerado como docente do núcleo de docentes permanentes do programa o professor precisa ter concluído pelo menos duas orientações no triênio no programa. Serão desconsiderados, neste caso, os professores novos no programa, ou seja, que iniciaram atividades ao longo do triênio, em razão do tempo necessário para conclusão de orientação. Considera-se o orientador principal para a contagem de orientações.</p> <p>Exceções: Orientações de Mestrado Interinstitucional (MINTER), Doutorado Interinstitucional (DINTER). Professores que se afastarem para estágio sênior ou como visitante em outra IES pelo período igual ou maior que um ano.</p> <p>A proporção máxima admitida de dupla participação de docentes para o conceito muito bom é de 50% do núcleo de docentes permanentes de cada programa acadêmico. Nos casos de dupla participação, sendo um acadêmico e outro profissional, o percentual máximo admitido será de 70% para o triênio.</p> <p>Admite-se a atuação de docentes permanentes em dois programas originados de associações entre IES e entre programas de uma mesma instituição. Em casos de doutorados originados da associação de mestrados acadêmicos ofertados pela mesma, a atuação dos docentes permanentes não será considerada como dupla.</p> <p>A atuação de docentes permanentes em mais de dois programas somente será permitida nos termos definidos pelo Art. 3º da Portaria CAPES nº 01, de 04/01/2012, ou seja, excepcional e temporariamente nas seguintes situações:</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Nos casos em que o terceiro programa for um curso da região norte e dos estados de GO, MT, MS e que estejam
--	---

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		<p>nas áreas prioritárias: tecnológicas e formação de professores para a educação básica;</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ No caso em que o terceiro programa for um curso de mestrado profissional; ▪ No caso em que o terceiro programa for um curso de pós-graduação em temas de inovação científica e/ou tecnológica e de relevância estratégica para o país. <p>As atividades dos docentes nos programas que atuam serão somadas e avaliadas pelos parâmetros da área.</p> <p>Os professores visitantes e colaboradores não serão avaliados para a contagem de vínculos.</p> <p>Os procedimentos relativos ao credenciamento e renovação de credenciamento de docentes devem estar descritos na proposta do Programa e declarados em seu regimento, evidenciando-se que as mesmas foram aprovadas pela coordenação do programa ou órgãos das IES competentes.</p> <p>Quanto à oscilação do corpo docente permanente, o artigo 1º da Portaria CAPES nº 01, de 04 de janeiro de 2012, estabelece:</p> <p>“§1º A estabilidade do conjunto de docentes declarados como permanentes pelo programa será objeto de acompanhamento e de avaliação sistemática pelas coordenações e comissões de avaliação de área e pela Diretoria de Avaliação.</p> <p>§2º Por ocasião das avaliações dos programas, será requerido dos mesmos as justificativas das ocorrências de credenciamentos e descredenciamentos, ano a ano, dos integrantes dessa categoria de acordo com as regras bem definidas que devem constar obrigatoriamente nos respectivos regimentos.”</p> <p>Desta maneira, a proposta do programa deve esclarecer as razões para a oscilação da composição de seu núcleo de docentes permanentes. Os casos de morte, aposentadoria serão descontados para a avaliação da oscilação.</p>
2.3. Distribuição das atividades de pesquisa e de formação entre os	30%	Analisa-se a atuação dos docentes permanentes em atividades de docência na pós-graduação, sendo esperado que cada docente permanente deva ser responsável por

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

docentes do programa.		<p>uma carga mínima de 30 horas-aula anuais no programa.</p> <p>Na avaliação deste item verifica-se a proporção de docentes do <i>núcleo de docentes permanentes</i> que possuem essa carga anual, descontando-se situações específicas de professores do <i>núcleo de docentes permanentes</i> que não ministraram disciplinas no ano-base em razão de ocuparem cargos de gestão ou por se encontrarem em estágio pós-doutoral ou outros afastamentos acadêmicos.</p>
2.4. Contribuição dos docentes para atividades de ensino e/ou de pesquisa na graduação, com atenção tanto à repercussão que este item pode ter na formação de futuros ingressantes na PG, quanto (conforme a área) na formação de profissionais mais capacitados no plano da graduação.	10%	<p>Avalia-se, nesse item, a participação do <i>núcleo de docentes permanentes</i> do programa nas atividades de ensino de graduação ou de iniciação científica, com foco especial na oferta de atividades, projetos e programas de melhoria de ensino e de capacitação de alunos e professores, além de participação efetiva no ensino e na pesquisa em curso de graduação. Consideram-se tanto as implicações positivas dessa participação como seus efeitos negativos, estas sob a ótica das necessidades e interesses do programa, decorrente de eventual excesso de dedicação dos docentes a tais atividades. Nesse caso, avalia-se a proporção de docentes permanentes que atuam no ensino de graduação, na orientação de bolsistas de iniciação científica, de trabalhos de conclusão de cursos de graduação, ou ainda na condução de oficinas de pesquisa a alunos de graduação. O item será avaliado considerando-se a proporção de docentes permanentes do programa que exercem estas atividades nos termos acima descritos.</p>
2.5. Participação do docente em eventos alinhados com a sua área de atuação	15%	<p>Avalia-se nesse item a participação dos docentes em eventos científicos.</p>
3 – Corpo Discente, Teses e Dissertações	35%	
3.1. Quantidade de teses e dissertações defendidas no período de avaliação, em relação ao corpo docente permanente e à dimensão do corpo discente.	10%	<p>Avalia-se a proporção de titulados no ano-base considerando-se o número de discentes no final do ano-anterior. Os cálculos são aplicáveis apenas para cursos de doutorado com cinco anos ou mais de funcionamento e para cursos de mestrado com três anos ou mais de funcionamento.</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

<p>3.2. Distribuição das orientações das teses e dissertações defendidas no período de avaliação em relação aos docentes do programa.</p>	<p>20%</p>	<p>Avalia-se a distribuição, os mínimos e os máximos de orientações concluídas e o estoque de orientações por docente permanente. Não se distinguirá orientações de mestrado das de doutorado. Serão somadas orientações de todos os programas que o professor participar como permanente ou colaborador.</p> <p>Para ser considerado como docente do núcleo de docentes permanentes do programa o professor precisa ter concluído pelo menos 2 orientações no triênio no programa. Serão desconsiderados, neste caso, os professores novos no programa, ou seja, que iniciaram atividades ao longo do triênio, em razão do tempo necessário para conclusão de orientação.</p> <p>No caso de co-orientação, considera-se o orientador principal para a contagem dos orientandos.</p> <p>Exceções: Orientações de Mestrado Interinstitucional (MINTER), Doutorado Interinstitucional (DINTER). Professores que se afastarem para estágio sênior ou como visitante em outra IES pelo período igual ou maior que um ano.</p>
<p>3.3. Qualidade das Teses e Dissertações e da produção de discentes autores da pós-graduação e da graduação (no caso de IES com curso de graduação na área) na produção científica do programa, aferida por publicações e outros indicadores pertinentes à área.</p>	<p>50%</p>	<p>Avalia-se a composição das comissões avaliadoras (banca); e a vinculação das teses e dissertações às linhas de pesquisa do programa.</p> <p>Todas as comissões avaliadoras das teses e dissertações devem incluir examinadores externos ao curso, no caso de cursos de mestrado, e de examinadores externos à IES, no caso de cursos de doutorado (a participação de membros externos à IES nas comissões avaliadoras de dissertações é valorizada, embora não exigida).</p> <p>Todos os membros das comissões avaliadoras das teses e dissertações devem possuir o título de doutor e atuar como pesquisadores da respectiva área temática do programa.</p> <p>Avalia-se, ainda, a participação de discentes e egressos autores da pós-graduação na produção científica do programa, referenciada no Qualis Periódicos da área ou livros classificados pela área. Considera-se o percentual de discentes e egressos autores nos trabalhos publicados em</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		relação ao número de discentes do programa no final do ano anterior e egressos dos últimos anos. O item é aplicável para cursos de mestrados com mais de dois anos de funcionamento e cursos de doutorados com mais de três anos de funcionamento. Admitem-se publicações de egressos do programa com até três anos após a titulação de doutorado. A autoria conjunta entre docentes do programa e alunos é valorizada.
3.4. Eficiência do Programa na formação de mestres e doutores bolsistas: Tempo de formação de mestres e doutores e percentual de bolsistas titulados.	10%	Avalia-se o prazo médio de conclusão de curso, tanto de bolsistas como de não-bolsistas.
3.5. Participação dos discentes e egressos em eventos alinhados à Proposta do Programa	10%	Avalia-se nesse item a participação dos discentes em eventos científicos.
4 – Produção Intelectual	35%	
4.1. Publicações qualificadas do Programa por docente permanente.	50%	<p>Considera-se a pontuação média anual por docente permanente, levando em conta a produção intelectual publicada sob a forma de artigos em periódicos do Qualis da área, livros e capítulos de livros devidamente avaliados pelo Comitê de Área.</p> <p>Se o docente participar como permanente em mais de um curso da área a produção será integralmente considerada em cada programa.</p> <p>A pontuação média anual é calculada acumulando-se a pontuação correspondente à produção qualificada total do núcleo de docentes permanentes do programa, considerando-se apenas uma vez cada publicação, caso haja múltiplos autores docentes do mesmo programa, dividindo-se pelo número de docentes permanentes em atuação no programa naquele ano.</p> <p>A média final do triênio será calculada de forma ponderada, ou seja, é a somatória da média anual da produção ponderada pelo número de professores do núcleo de docentes permanentes no ano, dividida pelo somatório do número de docentes de cada ano do triênio.</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		<p>No caso de migração de docente do núcleo de docentes permanentes para programa de outra IES, a produção registrada no Coleta de Dados do ano da migração nos dois programas será contabilizada para o programa em que o docente permanente atuava.</p> <p>Em programas de notas 5, 6 e 7 será considerada na contagem de pontos de cada professor do núcleo de docentes permanentes apenas 2 produções nos estratos B4 e B5.</p>
4.2. Distribuição de publicações qualificadas em relação ao corpo docente permanente do Programa.	35%	<p>Avalia-se a proporção dos docentes permanentes do programa considerados produtivos, isto é, que alcançaram pelo menos 150 pontos de produção bibliográfica no triênio.</p> <p>Avalia-se qual o nível máximo de pontos totais no triênio em produção bibliográfica alcançado por 80% mais produtivo do corpo permanente do programa.</p> <p>Os docentes que atuarem no programa em apenas parte do triênio os pontos serão proporcionais ao período de atuação.</p>
4.3. Produção técnica, patentes e outras produções consideradas relevantes.	15%	Analisa-se a produção tecnológica e técnica do programa.
5 – Inserção Social	10%	
5.1. Inserção e impacto regional e (ou) nacional do programa.	50%	<p>Analisa-se os seguintes impactos, com base em informações qualitativas e quantitativas fornecidas pelo programa:</p> <p>a) educacional – contribuição para a formação de docentes, inclusive para cursos de graduação e de especialização, valorizando-se, sobretudo: i) oferta de cursos de mestrado e doutorado interinstitucional, realizados de acordo com as regras da CAPES e devidamente aprovados, em especial os destinados a IES localizadas em regiões carentes de mestres e doutores; ii) consórcios entre IES para oferta de cursos de mestrado e de doutorado; iii) participação em programas de melhoria de ensino;</p> <p>b) social – formação de recursos humanos qualificados</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		<p>para a Administração Pública ou a sociedade civil que possam contribuir para o aprimoramento da gestão pública e a redução da dívida social, ou para a formação de um público que faça uso dos recursos da ciência e do conhecimento e formação de professores para o ensino de graduação;</p> <p>c) cultural – formação de recursos humanos qualificados para o desenvolvimento cultural e artístico, formulando políticas culturais e ampliando o acesso à cultura e às artes e ao conhecimento nesse campo;</p> <p>d) tecnológico/econômico – contribuição para o desenvolvimento microrregional, regional ou nacional destacando os avanços produtivos gerados, entrevistas, matérias em jornais, conselhos tutelares e deliberativos; disseminação de técnicas e conhecimentos.</p>
5.2. Integração e cooperação com outros programas e centros de pesquisa e desenvolvimento profissional relacionados à área de conhecimento do programa, com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação.	30%	<p>Valorizam-se especialmente ações como: a) participação em programas sistemáticos de cooperação e intercâmbio; b) participação em projetos de cooperação entre programas com níveis de consolidação diferentes, voltados para a inovação na pesquisa ou o desenvolvimento da pós-graduação em regiões ou sub-regiões geográficas menos aquinhoadas (atuação de professores visitantes; participação em programas como Doutorado ou Mestrado interinstitucional, Programa Nacional de Cooperação Acadêmica e similares); c) participação em atividades de apoio à melhoria de ensino de pós-graduação e de graduação.</p>
5.3 - Visibilidade ou transparência dada pelo programa à sua atuação.	20%	<p>Valorizam-se especialmente os seguintes aspectos: a) manutenção de página web para a divulgação, de forma atualizada, de dados do programa, critérios de seleção de alunos, parte significativa de sua produção docente, financiamentos recebidos da CAPES e de outras agências públicas e entidades privadas etc.; b) garantia de amplo acesso a teses e dissertações, pela web, conforme Portaria CAPES nº 13/2006, que torna obrigatória essa providência.</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

MESTRADO PROFISSIONAL

Quesitos / Itens	Peso	Definições e Comentários sobre o Quesito/Itens
1 - Proposta do Programa	0%	
1.1. Coerência, consistência, abrangência e atualização da(s) área(s) de concentração, linha(s) de atuação, projetos em andamento, proposta curricular com os objetivos do Programa	25%	<p>A(s) área(s) de concentração deve(m) apontar, de maneira clara, a área do conhecimento do Programa, os contornos gerais de sua especialidade na produção intelectual, na produção técnica e tecnológica e na formação profissional de seus mestres.</p> <p>As linhas de atuação devem expressar a especificidade do conhecimento aplicado da respectiva área de concentração, apresentando um recorte específico e bem delimitado.</p> <p>Os docentes permanentes podem ser compartilhados entre as linhas de atuação, mas cada linha de atuação deve contar com a participação de, no mínimo, quatro docentes permanentes. Assim, o número de docentes no programa deve ser, no mínimo, o número de linhas multiplicado por quatro.</p> <p>O corpo docente permanente deve ser capaz de sustentar adequadamente as linhas de atuação.</p> <p>Os projetos em andamento, assim como as disciplinas ou seminários oferecidos aos alunos devem guardar coerência com as linhas de atuação.</p> <p>A estrutura curricular deve apresentar de forma objetiva e coerente vínculo com a finalidade do curso (perfil de egresso) e consistentemente vinculada à sua especificidade, enfatizando a articulação entre conhecimento atualizado, domínio da metodologia pertinente e aplicação orientada para o campo profissional, um núcleo de disciplinas ou seminários de tratamento metodológico relacionado às áreas de concentração, além de disciplinas ou seminários com conteúdos relacionados às linhas de atuação.</p> <p>As ementas das disciplinas devem indicar o foco</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		<p>teórico e/ou aplicado da abordagem prevista e o estado da arte no tema. A bibliografia indicada nas disciplinas deve representar uma listagem básica de referências, contendo livros clássicos, textos científicos e de aplicação orientada para o campo profissional, de preferência artigos publicados em periódicos de bom nível, que representem o estado da arte no tema, tanto no campo teórico quanto no aplicado.</p> <p>O programa deve contemplar um mínimo de 24 créditos, equivalentes a 360 horas-aula em disciplinas ou atividades equivalentes.</p>
1.2. Coerência, consistência e abrangência dos mecanismos de interação efetiva com outras instituições, atendendo a demandas sociais, organizacionais ou profissionais.	25%	<p>O programa deve relatar os convênios ativos de cooperações técnicas e/ou tecnológicas e/ou científicas de âmbito local, regional e nacional, com vista a atender demandas: sociais; organizacionais; e/ou profissionais, evidenciando seus respectivos resultados e a coerência para o desenvolvimento do respectivo campo/setor profissional, e ainda se estão em consonância com o corpo docente.</p>
1.3. Infraestrutura para ensino, pesquisa e administração.	20%	<p>O programa deve evidenciar: que a instituição disponibiliza salas de aula e demais recursos administrativos e físicos necessários à condução das atividades letivas e ao seu adequado funcionamento do programa; a existência e a adequação de laboratórios e bibliotecas, caracterizando o acervo em termos do número de livros, de periódicos e áreas nas quais se concentram o programa; e a existência, a adequação e disponibilidade de assinaturas de bases de dados, ou outras formas de acesso eletrônico à produção intelectual da área ao programa.</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

<p>1.4. Planejamento do Programa visando ao atendimento de demandas atuais ou futuras de desenvolvimento nacional, regional ou local, por meio da formação de profissionais capacitados para a solução de problemas e práticas de forma inovadora.</p>	<p>30%</p>	<p>O programa deve evidenciar o planejamento de ações e metas que possam gerar: relevância e impacto local, regional e nacional da atuação na formação de seus mestres; e ampliação e/ou consolidação da cooperação tecnológica ou científica relevante e efetiva com outras instituições.</p> <p>Evidenciar os requisitos de entrada de discentes; periodicidade de ingresso; número de ingressantes por período.</p> <p>Evidenciar os procedimentos de credenciamento e renovação de credenciamento de docente.</p> <p>Financiamento ou apoio de entidades externas à instituição, tais como, agências de fomento à pesquisa, ou empresas, ou organizações em geral de nível local, regional, nacional e internacional.</p>
<p>2 – Corpo Docente 20%</p>		
<p>2.1. Perfil do corpo docente, considerando experiência como pesquisador e/ou profissional, titulação e sua adequação à Proposta do Programa.</p>	<p>50%</p>	<p>O corpo docente deve ser integrado, de forma equilibrada, por doutores, profissionais e técnicos com experiência em pesquisa aplicada ao desenvolvimento e à inovação, conforme a Portaria Normativa MEC nº 17, de 28 de dezembro de 2009.</p> <p>A experiência dos docentes permanentes deve ser significativa e coerente com a área de concentração e linhas de atuação da proposta.</p> <p>Os títulos de mestrado e doutorado obtidos no exterior devem ser revalidados no Brasil, conforme determina a Resolução CNE/CES nº 001/2001.</p>
<p>2.2. Adequação da dimensão, composição e dedicação dos docentes permanentes para o desenvolvimento das atividades de pesquisa e formação do Programa.</p>	<p>30%</p>	<p>Como define a Portaria CAPES nº 02, de 04 de janeiro de 2012, integram a categoria de docentes permanentes os docentes assim enquadrados, declarados e relatados anualmente pelo programa, e que atendam a todos os seguintes requisitos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. desenvolvam atividades de ensino na pós-graduação e/ou graduação; 2. participem de projetos de pesquisa do

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

	<p>programa;</p> <ol style="list-style-type: none">3. orientem alunos de mestrado ou doutorado do programa, sendo devidamente credenciados como orientador pelo programa de pós-graduação e pela instância para esse fim considerada competente pela instituição;4. tenham vínculo funcional-administrativo com a instituição ou, em caráter excepcional, consideradas as especificidades de áreas, instituições e regiões, se enquadrem em uma das seguintes condições especiais quando:5. recebam bolsa de fixação de docentes ou pesquisadores de agências federais ou estaduais de fomento;6. na qualidade de professor ou pesquisador aposentado, tenham firmado com a instituição termo de compromisso de participação como docente do programa;7. tenham sido cedidos, por acordo formal, para atuar como docente do programa;8. a critério do programa, o docente permanente pode não atender ao estabelecido pelo inciso I do caput deste artigo devido à não-programação de disciplina sob sua responsabilidade ou ao seu afastamento para a realização de estágio pós-doutoral, estágio sênior ou atividade relevante em Educação, Ciência e Tecnologia, desde que atendidos todos os demais requisitos fixados por este artigo para tal enquadramento. <p>Como define o artigo 1º da Portaria CAPES nº 01, de 04 de janeiro de 2012, os docentes permanentes devem ter, majoritariamente, regime de dedicação integral à instituição - caracterizada pela prestação de quarenta horas</p>
--	--

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

	<p>semanais de trabalho - admitindo-se que parte não majoritária desses docentes tenha regime de dedicação parcial.</p> <p>Para ser considerado como docente do núcleo de docentes permanentes do programa o professor precisa ter concluído pelo menos duas orientações no triênio no programa. Serão desconsiderados, neste caso, os professores novos no programa, ou seja, que iniciaram atividades ao longo do triênio, em razão do tempo necessário para conclusão de orientação. Considera-se o orientador principal para a contagem de orientações.</p> <p>Exceções: Orientações de Mestrado Interinstitucional (MINTER), Doutorado Interinstitucional (DINTER). Professores que se afastarem para estágio sênior ou como visitante em outra instituição pelo período igual ou maior que um ano.</p> <p>A proporção máxima admitida de dupla participação de docentes para o conceito muito bom é de 50% do núcleo de docentes permanentes de cada programa acadêmico. Nos casos de dupla participação, sendo um acadêmico e outro profissional, o percentual máximo admitido será de 70% para o triênio.</p> <p>Admite-se a atuação de docentes permanentes em dois programas originados de associações entre instituição e entre programas de uma mesma instituição. Em casos de doutorados originados da associação de mestrados acadêmicos ofertados pela mesma, a atuação dos docentes permanentes não será considerada como dupla.</p> <p>A atuação de docentes permanentes em mais de dois programas somente será permitida nos termos definidos pelo Art. 3º da Portaria CAPES nº 01, de 04/01/2012, ou seja, excepcional e temporariamente nas seguintes situações:</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Nos casos em que o terceiro programa for um
--	--

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

	<p>curso da região norte e dos estados de GO, MT, MS e que estejam nas áreas prioritárias: tecnológicas e formação de professores para a educação básica;</p> <ul style="list-style-type: none">▪ No caso em que o terceiro programa for um curso de mestrado profissional;▪ No caso em que o terceiro programa for um curso de pós-graduação em temas de inovação científica e/ou tecnológica e de relevância estratégica para o país. <p>As atividades dos docentes nos programas que atuam serão somadas e avaliadas pelos parâmetros da área.</p> <p>Os professores visitantes e colaboradores não serão avaliados para a contagem de vínculos.</p> <p>Os procedimentos relativos ao credenciamento e renovação de credenciamento de docentes devem estar descritos na proposta do Programa e declarados em seu regimento, evidenciando-se que as mesmas foram aprovadas pela coordenação do programa ou órgãos da instituição competentes.</p> <p>Quanto a oscilação do corpo docente permanente, o artigo 1º da Portaria CAPES nº 01, de 04 de janeiro de 2012, estabelece:</p> <p>“§1º A estabilidade do conjunto de docentes declarados como permanentes pelo programa será objeto de acompanhamento e de avaliação sistemática pelas coordenações e comissões de avaliação de área e pela Diretoria de Avaliação.</p> <p>§2º Por ocasião das avaliações dos programas, será requerido dos mesmos as justificativas das ocorrências de credenciamentos e descredenciamentos, ano a ano, dos integrantes dessa categoria de acordo com as regras bem definidas que devem constar obrigatoriamente nos respectivos regimentos.”</p>
--	--

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		<p>Desta maneira, a proposta do programa deve esclarecer as razões para a oscilação da composição de seu núcleo de docentes permanentes. Os casos de morte, aposentadoria serão descontados para a avaliação da oscilação. Desta maneira, a proposta do programa deve esclarecer as razões para a oscilação da composição de seu núcleo de docentes permanentes, as razões para o credenciamento de novos professores permanentes e a não renovação de credenciamento dos docentes ao longo do triênio.</p>
<p>2.3. Distribuição das atividades de pesquisa, projetos de desenvolvimento e inovação e de formação entre os docentes do Programa.</p>	<p>20%</p>	<p>Analisa-se a atuação dos docentes permanentes em atividades no programa:</p> <ul style="list-style-type: none">a) Cada núcleo de docentes permanentes deve ser responsável por, ao menos, uma carga de 30 horas-aula anuais no Programa. Situações específicas de professores do núcleo de docentes permanentes que não ministraram disciplinas no programa ano-base em razão de ocuparem cargos de gestão ou por se encontrarem em estágio pós-doutoral ou outros afastamentos acadêmicos, são consideradas na avaliação;b) Liderança de projetos em organizações públicas ou privadas;c) Condução de orientação de discentes do programa.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

3 – Corpo Discente e Trabalho de Conclusão	30%	
<p>3.1. Quantidade de trabalhos de conclusão (MP) aprovados no período e sua distribuição em relação ao corpo discente titulado e ao corpo docente do programa.</p>	30%	<p>Avalia-se a proporção de titulados em cada ano, tendo como base o número de discentes no final do ano-anterior. Os cálculos são aplicáveis apenas para programas com três anos ou mais de funcionamento.</p> <p>Avalia-se a distribuição, os mínimos e os máximos de orientações concluídas e o estoque de orientações por docente permanente. Serão somadas orientações de todos os programas que o professor participar como permanente ou colaborador.</p> <p>Exceções: Orientações de Mestrado Interinstitucional (MINTER), Doutorado Interinstitucional (DINTER), que devem ser informadas pela coordenação do programa por docente. Professores que se afastarem para estágio sênior ou como visitante em outra instituição pelo período igual ou maior que um ano.</p>
<p>3.2. Qualidade dos trabalhos de conclusão produzidos por discentes e egressos.</p>	40%	<p>Avalia-se a composição das comissões avaliadoras (banca); e a vinculação dos trabalhos de conclusão às linhas de atuação do programa.</p> <p>Todas as comissões avaliadoras devem incluir examinadores externos ao curso.</p> <p>Dois membros das comissões avaliadoras devem atuar como pesquisador na área temática do programa. Também poderá compor a comissão avaliadora, como terceiro membro, profissional de mercado detentor de reconhecida competência profissional na área temática do trabalho em exame.</p> <p>Avalia-se, ainda, a participação de discentes e egressos autores na produção científica, técnica e tecnológica do programa, referenciada respectivamente no Qualis Periódicos da área ou livros classificados pela área, bem como nos produtos técnicos e tecnológicos assim definidos pela área. Considera-se o percentual de discentes</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		<p>e egressos autores nos trabalhos produzidos em relação ao número de discentes do programa no final do ano anterior e egressos dos últimos três anos. O item é aplicável para cursos com mais de dois anos de funcionamento. Admitem-se publicações de egressos do programa com até dois anos após a titulação de mestrado. A produção conjunta entre docentes e alunos do programa é valorizada.</p> <p>Avalia-se a qualidade dos trabalhos de conclusão e o alinhamento destes à proposta do curso e linha(s) de atuação.</p>
3.3. Aplicabilidade dos trabalhos produzidos	30%	Avalia-se a aplicabilidade do trabalho de mestrado desenvolvido junto a setores não acadêmicos, órgãos públicos e privados, incluindo o terceiro setor.
4 – Produção Intelectual	30%	
4.1. Publicações qualificadas do Programa por docente permanente	30%	<p>Considera-se a pontuação média anual por docente permanente, levando em conta a produção intelectual alinhada à proposta do curso publicada sob a forma de artigos em periódicos do Qualis da área, livros e capítulos de livros devidamente avaliados pelo Comitê de Área.</p> <p>Se o docente participar como permanente em mais de um Programa sua produção bibliográfica será integralmente considerada pela área em cada programa.</p> <p>A pontuação média anual é calculada acumulando-se a pontuação correspondente à produção qualificada total do núcleo de docentes permanentes do programa, considerando-se apenas uma vez cada publicação, caso haja múltiplos autores docentes do mesmo programa, dividindo-se pelo número de docentes permanentes em atuação no programa naquele ano.</p> <p>A média final do triênio será calculada de forma ponderada, ou seja, é a somatória da média anual da produção ponderada pelo número de professores do núcleo de docentes permanentes</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		<p>no ano, dividida pelo somatório do número de docentes de cada ano do triênio.</p> <p>No caso de migração de docente do núcleo de docentes permanentes para programa de outra instituição, a produção registrada no Coleta de Dados do ano da migração nos dois programas será contabilizada para o programa em que o docente permanente atuava.</p>
4.2. Produção artística, técnica, patentes, inovações e outras produções consideradas relevantes	20%	<p>Analisa-se qualitativamente a produção tecnológica e técnica do programa. São exemplos de produção tecnológica: casos e materiais para ensino presencial e a distância, produção protegida por registro ou depósito de patentes, modelos de gestão, modelos de análise de dados e informações, instrumentos padronizados de Coleta de Dados, aplicativos, produtos, tecnologias de processo e de produto, tecnologias de gestão ou de operação, marcas e softwares desenvolvidos, com ou sem registro no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI).</p> <p>São exemplos de produção técnica: pareceres e perícias técnicas, planos elaborados, devidamente documentados, consultoria a agências de fomento ao ensino e pesquisa, avaliação de trabalhos submetidos a periódicos e a eventos científicos, organização de evento científico, editoria científica.</p>
4.3. Distribuição da produção científica e técnica ou artística em relação ao corpo docente permanente do programa	30%	<p>Avalia-se a distribuição das produções bibliográficas, técnicas e tecnológicas dos itens 4.1 e 4.2 entre os docentes permanentes do programa.</p> <p>Os docentes que atuarem no programa em apenas parte do triênio serão avaliados de maneira proporcional ao período de atuação.</p>
4.4. Articulação da produção artística, técnica e científica entre si e com a proposta do programa	20%	<p>Avalia-se a relação entre a produção científica, técnica e tecnológica do núcleo de docentes permanentes e a(s) respectiva(s) área(s) de concentração e linha(s) de atuação do programa.</p> <p>Item avaliado de forma qualitativa pela comissão</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		de área com base nas informações prestadas pelo programa, observando ainda a importância para o desenvolvimento científico e tecnológico, âmbito de circulação e disseminação.
5 – Inserção Social	20%	
5.1. Impacto do Programa	40%	<p>Avalia-se o impacto, com base em informações qualitativas e quantitativas fornecidas pelo programa, abrangendo as seguintes dimensões:</p> <p>a. educacional – contribuição para a formação de docentes para todos os níveis da educação, valorizando-se, sobretudo participação em programas de melhoria de ensino fundamental e médio;</p> <p>b. social – formação de recursos humanos qualificados para a Administração Pública ou a sociedade civil que possam contribuir para o aprimoramento da gestão pública e a redução da dívida social, ou para a formação de um público que faça uso dos recursos da ciência e do conhecimento e formação de professores para o ensino de graduação;</p> <p>c. cultural – formação de recursos humanos qualificados para o desenvolvimento cultural e artístico, formulando políticas culturais e ampliando o acesso à cultura e às artes e ao conhecimento nesse campo;</p> <p>d. tecnológico/econômico – contribuição para o desenvolvimento microrregional, regional ou nacional destacando os avanços produtivos gerados, entrevistas, matérias em jornais, conselhos tutelares e deliberativos; disseminação de técnicas e conhecimentos.</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

<p>5.2. Integração e cooperação com outros Cursos/Programas com vistas ao desenvolvimento da pós-graduação.</p>	<p>20%</p>	<p>Avaliam-se especialmente ações como:</p> <ul style="list-style-type: none">a. participação em programas sistemáticos de cooperação e intercâmbio;b. participação em projetos de cooperação entre programas com níveis de consolidação diferentes, voltados para a inovação na pesquisa ou o desenvolvimento da pós-graduação em regiões ou mesorregiões geográficas cuja pós-graduação na área seja relativamente menos desenvolvida;c. atuação como professores visitantes;d. participação em programas como PQI, Dinter/Minter, PROCAD e similares; ee. participação em atividades de apoio a melhoria de ensino de pós-graduação e de graduação.
<p>5.3. Integração e cooperação com organizações e/ou instituições setoriais relacionados à área de conhecimento do Programa, com vistas ao desenvolvimento de novas soluções, práticas, produtos ou serviços nos ambientes profissional e/ou acadêmico.</p>	<p>20%</p>	<p>Avaliam-se especialmente ações como:</p> <ul style="list-style-type: none">a. participação em convênios ou programas de cooperação com organizações/instituições, voltados para a inovação na pesquisa e o avanço da pós-graduação ou o desenvolvimento tecnológico, econômico e/ou social no respectivo setor ou região;b. abrangência e quantidade de organizações/instituições a que estão vinculados; ec. introdução de novos produtos ou serviços (educacionais, tecnológicos, diagnósticos, etc.), no âmbito do Programa, que contribuam para o desenvolvimento local, regional ou nacional.
<p>5.4. Divulgação e transparência das atividades e da atuação do Programa.</p>	<p>20%</p>	<p>Avaliam-se especialmente os seguintes aspectos:</p> <ul style="list-style-type: none">a. manutenção da página web para a divulgação, de forma atualizada, de dados do programa, critérios de seleção de alunos, parte significativa de sua produção docente, financiamentos recebidos da CAPES e de outras agências públicas e entidades privadas, etc.; eb. garantia de amplo acesso aos trabalhos de conclusão, pela web, conforme Portaria CAPES nº 13/2006, que torna obrigatória essa providência.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

VI. Considerações e definições sobre internacionalização/inserção internacional

O grau de internacionalização de um programa de pós-graduação *stricto sensu* pode ser definido como a intensidade de seu trânsito em grupos de pesquisa e de formação em pesquisa atuando em outros países. A internacionalização será maior quanto maior for o número de grupos no exterior que o programa atua em conjunto. A repercussão científica desta atuação será maior quanto mais bem reputado sejam os grupos interlocutores do programa. Esta atuação deverá gerar fluxos de pesquisa, pessoas e recursos materiais e financeiros nos dois sentidos – entrada e saída do programa. O elemento qualificador para esta atuação é a qualidade científica das atividades do programa e o tempo é essencial para criar estas relações. A internacionalização decorre de ações contínuas, planejadas não apenas no nível do programa, mas também no nível institucional. As condições do entorno, do ambiente externo também ajudam a pressionar, direcionar e incentivar.

A maneira mais objetiva para avaliar a internacionalização de um grupo seria ter dados sobre redes mundiais de pesquisa e com isso avaliar a intensidade e a centralidade dos programas nesta rede. Como isso ainda é incipiente, outros indicadores tem sido apontados como aproximações para avaliar a internacionalização de programas, tais como: intercâmbio de alunos e professores com instituições internacionais bem reputadas (sanduíche, pós-doutorado, etc.); publicação em periódicos editados no exterior, quando maior o fator de impacto do periódico, mais valorizado; receber/enviar professores visitantes (quanto mais sênior o professor e mais produção de impacto ele tem, mais valorizado; liderar e/ou participar de grupos/redes/projetos de pesquisa que tenha pesquisadores de diferentes partes do mundo; publicações conjuntas com pesquisadores estrangeiros no Brasil ou exterior, quanto mais relevante o pesquisador e maior o fator de impacto o periódico, mais valorizado; participação de docentes/discentes em eventos/congressos internacionais; participação em comissões organizadoras de eventos internacionais realizados no Brasil ou no exterior; membros de conselho editorial de periódicos; editoria científica de periódico de impacto elevado no estrangeiro; ter projeto de pesquisa financiado por agência internacional; ser *referee* em periódicos e/ou eventos internacionais; participar de bancas no exterior; cotutela ou co-orientação de teses de instituições do exterior, entre outros.

As ações que objetivam a internacionalização devem ser empreendidas pelos programas e entre elas estão: mobilidade de docentes e discentes para atuarem em atividades científicas no exterior; oferta de disciplinas e cursos diferenciados; oferta de disciplinas em idioma inglês, chinês ou outro; prospecção e atração de estudantes estrangeiros para integrar o quadro discente dos programas; calendários escolares que permitissem maior flexibilidade; contratação de professores referência internacional para atuarem parte do ano nos programas, entre outras possibilidades.

Os programas da área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo têm empreendido no sentido de buscar a internacionalização, considerando os parâmetros apontados nos parágrafos anteriores e foi possível observar isso no triênio 2007-2009 e tomando como referência o crescimento do número e

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

impacto dos periódicos com publicação da área, a participação de professores em eventos do estrangeiro e a participação de professores visitantes nos programas, acredita-se que no triênio 2010-2012 tenha ocorrido um aumento significativo do grau de internacionalização da área e de seus programas.

A indicação para a nota 6 ou 7 será reservada aos programas com doutorado avaliados com nota 5 na primeira etapa de avaliação. O programa candidato a nota 6 ou 7 deverá ter desempenho diferenciado em relação aos demais programas da área e sua atuação equivaler àquela de centros internacionais de excelência na área. Esta atuação será avaliada com base nos parâmetros apontados acima. O impacto nacional do programa e sua importância para a formação de recursos humanos serão avaliados. Programas com notas 6 e 7 devem possuir posição consolidada nacionalmente na formação de doutores, explorando seu potencial de formação de pessoas, e a relação entre sua contribuição para a pesquisa e a utilização dessa competência como oportunidade para a formação de recursos humanos de alto nível. A liderança nacional na nucleação de programas de pós-graduação e de grupos de pesquisa é analisada, verificando-se se o programa tem contribuição relevante, destacada dos demais programas da área, na nucleação de grupos de pesquisa ou de pós-graduação no Brasil – isto é, se o programa formou doutores que desempenham papel significativo em outros cursos de pós-graduação ou em grupos de pesquisa ativos.

Adicionalmente verifica-se a existência de ações e formas inovadoras na pesquisa e na formação de mestres e doutores, avaliando-se seus resultados, e o papel do programa como polo de atração para a realização dos projetos de estágios seniores ou pós-doutorais ou de atividades similares, assim como de alunos para doutorados sanduíche.

Indicadores

A avaliação visa identificar um conjunto de atividades que evidenciem a maturidade e a qualidade das atividades do programa de excelência: produção de reconhecida qualidade na área; captação de recursos externos para pesquisa, em especial, financiamento internacional; envio regular de alunos de doutorado para estágio sanduíche em instituições estrangeiras; convênios baseados em reciprocidade e na forma de redes de pesquisa; intercâmbio que envolva financiamento recíproco entre os parceiros; participação em bancas no exterior; produção intelectual em cooperação com pesquisadores estrangeiros; participação de docentes em editoria internacional e arbitragem de artigos em periódicos qualificados; participação em editais internacionais; intensidade da mobilidade internacional de docentes e discentes, tanto no envio quanto no recebimento; estímulo a programas de doutorado-sanduíche e pós-doutorado com produção científica vinculada a temas internacionais; cotutela; dupla titulação com programas de referência no exterior; participação de docentes permanentes em comitês de organização de eventos internacionais e em organizações internacionais; participação internacional de docentes permanentes como professores visitantes; prêmios e reconhecimento de nível internacional; conferências e palestras no exterior; cursos ofertados no Brasil por docentes/pesquisadores estrangeiros e em língua inglesa, entre outros.



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

A consolidação e a liderança nacional do Programa como formador de recursos humanos para a pesquisa e a pós-graduação serão avaliadas pelo desempenho do Programa na formação de recursos humanos e de nucleação de grupos de pesquisa em outros estados e regiões do país, sendo observados a situação atual e o histórico do Programa como formador de recursos humanos, considerando a inserção dos discentes e egressos no sistema de pesquisa e pós-graduação. Serão também considerados os convênios interinstitucionais para a formação de recursos humanos (do tipo DINTER ou MINTER) e para a realização de pesquisa (editais de cooperação interinstitucionais, tipo PROCAD e outros) como indicadores de integração e solidariedade com outros programas, com vistas ao aprimoramento do sistema de pós-graduação.

As notas 6 e 7 são reservadas exclusivamente para os programas com doutorado que obtiveram nota 5 e conceito “Muito Bom” em todos os quesitos (Proposta do Programa; Corpo Docente, Teses e Dissertações; Produção Intelectual e Inserção Social) da ficha de avaliação e que atendam, necessariamente, a três condições:

- **Nota 6:** predomínio do conceito “Muito Bom” nos itens de todos os quesitos da ficha de avaliação, mesmo com eventual conceito “Bom” em alguns itens; nível de desempenho (formação de doutores e produção intelectual) diferenciado em relação aos demais programas da área; e desempenho equivalente ao dos centros internacionais de excelência na área (internacionalização e liderança).
- **Nota 7:** conceito “Muito Bom” em todos os itens de todos os quesitos da ficha de avaliação; nível de desempenho (formação de doutores e produção intelectual) altamente diferenciado em relação aos demais programas da área; e desempenho equivalente ao dos centros internacionais de excelência na área (internacionalização e liderança).



Comissão de Área - Avaliação

Período de Avaliação: 2010 a 2012**Etapa:** Avaliação Trienal 2013**Área de Avaliação:** 27 - ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO

Comissão Responsável pela Avaliação:	Sigla IES	
ALEXANDRE DE PADUA CARRIERI	UFMG	Consultor(a)
ANA AUGUSTA FERREIRA DE FREITAS	UECE	Consultor(a)
ANDRE LUIZ MARANHÃO DE SOUZA LEAO	UFPE	Consultor(a)
ANIELSON BARBOSA DA SILVA	UFPB/J.P.	Consultor(a)
ARIDELMO JOSE CAMPANHARO TEIXEIRA	FUCAPE	Coordenador(a) Adjunto(a) Mestrado Profissional
BRUNO LAZZAROTTI DINIZ COSTA	FJP	Consultor(a)
CLANDIA MAFFINI GOMES	UFMS	Consultor(a)
CLÁUDIA ECHEVENGUÁ TEIXEIRA	UNINOVE	Consultor(a)
DANNY PIMENTEL CLARO	Inspere	Consultor(a)
DARIO DE OLIVEIRA LIMA FILHO	UFMS	Consultor(a)
EDUARDO KAZUO KAYO	USP	Consultor(a)
ELIANE PEREIRA ZAMITH BRITO	FGV/SP	Coordenador(a)
ELOISE HELENA LIVRAMENTO DELLAGNELO	UFSC	Consultor(a)
ELOISIO MOULIN DE SOUZA	UFES	Consultor(a)
EMILIO JOSE MONTERO ARRUDA FILHO	UNAMA	Consultor(a)
ERNANI OTT	UNISINOS	Consultor(a)
FELIPE MENDES BORINI	ESPM	Consultor(a)
FILIPE JOAO BERA DE AZEVEDO SOBRAL	FGV/RJ	Consultor(a)
GERLANDO AUGUSTO SAMPAIO FRANCO DE LIMA	USP	Consultor(a)
GERSON TONTINI	FURB	Consultor(a)
HEITOR TAKASHI KATO	PUC/PR	Consultor(a)
HILKA PELIZZA VIER MACHADO	UEM	Consultor(a)
JACQUELINE VENEROSO ALVES DA CUNHA	UFMG	Consultor(a)
JOAO LUIZ BECKER	UFRGS	Consultor(a)
JORGE MANOEL TEIXEIRA CARNEIRO	PUC-RIO	Consultor(a)
JOSE ALONSO BORBA	UFSC	Consultor(a)
LETICIA MOREIRA CASOTTI	UFRJ	Consultor(a)
LUCIANA MARQUES VIEIRA	UNISINOS	Consultor(a)
MARCELO GATTERMANN PERIN	PUC/RS	Consultor(a)
MARCIA MARTINS MENDES DE LUCA	UFC	Coordenador(a) Adjunto(a)
MILTON DE ABREU CAMPANARIO	USP	Consultor(a)
MIRIAN REJOWSKI	UAM	Consultor(a)
MONICA DE AGUIAR MAC-ALLISTER DA SILVA	UFBA	Consultor(a)
MOZAR JOSE DE BRITO	UFLA	Consultor(a)
RAFAEL ALCADIPANI DA SILVEIRA	FGV/SP	Consultor(a)
RAFAEL BARREIROS PORTO	UNB	Consultor(a)
RENATA PEREGRINO DE BRITO	IBMEC	Consultor(a)
REYNALDO CAVALHEIRO MARCONDES	UPM	Consultor(a)
ROBERTO PATRUS MUNDIM PENA	PUC/MG	Consultor(a)
ROSILENE MARCON	UNIVALI	Consultor(a)
TALES ANDREASSI	FGV/SP	Consultor(a)
VALCEMIRO NOSSA	FUCAPE	Consultor(a)
VERA MARIA RODRIGUES PONTE	UFC	Consultor(a)